

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

O Exército no processo de redemocratização em 1945

Alex Santos Santana

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPHR)**

**O EXÉRCITO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO EM
1945**

ALEX SANTOS SANTANA

Sob a orientação da Professora Doutora

Surama Conde Sá Pinto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Linha de pesquisa em Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual.

**Seropédica, RJ
Agosto de 2015.**

PÁGINA DA FICHA CATALOGRÁFICA.

PÁGINA DO TERMO DE APROVAÇÃO CONFERIDO PELA BANCA
EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Ao Senhor Jesus, cujos ensinamentos direcionam minha vida.

À minha amada família, Andréa, Aléxia e Adrielly, esposa e filhas, pelas quais vivo.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Surama Conde Sá Pinto, exemplo de dedicação e profissionalismo.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a. Dr.^a. Surama Conde Sá Pinto, por ter dedicado horas de trabalho com a finalidade de corrigir os erros, orientar o melhor caminho para confecção deste trabalho e, sobretudo, servir de incentivo para novas produções acadêmicas.

Ao Prof.^o Dr.^o Fernando da Silva Rodrigues, que me forneceu indicações preciosas na qualificação, aceitou o convite para compor a banca examinadora e emprestou livros para a elaboração deste trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Adriana Barreto de Souza por, ter contribuído com o aperfeiçoamento deste trabalho através das observações feitas no exame de qualificação e por ter aceitado o convite para integrar a banca examinadora.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) da UFRRJ, que de maneira direta ou indireta contribuíram para elaboração deste trabalho.

Aos amigos e amigas de formação, pelo espírito de amizade e convívio fraterno desenvolvido durante o curso.

Aos amigos da caserna (Paraquedistas), Moisés Bastos, Rondinele, Ramos, Peixoto, Alberto, Danilo, Rillian, Henrique, Silas, L. Cabral e outros imortais, que se sobrecarregaram de trabalho para que eu pudesse cumprir o quadro horário do mestrado.

Aos meus antigos Chefes de Seção, Maj Ramos e Cap Carlos, e ao meu Chefe atual, Cap Raldi, por proporcionarem o suporte necessário no quartel sempre que foi preciso.

Ao meu antigo Comandante, Major Oliveira Rosa, e ao Comandante atual, Major Haddad, por entenderem a importância deste trabalho para minha vida e terem me liberado, quando possível, para fazer o mestrado.

À minha esposa, Andréa, e minhas filhas, Aléxia e Adrielly, que suportaram a minha ausência durante o período de estudos.

Ao Sr. Jesus, pois me concedeu equilíbrio espiritual nos momentos difíceis durante a realização deste trabalho.

RESUMO

SANTANA, Alex Santos. **O Exército no processo de redemocratização em 1945.** 2015, 149 p. (Mestrado em História. Relações de Poder. Linguagens e História Intelectual). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ 2015.

Esta dissertação analisa a atuação de um grupo de oficiais gerais integrantes da alta cúpula militar do Exército brasileiro no contexto dos últimos momentos do Estado Novo e da derrubada de Vargas do poder, em 1945. O estudo em questão foi construído a partir de três conjuntos de fontes. O primeiro conjunto é composto por relatórios secretos organizados no Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra e Boletins Secretos de Informações dos anos de 1944 e 1945, depositados no Arquivo Histórico do Exército (AHEX). Essas fontes assinalam as principais preocupações desses oficiais gerais nos anos de 1944 e 1945. O segundo conjunto é formado pelos assentamentos de alguns militares integrantes do alto escalão militar em 1945, também depositados no (AHEX). Nessas fontes, é possível identificar o desenvolvimento da carreira militar, a interação entre esses militares ao longo da carreira e, por fim, a elite militar, que definiu as estratégias de ação do Exército em 1945. O último conjunto é constituído por missivas enviadas ao General de Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro e outras enviadas por ele, em 1944 e 1945. Essas fontes foram direcionadas ao General Góes por oficiais gerais e por civis. Elas mostram as alianças e as articulações que ocorreram entre os militares e entre eles e os civis. Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo é compreender o papel do Exército no processo de redemocratização em 1945.

Palavras-chave: Militares. Exército. Redemocratização. Missivas.

ABSTRACT

SANTANA, Alex Santos. **The army in the democratization process in 1945**. 2015, 150 p.(Master in History, Power Relations, Languages and Intellectual History). Institute of Humanities and Social Sciences, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ 2015.

This paper analyzes the performance of the Brazilian Army summit in the context of the last moments of the Estado Novo and the overthrow of Vargas from power in 1945. The study in question was constructed from three sets of sources. The first set are secret reports organized in the Office of the War Office of the General Secretariat and Newsletters years of Information Secret 1944 and 1945 , deposited at the Army Historical Archive (Ahex). These sources indicate the main concerns of the military leadership in the years 1944 and 1945. The second set are the settlements of some military members of the military leadership in 1945 , also deposited in (Ahex) . These sources can be identified the development of military career , the interaction between these military throughout his career and, finally , the military elite, which defined the army action strategies in 1945. The last set are missives sent to Major General Division Pedro Aurelio de Goes Monteiro and others sent by him in 1944 and 1945. These sources were directed to the general Goes by members of the military leadership and members of civil society. They signal alliances and joints, which occurred between the military and between them and civilians. The main objective of this study is to understand the role of the army in democratization process in 1945.

Key words: Military. Army. Democratization. Letters.

LISTA DE QUADROS E TABELA

Quadro 1 Relatórios de 1944	47
Quadro 2 Relatórios de 1945	66
Quadro 3 Carreira Militar até 1945.....	98
Quadro 4 Missivas de 1944.....	105
Quadro 5 Missivas de 1945	114
Tabela 1 Cúpula Militar.....	126
Quadro 6 Missivas General Góes e Cavis	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN	Arquivo Nacional
AHEx	Arquivo Histórico do Exército
ESAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EME	Estado-Maior do Exército
Gen Bda	General de Brigada
Gen Div	General de Divisão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo I: O momento político: 1944 e 1945.....	26
1.1 Historiografia em foco	26
1.2 Os possíveis caminhos dos relatórios	43
1.2.1 Os relatórios de 1944 e o boletim secreto de informações nº 14.....	46
1.2.1.1 Anticomunismo	50
1.2.1.2 Articulação da oposição.....	53
1.2.1.3 Sociedade Amigos da América (SAA)	58
1.2.1.4 Outras preocupações.....	63
1.2.2 Os relatórios de 1945.....	65
Capítulo II: Integrantes da cúpula militar de 1945.....	73
2.1 Os atores sociais em cena: os generais.....	74
2.1.1 General Canrobert Pereira da Costa.....	74
2.1.2 General José Agostinho dos Santos	78
2.1.3 General Renato Paquet	82
2.1.4 General Pedro Aurélio de Góes Monteiro.....	86
2.1.5 General Eurico Gaspar Dutra.....	93
Capítulo III: Projetos e articulação política em 1945.....	101
3.1 Concepções gerais.....	101
3.2 As correspondências entre os militares	102
3.2.1 As especificidades das missivas	102
3.2.2 As missivas.....	105
3.2.3 A importância de alguns missivistas.....	105
3.2.4 O conteúdo das missivas.....	109
3.2.5 Os meses de março e outubro.....	116
3.2.6 Os projetos.....	127

3.3 Articulações entre o General Góes e os civis -----	130
3.3.1 Heráclito Fontoura Sobral Pinto e o General Góes Monteiro-----	134
3.3.2A mentalidade do General Góes Monteiro por Sobral Pinto-----	136
CONCLUSÃO -----	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	143

INTRODUÇÃO

Este estudo insere-se no campo da história das instituições, embora mantenha importantes ligações com a história política. Nele, procuramos compreender a atuação de alguns integrantes da cúpula militar do Exército no processo de redemocratização ocorrido no Brasil, em 1945, explorando, sobretudo, a interação entre esses militares e a relação entre eles e representantes de outros setores da sociedade.

No ano de 2014, quando completaram 50 anos do golpe civil-militar e a instituição do regime militar no Brasil, setores da sociedade fizeram um balanço sobre essa experiência. O governo militar não só alterou profundamente a relação entre civis e militares e a relação entre militares e política, mas também inclinou os holofotes dos pesquisadores para essas relações e para a instituição em si. Portanto, os fatos ocorridos entre 1964 e 1985 intensificaram os estudos sobre os militares. Conforme destacou Adriana Barreto de Souza: “Somente com o golpe de 1964 e a instauração dos governos militares, os quartéis começaram a ser reconhecidos como regiões abertas à investigação histórica¹”. Ou seja, segundo a autora, antes de 1964, o interesse pelo Exército era basicamente memorialista. E, em alguns trabalhos acadêmicos destinados à análise da política nacional, os militares eram abordados em poucos parágrafos.

Autores hoje consagrados, e com perspectivas teóricas diferentes sobre o papel político das Forças Armadas no Brasil, como José Murilo de Carvalho, Edmundo Campos Coelho e os brasilianistas Alfred Stepan e Frank D. McCann tiveram seus estudos sobre as Forças Armadas marcados pela intervenção militar de 31 de março de 1964 e seus desdobramentos, ao longo das décadas seguintes. Conforme destaca José Murilo: “Um choque de realidade política nos sonhos de juventude levou-me a estudar os militares. Foi em 31 de março de 1964²”.

Começamos com José Murilo de Carvalho. O livro *Forças Armadas e política no Brasil*³ reúne alguns textos produzidos ao longo de três décadas. O capítulo um – As

¹SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

²CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 07.

³CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador –, de acordo com o próprio autor⁴, foi, inicialmente, publicado em 1974, em revista acadêmica, e só em 1977 apareceu no segundo volume do tomo III da coleção História Geral da Civilização Brasileira (HGCB). O capítulo dois – Forças Armadas e Política, 1930-1945 – foi produzido por ocasião da comemoração do cinquentenário da Revolução de 1930. Na ocasião, o autor trabalhava no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O capítulo três – Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro – foi um aprofundamento da análise das relações entre os militares e Getúlio Vargas. Para José Murilo, esses três capítulos são o grosso dos estudos históricos e formam a base explicativa do movimento de 1964.

Ainda em 1964, José Murilo elaborou o seu primeiro estudo sobre os militares com o seguinte título: “Um modelo para as relações civil-militares no Brasil”. Posteriormente, já na posição de aluno de doutorado nos Estados Unidos, aprofundou as questões atinentes ao texto de 1964. Provavelmente, nos Estados Unidos, onde se consagrou Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford, o autor consolidou a sua matriz sociológica para aplicar nos estudos sobre a relação entre militares e política.

Outro nome expressivo nessa discussão é o de Frank D. McCANN, professor emérito de História da Universidade de New Hampshire. McCANN foi professor visitante na Universidade de Brasília, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal de Roraima. Participou, na posição de palestrante, do III Colóquio de História Militar, organizado pelo Arquivo Histórico do Exército, que ocorreu no Palácio Duque de Caxias, nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 2013. Nesse evento, o historiador falou sobre seu interesse pela história do Brasil e do Exército brasileiro. Suas pesquisas iniciaram-se na década de 1960, investigando as relações entre Brasil e Estados Unidos, durante o governo Getúlio Vargas e o Estado Novo. Estudando esse período, o autor observou a importância do Exército para a compreensão das relações entre Brasil e Estados Unidos e a carência de literatura sobre a instituição brasileira.

Finalizadas as primeiras pesquisas – que ensejaram a publicação do livro *Brazilian american alliance*, editado pela Universidade de Princeton, em 1973, e pela Biblioteca do Exército, em 1995, com o título: *Aliança Brasil-Estados Unidos*,

⁴CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p, 8.

1937-1945, o brasilianista aprofundou seus estudos sobre o Exército brasileiro. Iniciou, em 1973, suas pesquisas na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; pesquisou no Centro de Documentação do Exército, em Brasília, e no Arquivo do Exército, no Rio de Janeiro; visitou instalações do Exército do Amazonas ao Rio Grande do Sul; compartilhou dados pesquisados e colheu informações de oficiais do Exército. Suas descobertas levaram-no a produzir ao longo de sete anos uma série de ensaios temáticos sobre o Exército brasileiro, que foram reunidos no livro *A nação armada*, publicado pela editora Guararapes, em 1982. Conforme destaca⁵ o historiador, os ensaios cobrem o período republicano e serviram como um relatório para um projeto mais abrangente.

Esse projeto foi alcançado parcialmente através do livro *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro, 1889 – 1937*, pois o objetivo inicial do autor era desenvolver sua análise da história do Exército até a década de 1990, mas a Primeira República, a década de 1930 e o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, revelaram-se, segundo o autor⁶, ricos em documentação e literatura para serem estudados brevemente. Sendo assim, o autor procurou descrever a história do Exército de 1889 a 1937, concentrando-se no seu desenvolvimento; na sua cooptação pelas elites civis; nos processos de profissionalização e europeização, que destruíram as correntes da cooptação; nas tensões das rebeliões e das mudanças da década 1920, que levaram, ainda segundo o autor, o Exército a desembaraçar-se em 1930, a repensar-se depois da década de 1930 e a transformar-se no principal alicerce do Estado Novo no pós-1937.

Cabe destacar que os estudos, tanto de José Murilo⁷ quanto de Frank D. McCANN⁸, enquadram as organizações militares no que Erving Goffman denominou de instituições totais. Para Goffman⁹, toda instituição tem tendências de fechamento, ou seja, conquistar parte do tempo e do interesse de seus participantes, oferecendo-lhes algo de um mundo. As instituições totais, para ele, são mais “fechadas” e o seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições

⁵MCCANN, Frank D. *A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro*. Recife-PE: Guararapes, 1982. p. 11.

⁶MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro, 1889 – 1937*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. p. 10.

⁷CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: Carvalho, J. M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 13.

⁸MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro, 1889 – 1937*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. p. 16.

⁹GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 16.

à saída para o mundo fora da instituição. Tendo como base os estudos de Goffman, José Murilo escreve que as organizações militares possuem características e vida própria, e McCANN afirma que Exércitos são instituições fechadas, que se preocupam com a segurança do país.

Tal opção teórica tem sua finalidade. Os dois pesquisadores distanciaram-se de interpretações – que se apoiam na lógica puramente instrumentalista, a saber: as Forças Armadas como simples representantes de grupos sociais – e destacaram a importância dos fatores organizacionais para entender o comportamento político dos militares.

O enfoque organizacional para o entendimento do comportamento das Forças Armadas também aparece nas pesquisas de Edmundo Campos Coelho. Tal orientação teórica é defendida pelo autor em dois trabalhos: *Em busca da identidade*¹⁰ e *A instituição militar no Brasil*¹¹. No livro, editado em 1976, trabalho mais denso, o autor qualifica as premissas básicas¹² da concepção instrumental do papel do Exército e questiona o valor delas para explicação do papel do Exército em eventos políticos mais recentes na época. Ainda nesse trabalho, o autor defende que a evolução histórica do Exército se efetivou por três processos conectados: crescimento dos interesses e necessidades próprios da organização como elementos de seu comportamento político; alcance de índices cada vez mais elevados de autonomia com relação ao sistema societal e com relação a segmentos deste e “fechamento” crescente aos influxos da sociedade civil.

Na publicação de 1985, o pesquisador apresentou os principais trabalhos já publicados sobre a instituição militar até aquele momento, destacando os limites e alcances desses trabalhos¹³ para o entendimento do comportamento militar.

Em linhas semelhantes, Frank D. McCann¹⁴ também acredita que seja preciso analisar o Exército para compreender suas relações com o Estado e com a

¹⁰COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

¹¹COELHO, Edmundo Campos. *A instituição militar no Brasil*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n° 19, p. 5-19, 1° Semestre de 1985.

¹²Para Edmundo, as premissas da concepção instrumental são: suposição de um elevado grau de “abertura” do Exército aos influxos da sociedade civil e de que às Forças Armadas falta autonomia para formular sua “política externa” independente, seja em suas relações com o sistema inclusivo ou com segmentos deste.

¹³Sobre os autores que serviram de base para a análise de Edmundo, ver: COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit. pp. 6 – 14.

¹⁴MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889 – 1937*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

sociedade. Entretanto, o autor afirma que o Exército, nas duas primeiras décadas do século XX, suprimiu movimentos sociais por ordem de um governo nacional controlado pela elite civil, o que, para ele, constitui indício de que a evolução histórica do Exército tenha seguido uma trajetória da instrumentalidade à autonomia.

Portanto, ressaltamos que os trabalhos de José Murilo de Carvalho, Edmundo Campos Coelho e Frank D. McCann, guardadas as peculiaridades de cada autor, priorizaram as variáveis institucionais – evolução dos efetivos, ideologia organizacional, processo de recrutamento, treinamento do corpo de oficiais, entre outras – como elementos de análise para a compreensão do comportamento dos militares, seja na interação com os civis, seja na relação com o Estado, seja na relação com a sociedade. Essa estratégia analítica não é adotada por outros pesquisadores, como Alfred Stepan.

No livro *Os militares na política*¹⁵, o objetivo de Stepan foi verificar o que mudou na relação entre militares e civis em março de 1964, pois, alterado o comportamento, altera-se o modelo de interpretação. As variáveis¹⁶ institucionais ganham outro sentido na perspectiva analítica do autor. Elas não constituem elementos definidores do comportamento político dos militares, mas ajudam a moldar o estilo, o alcance e a adequação das respostas políticas dos militares às pressões vindas do sistema político global. O autor, portanto, desloca o eixo principal de análise das variáveis institucionais para o sistema político global. Em face desse deslocamento, para o autor: “é mais adequado empiricamente e de maior utilidade no plano teórico analisar o papel dos militares na política em termos do militar como instituição política, sujeita a muita das pressões que experimenta o governo”¹⁷. Em outras palavras, a instituição militar não pode ser pensada de forma autônoma, mas sim como um subsistema que reage a mudanças no conjunto do sistema político.

A reação do subsistema militar às crises ocorridas no sistema político entre 1945 e antes de 1964 foi batizada por Stepan de padrão moderador. Segundo o

¹⁵STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

¹⁶As seguintes variáveis institucionais foram analisadas nos três primeiros capítulos do livro de Stepan: estrutura de recrutamento; efetivo das Forças Armadas; origens sociais e organização interna do quadro de oficiais; normas burocráticas da instituição militar, como estrutura de educação e promoção. A conclusão do autor é que nenhum fator, seja institucional, seja de outro tipo, tomado isoladamente, pode explicar ou prever o comportamento político dos militares. STEPAN, Alfred. Op. Cit. p. 21.

¹⁷STEPAN, Alfred. Op. Cit. p. 12.

pesquisador¹⁸, o padrão moderador orientou as relações entre civis e militares nesse período no Brasil. Esse modelo é pautado nas seguintes premissas: os militares atuam como conservadores e mantenedores do sistema e restringem-se à deposição do chefe do Executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos. Esse papel moderador é aceito pelos militares por duas crenças: os militares acreditam na legitimidade e na praticabilidade das formas políticas parlamentares e entendem que não possuem, em relação aos civis, capacidade relativa para governar. Ou seja, os militares acreditavam, antes do movimento de 31 de março de 1964, que as crises podiam ser resolvidas efetivamente pelo retorno do governo ao controle civil e que dispunham de baixo grau efetivo para governar.

À medida que essas crenças foram intensamente questionadas entre 1961 e início de 1964, segundo Stepan¹⁹, alterou-se o modelo de relação entre civis e militares. Isto é, os militares, após o golpe civil-militar de 1964, não se limitaram a depor o chefe do Executivo, mas assumiram o poder político do país.

Muitos pesquisadores²⁰ avaliam positivamente o trabalho de Stepan pela forma habilidosa e competente como o autor organizou os dados e testou alguns modelos teóricos sobre a relação entre civis e militares. Outros, entretanto, discordam das características do modelo moderador de relação entre civis e militares formuladas por Stepan. Para João Roberto Martins Filho²¹, para citar um exemplo, as características da função moderadora ignoram alguns pontos cruciais do papel dos militares, sobretudo depois de 1930. Para ele, as Forças Armadas não só se afirmaram como um ator importante no jogo político, mas também a timidez atribuída aos militares e a autoimagem de inferioridade não parece passar de um mito. Na mesma direção, Antônio Carlos Peixoto afirma²² que a cooptação dos militares pelos civis não apresenta nenhuma consistência empírica, já que se supõe uma atitude de passividade por parte das Forças Armadas, a qual jamais houve no Brasil.

¹⁸STEPAN, Alfred. Op. Cit. p. 50.

¹⁹ STEPAN, Alfred. Op. Cit. p. 92.

²⁰ São os casos de Edmundo Campos Coelho, Frank D. McCann e Antônio Carlos Peixoto.

²¹FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 103.

²²PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 38.

Antônio Carlos Peixoto apresentou algumas limitações das características do modelo moderador formuladas por Stepan. Entretanto, ele defende, assim como Stepan, que a instituição militar faz parte de um conjunto mais vasto – o aparelho do Estado, para ele, ou o sistema político, para Stepan – e não se acha desvinculada da sociedade global. Sob esse prisma, Peixoto²³ afirma que o fenômeno militar é o resultado da articulação das pressões exercidas pela sociedade global com certo número de traços e características institucionais.

Enquanto Edmundo Campos Coelho²⁴ acredita que as características institucionais são forjadas pelos interesses corporativos da instituição, e esse posicionamento do autor fornece subsídios para as críticas ao seu modelo teórico, Antônio Carlos Peixoto destaca que elas são o resultado do relacionamento estabelecido historicamente entre a organização e a sociedade. Portanto, para Peixoto, “é na interação com os agentes sociais que se encontram os fundamentos do comportamento militar e os pontos-chave que possibilitam sua compreensão”. Visão essa também defendida por Stepan²⁵, pois o que molda o subsistema militar são as interações políticas ocorridas dentro do sistema político global.

Peixoto ainda destaca que o fenômeno da interação ou a noção de interação aplicada ao jogo político não só se encontra presente em todos os níveis, seja na formação das características institucionais, seja na determinação das opções estratégicas, por fim, na origem e evolução das tensões e dos conflitos militares, mas também aponta para a capacidade do aparelho militar-institucional de produzir mudanças nas estratégias dos grupos aliados e adversários e permite que o jogo político das Forças Armadas seja apreendido como o resultado de alianças estabelecidas entre as elites militares e as frações das elites civis.

É igualmente importante nesse debate a tese de doutorado de Fernando da Silva Rodrigues, apresentada em 2008²⁶ na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e publicada em 2010²⁷. O trabalho apresenta não só alguns aspectos do processo de modernização profissional do Exército brasileiro, mas também quais os modelos de

²³ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. p. 31

²⁴ COELHO, Edmundo Campos. A Instituição Militar no Brasil. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n° 19, p. 5-19, 1° Semestre de 1985.p. 9.

²⁵ STEPAN, Alfred. Op. Cit. p 43.

²⁶ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira*: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do exército brasileiro no período de 1905 a 1946. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p. 18.

²⁷ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Indesejáveis*: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do exército brasileiro (1905 – 1946).Jundiaí: Paco, 2010.

organização a Escola Militar adotou no processo de seleção e de formação do quadro de Oficiais ao longo da primeira metade do século XX²⁸. A conclusão a que o autor chega é que houve um afastamento de um modelo teórico-cientificista e a opção por um modelo profissional mais prático e objetivo. Esse novo modelo suscitou mudanças na cultura política institucional, as quais levaram, nos anos 1930 e 1940, à construção de padrões de discriminação no processo de seleção dos candidatos às escolas militares, principalmente de racismo e de antissemitismo. A pesquisa inova no campo da historiografia sobre militares, pois só detecta tipos de discriminação no processo de acesso dos candidatos em um Instituto de Ensino Superior do Exército e ainda observa a articulação do pensamento político de formação de uma elite em um Instituto de Ensino Superior Militar.

Ressaltam-se também os trabalhos de Celso Castro. O pesquisador é doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ, autor e organizador de vários livros sobre os militares. Entre os seus livros podemos destacar: *O espírito militar* (Zahar, 1990); *Os militares e a República* (Zahar, 1995); *A invenção do exército brasileiro* (Zahar, 2002); e *Exército e nação* (FGV, 2012).

No seu primeiro livro, *O espírito militar*²⁹, o autor fez um trabalho de campo, orientado por questões sociológicas e antropológicas. O objetivo do livro foi apresentar uma interpretação sobre como ocorre o processo de socialização profissional, que o civil deve aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. Nesse caso, Celso Castro usou como método de análise a interação cotidiana entre os cadetes mais novos e os mais antigos e entre os oficiais.

No livro *Os militares e a República*, o autor não só procurou entender como a ideia de República desenvolveu-se em um grupo específico de militares, mas também como se chegou ao Golpe de 1889. O foco do estudo foi a jovem oficialidade do Exército, isto é, como um projeto de República se efetivou entre esses oficiais e que estratégias foram adotadas para estabelecer esse projeto de República na jovem oficialidade.

No livro *A invenção do exército brasileiro*³⁰, o autor verificou como ocorreu a institucionalização de três importantes tradições do Exército, a saber: o culto a Duque de Caxias, a comemoração da vitória sobre a “Intentona Comunista”, em 1935, e, por

²⁸ RODRIGUES, F. S. Op. Cit. p. 3.

²⁹ CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

³⁰ CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

fim, a comemoração do Dia do Exército em 19 de abril, data da primeira Batalha dos Guararapes.

E, por fim, o livro *Exército e nação*³¹. Esse último, com a participação da historiadora Adriana Barreto de Souza, é o resultado de pesquisas que o autor desenvolveu ao longo de duas décadas. O livro reúne oito estudos sobre a história do Exército brasileiro no período republicano. Para o autor, um tema comum encontra-se presente no conjunto dos estudos, a saber: “a preocupação constante dos militares em estabelecer ou recriar vínculos com a nação brasileira”³².

Cabe destacar: não existem pesquisas com ênfase na discussão sobre atuação do Exército em 1945. Entretanto, existem trabalhos que trazem um panorama geral do processo político que culminou com a retirada de Vargas, em 29 de outubro de 1945, da chefia do Executivo Federal e, conseqüentemente, com a redemocratização do país, efetivada através da realização do pleito eleitoral, de 2 de dezembro de 1945. Como exemplos desses trabalhos, há os livros de Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*³³, o de Hélio Silva, *1945: porque depuseram Vargas*³⁴, e o de José Murilo de Carvalho, *Forças armadas e política no Brasil*³⁵.

Outro trabalho que fez um panorama dos momentos finais do Estado Novo é a dissertação de Mestrado³⁶ de Alessandra de Carvalho. O objetivo da pesquisadora foi analisar a continuidade verificada entre os regimes ditatoriais e democráticos na República brasileira no que se refere à permanência no poder dos mesmos grupos políticos, bem como dos altos níveis de desigualdade social. Sendo assim, a historiadora não teve como foco as articulações ocorridas no Exército e na sociedade, em 1945, com a finalidade de controlar o processo de redemocratização do país, em 1945.

Consoante a Antônio Carlos Peixoto³⁷, e o que indicamos anteriormente, na tentativa de discutir a relação entre Forças Armadas, sociedade civil e Estado, duas matrizes orientaram as pesquisas sobre militares no Brasil: a matriz instrumentalista e a matriz institucional-organizacional. Na primeira, os militares agiriam como

³¹ CASTRO, Celso. *Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

³² CASTRO, Celso. Op. Cit. p. 7.

³³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

³⁴ SILVA, Hélio. *1945: porque depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

³⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

³⁶ CARVALHO, Alessandra. *Do autoritarismo à democracia? Um estudo sobre os processos de transição no Brasil (1945 e 1984)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2000.

³⁷ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. p. 31.

representantes de grupos sociais: seja da oligarquia, seja dos setores médios. Edmundo Campos Coelho³⁸ considera, ainda, o paradigma moderador como uma vertente da matriz instrumental, já que ela imputa ao Exército o desempenho de uma função arbitral, cujo conteúdo e sentido são definidos fora das fronteiras da organização militar e independentemente dela.

Segundo José Murilo de Carvalho, a tese dos militares como representantes da classe média foi exposta pela primeira vez em 1933 por Virgílio Santa Rosa em *O sentido do tenentismo*. Posteriormente, vários autores repetiram-na, entre eles Nelson Werneck Sodré na obra *História militar do Brasil*. Para Carvalho, tal concepção reduz a instituição militar a meros reflexos de influências externas e, dando-se pouca atenção aos aspectos internos das organizações, atribui-se “aprioristicamente determinados papéis políticos às Forças Armadas³⁹”.

Os dois pesquisadores, José Murilo e Edmundo Campos, ao criticarem a opção analítica da concepção instrumental – que busca, conforme expõe Peixoto⁴⁰, nos interesses das classes, dos grupos, das forças políticas e das correntes de opinião os motivos condutores das manifestações militares – sinalizam para a estratégia analítica da segunda matriz, isto é, tomar a organização como unidade de análise para o melhor entendimento do comportamento das Forças Armadas.

Há algumas décadas, não existe, na literatura acadêmica sobre militares, nenhuma dúvida quanto à inconsistência empírica da primeira matriz, que busca interpretar o sentido do comportamento do Exército através dos interesses antagônicos das classes sociais.

Acreditamos que o grande embate, atualmente, fica por conta da matriz organizacional, tal como concebida por Edmundo Campos Coelho, e da noção de subsistema militar, aplicada por Stepan, e, até certo ponto, defendida por Antônio Carlos Peixoto. Para esse último autor, as Forças Armadas não são um agente político tal como outros, haja vista as características de seu funcionamento interno e de sua finalidade. Entretanto, e nesse ponto ele aproxima-se de Alfred Stepan, como

³⁸COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1976. p. 33.

³⁹CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p. 13.

⁴⁰PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. p. 29.

instituição, as Forças Armadas fazem parte de um conjunto mais vasto, não se achando desvinculadas da sociedade global. Portanto, estão sujeitas às mesmas pressões que outros grupos sofrem do sistema político global. De acordo com essa linha de raciocínio, o fenômeno militar é o resultado das pressões exercidas pela sociedade global, com certo número de traços e características institucionais.

Para Peixoto⁴¹, o modelo de Stepan, mesmo que insuficientemente, é o que mais incorpora as noções de interação e de convergências. E essa observação é importante, pois, segundo ele, “é na interação das Forças Armadas com os agentes sociais e políticos que se encontram os fundamentos do comportamento militar e os postos-chave que possibilitam sua compreensão”⁴². No enfoque organizacional, entretanto, os fundamentos do comportamento militar encontram-se nos chamados interesses corporativos, entre os quais, na visão de Edmundo⁴³, a autopreservação institucional é o mais importante. Depreende-se que para um autor, Antônio Carlos Peixoto, a compreensão do comportamento da instituição passa pelo entendimento da relação que ela estabelece com o seu meio externo. Já para o outro, Edmundo Campos Coelho, primeiro é preciso compreender a instituição para depois identificar o relacionamento dela com o ambiente externo.

Do ponto de vista teórico, conjugamos aqui as duas concepções analíticas – a que examina a instituição e, concomitantemente, o relacionamento dela com o meio societal que a circunscreve. Em outros termos, entendemos que o papel do Exército, em 1945, não foi pensado, articulado e executado devido a demandas internas, unicamente, e, muito menos, a externas, exclusivamente, mas dependeu da ação de indivíduos que se utilizaram da análise de fatores internos e externos e que circulavam nos dois ambientes sociais.

Construímos duas hipóteses, a saber: a proposta do general Góes Monteiro (fazer a política do Exército e não a política no Exército) dependeu de acertos com outros militares integrantes da cúpula militar e articulações com indivíduos do meio civil; e

⁴¹PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. p. 37.

⁴²PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. p. 31.

⁴³COELHO, Edmundo Campos. *A instituição militar no Brasil. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, nº 19, p. 5-19, 1º Semestre de 1985. p. 9.

nos primeiros meses de 1945 e ao longo do ano, aumentou a pressão de diferentes grupos da sociedade para a redemocratização do país. Nesse contexto, setores da alta cúpula do Exército buscaram uma estratégia de ação que previa o acompanhamento e o controle do processo de abertura política por parte da instituição.

Para discutirmos o papel do Exército no processo de transição do Estado Novo para o período de redemocratização no ano de 1945, organizamos esta dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo analisamos a leitura feita pela cúpula militar do cenário político nacional, pois acreditamos que essa leitura influenciou os militares nas tomadas de decisões. Iniciamos com autores que analisaram esse período e, posteriormente, usamos alguns relatórios secretos organizados no Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra e Boletins Secretos de Informações dos anos de 1944 e 1945, depositados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Essa documentação era uma das bases de informações usadas por alguns integrantes da cúpula do Exército. Sendo assim, esse capítulo teve como objetivo analisar o cenário político brasileiro, em 1944 e 1945 e, particularmente, a leitura feita desse momento político por integrantes da cúpula militar do Exército.

No segundo capítulo focalizamos a *fé-de-ofício* de alguns oficiais gerais da alta cúpula militar. Verificamos a trajetória da carreira militar desses oficiais para compreender melhor as suas escolhas em 1945. Através da análise dessas fontes, tivemos como objetivos: discutir o desenvolvimento da carreira militar desses oficiais gerais; analisar a interação entre esses militares ao longo da carreira e, acima de tudo, evidenciar quem foi a elite militar que definiu as estratégias de atuação do Exército em 1945.

No terceiro capítulo foram priorizadas as correspondências enviadas e recebidas pelo general Góes Monteiro. Observamos as articulações e os projetos de ação, os quais circularam no meio civil e no meio militar. Sendo assim, tivemos os seguintes objetivos nesse capítulo: verificar as articulações na alta cúpula militar e entre ela e setores da elite política e econômica do país; identificar o papel atribuído ao Exército por militares e por setores da camada civil; reconhecer os fatores que facilitaram e serviram de obstáculo para a atuação política do Exército; e, por fim, identificar quais eram os projetos defendidos pela cúpula militar e os defendidos pela elite civil na ocasião,

sobretudo, no que diz respeito às relações Forças Armadas e política e Forças Armadas e sociedade no Brasil.

Por fim, uma conclusão na qual apresentamos uma síntese dos principais tópicos discutidos ao longo da dissertação.

CAPÍTULO I

O momento político: 1944 e 1945

Este capítulo tem como objetivo analisar o cenário político brasileiro, em 1944 e 1945, e, particularmente, a leitura feita sobre esse momento político pela cúpula militar do Exército. Tal leitura plasmou as tomadas de decisões dos militares nesse período e, consequentemente, influenciou o papel do Exército em 1945.

Para alcançar tal objetivo, partiu-se, inicialmente, da historiografia sobre o período e, posteriormente, analisaram-se alguns relatórios secretos do Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra referentes aos anos de 1944 e 1945, o Boletim Secreto de Informações nº 14 da 2ª Região Militar, de 22 de dezembro de 1944, e o Boletim Secreto de Informações nº 1, organizado no Gabinete do Ministro da Guerra, de 11 de janeiro de 1945.

Foram encontrados os relatórios dos meses de maio, junho, julho, agosto, especial de agosto, setembro e dezembro de 1944. E, para o ano de 1945, foram lidos os relatórios de agosto, setembro, outubro e novembro. Como se pode perceber, essa documentação era elaborada mensalmente; entretanto, quando a situação exigia, era produzido um relatório especial referente àquele mês. Foi o caso do mês de agosto de 1944, quando, além do relatório mensal, foi providenciado um relatório especial. Essa excepcionalidade será abordada mais à frente.

Usou-se a seguinte estratégia analítica: verificação dos temas abordados na documentação do ano de 1944 e, posteriormente, do ano de 1945, observando as questões que mais preocupavam os militares nesse período de redemocratização.

1.1 Historiografia em foco

O panorama político brasileiro, em 1945, já foi abordado de diferentes perspectivas: seja através da construção da memória de um partido político, como fez Virgílio Alvim de Melo Franco no livro *A Campanha da UDN*⁴⁴ (União Democrática Nacional); seja na tentativa de interpretar os fatores mais importantes na determinação das tendências da política brasileira, desde a Revolução de 1930, passando pelo

⁴⁴FRANCO, Virgílio. A. de Mello. *Campanha da U.D.N (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946.

processo de redemocratização, em 1945, até a queda do Ex-Presidente João Goulart, em 31 de março de 1964, como se dedicou o brasilianista Thomas Skidmore no livro *Brasil: de Getúlio a Castelo*⁴⁵; seja na análise da intensa agitação social e política pela qual passou o Brasil, em 1945, como expuseram Hélio Silva⁴⁶ e Edgar Carone⁴⁷.

Fatos inter-relacionados marcaram o processo de redemocratização no Brasil. Observam-se a articulação de correntes contra o Estado Novo, as manifestações pró-Getúlio Vargas, sobretudo da população mais pobre, e a criação de agremiações partidárias - UDN, PSD e PTB (União Democrática Nacional, Partido Social Democrático e Partido Trabalhista Brasileiro), que passaram a atuar no cenário político brasileiro de 1945 a 1964. Paralelamente, observam-se as medidas implementadas pelo governo rumo à redemocratização; porém, ao aproximar-se das eleições marcadas para 2 de dezembro daquele ano, Getúlio Vargas estimulou especulações com respeito à sua verdadeira atitude diante das eleições iminentes. Nesse cenário, nota-se a atuação da cúpula militar do Exército, que serviu não só de esteio para o golpe que instituiu o Estado Novo e para sua duração, mas também foi peça central na sua derrubada.

Uma contribuição para a compreensão desses fatos encontra-se no livro *Campanha da UDN (1944 – 1945)*, organizado por Virgílio Alvim de Mello Franco⁴⁸ e publicado em abril de 1946. Signatário do Manifesto dos Mineiros⁴⁹ e eleito por aclamação e em substituição ao Sr. José Eduardo de Prado Kelly, Secretário Geral Nacional da União Democrática Nacional (UDN), na terceira reunião do diretório nacional⁵⁰, em 17 de agosto de 1945, Virgílio Alvim de Mello Franco foi uma liderança importante nas articulações que visavam à redemocratização do país e nas articulações que estabeleceram um diálogo entre o Exército e os líderes dos movimentos antiEstado Novo.

⁴⁵SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

⁴⁶SILVA, Hélio. *1945: porque depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

⁴⁷CARONE, Edgar. *A República Liberal II Evolução Política (1945 – 1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

⁴⁸Foi biografado por Carolina Nabuco em *A vida de Virgílio de Melo Franco* (1962).

⁴⁹O Manifesto dos Mineiros, lançado em 24 de outubro de 1943 na capital da República, é considerado a primeira manifestação coletiva contra o Estado Novo.

⁵⁰A União Democrática Nacional (UDN) foi fundada em 7 de abril de 1945. Em 21 de abril, do mesmo ano, o diretório reuniu-se pela primeira vez. Em 14 de agosto, o diretório reuniu-se pela segunda vez. FRANCO, Virgílio. A. de Mello. *Campanha da U.D.N (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946. p. 311.

Nesse livro, o então secretário da UDN reuniu anotações e documentos sobre a evolução e a organização de manifestações contra Getúlio Vargas, sobre os contatos com o Exército e sobre o processo de formação da UDN, principal agremiação política de contestação ao Estado Novo, e ainda procurou descrever, conforme a sua leitura do panorama político, os principais acontecimentos que assinalavam o declínio do Estado Novo. Dentre eles destacaram-se: o Manifesto dos Mineiros (24/10/1943); o primeiro Congresso Brasileiro de Escritores (22/01/1945); a entrevista de José Américo ao Correio da Manhã (22/2/1945); a promulgação da Lei Constitucional n.º 9 (28/2/1945), prevendo a realização de eleições; a promulgação da nova Lei Eleitoral n.º 7586 (28/5/45); e a condenação por setores da sociedade brasileira do Decreto-lei n.º 8063 (10/10/45), que antecipou as eleições para governadores dos Estados e Assembleias Legislativas do dia 6 de maio de 1946 para o dia 2 de dezembro de 1945. Essa antecipação foi encarada como um desrespeito à Lei Constitucional n.º 9 e como uma manobra para diminuir os esforços para a realização do pleito presidencial, marcado para 2 de dezembro de 1945.

O Manifesto dos Mineiros, originalmente confeccionado com o título de Manifesto aos Mineiros, datado de 24 de outubro de 1943, é considerado como a primeira manifestação coletiva de protesto contra o Estado Novo⁵¹. Intelectuais e políticos de Minas Gerais foram os responsáveis pela elaboração e distribuição do documento. Entre os signatários há nomes como o de Arthur Bernardes (presidente da República de 1922 – 1926), Pedro Aleixo (deputado federal pelo Estado de Minas Gerais de 1935 -1937) e Virgílio Alvim de Mello Franco (deputado federal pelo estado de Minas Gerais de 1935 -1937). É crível que esses políticos desejavam retornar ao cenário político. Para eles⁵², a compulsória e prolongada abstinência da vida pública fora uma agressão à tradição democrática do povo mineiro, que se baseava no amor à crítica e ao debate, no apego às prerrogativas da cidadania, no dever político e na irresistível vocação para a vida pública.

O conteúdo do manifesto expressa forte tradição regionalista. Foi uma crítica às supostas vantagens da centralização administrativa e do governo monocrático, nos quais se pautava o Estado Novo. Longe de ser uma convocação para a luta em campo aberto,

⁵¹Os seguintes autores assinalam este fato: FRANCO, Virgílio. A. de Mello. Op. Cit. p, 13; SILVA, Hélio. Op. Cit. p, 63; e MACEDO, Michelle Reis de. *O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 29.

⁵²Manifesto aos Mineiros, apud FRANCO, Virgílio. A. de Mello. Op. Cit. p, 103.

o manifesto procurou corroer as bases do regime estadonovista. Sendo assim, opunha-se ao Estado Novo e alertava sobre os males provenientes da falta de alternância do exercício do poder.

Para Virgílio Alvim de Mello Franco, a brandura da linguagem do manifesto dissimulava o ataque ao dogma que servia de alicerce à estrutura do Estado Novo: “o da chefia nacional, eufemismo vernáculo do *fuehrer-prinzip*, ou avatar enfurecido do poder pessoal⁵³”. Vargas teria usurpado a soberania popular com o pretexto de implantar um Estado moderníssimo e renovado nos seus fundamentos. Para o udenista, os efeitos psicológicos, no campo da política prática, alertavam-no que a ditadura só desabaria se perdesse o devotamento dos seus sustentáculos, “sobretudo dos que estivessem no comando das Forças Armadas”⁵⁴. Portanto, concluiu ele, só uma manifestação serena e imparcial das realidades conhecidas conduziria ao objetivo desejado, pois um ataque frontal poderia produzir irritações e outras reações de solidariedade sentimental.

Vargas não deixou sem resposta. Conforme destaca o verbete do dicionário histórico bibliográfico brasileiro⁵⁵, vários signatários foram atingidos em sua vida profissional. Adauto Lúcio Cardoso foi aposentado do cargo de consultor jurídico do Lloyd Brasileiro e exonerado do cargo de consultor jurídico do Ministério da Aviação e da presidência do Instituto Nansen; Afonso Pena Júnior foi afastado do cargo de advogado do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais; Antônio Neder foi exonerado do cargo de juiz de direito em Mangaratiba (RJ); Artur Bernardes Filho foi aposentado do cargo de chefe do Departamento Legal e Contencioso da Companhia de seguros Equitativa; entre outros.

As articulações em torno da elaboração do Manifesto serviram como estágio embrionário para a formação, em 1945, da UDN, principal partido de oposição a Getúlio Vargas. Sendo assim, Virgílio Alvim de Mello Franco, no cargo de Secretário geral do partido, em 1945, procurou entender-se com o General de Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Ministro da Guerra em substituição ao candidato governamental, General de Divisão Eurico Gaspar Dutra.

A ideia de que a UDN atraía os militares para intervenção na esfera política não parece corresponder à leitura feita pelo Secretário da UDN do papel das Forças

⁵³FRANCO, Virgílio. A. de Mello. Op. Cit. p. 13.

⁵⁴FRANCO, Virgílio. A. de Mello. Op. Cit. p. 14.

⁵⁵Verbetes do Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. www.fgv.br

Armadas nesse período. Ele sabia que a cúpula militar, que determinava os rumos das Forças Armadas, fazia parte do jogo político. E, por essa razão, era preciso estabelecer uma interlocução constante com esses militares.

Cabe destacar que a concepção teórica de Alfred Stepan⁵⁶ dos militares como um subsistema que é convocado para intervir no sistema político global, em momentos de crise, não cabe na leitura feita por Virgílio Alvim de Mello Franco. Para este último, era preciso interagir com a cúpula militar, pois ela possuía um peso importante nesse momento de indefinição da estrutura política do país. Portanto, era importante saber a posição dos chefes militares e ter o apoio deles no desenrolar dos acontecimentos rumo à redemocratização.

Logo depois de assumir a Secretaria Geral da UDN, em 17 de agosto de 1945, e ter organizado o secretariado, Virgílio Alvim procurou estabelecer uma interlocução direta com o General de Divisão Góes Monteiro. Conforme ele escreveu⁵⁷, o então Ministro da Guerra era seu amigo desde 1930, mas o diálogo com o general não foi sobre questões pessoais. Nas vésperas de 7 de setembro, Virgílio reuniu-se com o General Góes, a fim de denunciar as intimidações, em várias regiões do país, impostas aos correligionários da campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes. Para o udenista, o general mostrou-se amargurado e pessimista a respeito do desfecho da luta que se travava. E, também, desconfiado quanto às próprias ações desenvolvidas pela UDN e pelo Partido Comunista.

Como fruto da reunião entre os dois e com a aprovação do General, a Secretária Geral da UDN distribuiu uma nota à imprensa. Nesta nota atribuíam-se às Forças Armadas a responsabilidade da defesa da ordem e das franquias políticas dos cidadãos e a garantia da liberdade do pleito. Ainda nesta nota, o General Góes afirmava que as eleições presidenciais e para o Parlamento realizar-se-iam irrevogavelmente a 2 de dezembro. Ou seja, se Getúlio Vargas tivesse pretensões continuístas, ele não teria o apoio do estrategista militar da Revolução de outubro de 1930.

Dessa primeira reunião ficou acertado que o General Góes se reuniria com outras lideranças da UDN, o que foi providenciado pelo secretário desse partido. Sendo assim, ocorreram reuniões com Octávio Mangabeira, Presidente da Comissão Executiva

⁵⁶Essa concepção já foi desenvolvida na introdução do trabalho.

⁵⁷FRANCO, Virgílio. A. de Mello. Op. Cit. p. 36.

da UDN, e José Américo de Almeida, Presidente da agremiação⁵⁸, com algumas participações de Oswaldo Aranha e do Brigadeiro Eduardo Gomes.

A pauta de tais reuniões ficou a cargo do General Góes Monteiro⁵⁹, a saber: 1) não eleição de Getúlio Vargas, e 2) garantia de um pleito livre pela forma que fosse aceita pelas diferentes correntes da opinião nacional, exceto o comunismo. O general propusera as seguintes formas: realização do pleito com os candidatos, que já haviam sido escolhidos pelos partidos, ou com um candidato único; ou eleição indireta do presidente por uma Assembleia Constituinte. Esta última forma foi recusada pelos líderes da UDN. E a escolha de um candidato único era incompatível, pois não existia um nome que fosse aceito por democratas e getulistas. Portanto, mantiveram a fórmula do pleito sob bandeiras divergentes.

As elites, seja militar ou civil, relacionavam-se e articulavam-se, a fim de solucionarem o impasse político e definirem o caminho para a redemocratização. No nosso entendimento, a cúpula militar sabia da importância dos atores civis, assim como a elite civil sabia da importância da cúpula militar. Ou seja, naquele momento de crise política, os atores, civis e militares, interagiram a fim de encontrarem uma saída mais viável para ambos os lados. Pelo menos um ponto já estava definido: Vargas não continuaria na chefia do Executivo nacional.

Em linhas semelhantes e explorando os fatos já apontados por Virgílio Alvim de Mello Franco, Thomas Skidmore, Hélio Silva e Edgar Carone analisam, nos seus trabalhos⁶⁰, os acontecimentos que contribuíram para o enfraquecimento do Estado Novo.

A estratégia analítica de Thomas Skidmore concentrou-se, sobretudo, em compreender as ações de Getúlio Vargas nos últimos anos do Estado Novo. Conforme expõe o brasileiro, Vargas, em 1943, foi se preparando para uma nova atmosfera política, criada com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Em 1945, com o crescimento exponencial de grupos anti Estado Novo, Vargas cedeu o terreno diante da oposição e tomou medidas rumo à redemocratização. Entretanto, assumiu uma atitude dúbia com relação ao movimento queremista e inclinou-se para a esquerda, na sua política interna.

⁵⁸Cargos retirados da ATA da terceira reunião do Diretório Nacional da UDN. FRANCO, Virgílio. A. de Mello. Op. Cit. p, 313.

⁵⁹FRANCO, Virgílio. A. de Mello. Op. Cit. p, 38.

⁶⁰SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

À medida que se aproximava o pleito de 2 de dezembro de 1945, conforme destaca o autor, a posição de Vargas tornara-se enigmática em relação às suas reais intenções. Em outubro de 1945, Getúlio deu dois passos audaciosos. Ele antecipou a data das eleições estaduais e municipais para o mesmo dia das nacionais e comunicou a João Alberto, Chefe de Polícia do Distrito Federal, que este seria substituído por Benjamin Vargas, irmão de Getúlio. A antecipação das eleições alarmou a classe política, e a troca na Chefia de polícia foi o estopim para a retirada de Getúlio do Poder, em 29 de outubro de 1945.

A análise de Thomas Skidmore da atuação do Exército no processo de redemocratização limita-se ao papel desempenhado pelo General Góes Monteiro para a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945. Após esse fato, na leitura do brasilianista, o General Góes teria mobilizado a opinião dos oficiais generais em prol do apoio a um golpe para depor o presidente. Embora não tenha destacado fatores importantes para a atuação do Exército, em 1945, como a interação entre militares e civis, o pesquisador ressaltou a importância da figura do General Góes Monteiro para a atuação do Exército.

Para Edgar Carone⁶¹, o ano de 1945 passou por uma intensa agitação social e política. Tal agitação girou em torno de alguns problemas básicos e imediatos como o da anistia, das eleições presidenciais, da questão do queremismo (ou seja, continuidade de Getúlio Vargas no poder) e da Constituinte. Esses problemas, para o autor, demarcaram a divisão entre as forças situacionistas e opositoras, as quais congregavam civis e militares. O Ato Adicional n.º 9, de 28 de fevereiro de 1945, na sua interpretação, marca o início da queda do Estado Novo, completado com o afastamento de Getúlio Vargas do poder, em 29 de outubro de 1945.

A análise de Carone da ação das Forças Armadas, em 1945, restringiu-se ao afastamento de Getúlio Vargas. Para o pesquisador, coube aos militares, incentivados pelas forças civis da oposição, a deposição do presidente. Ele concorda com Thomas Skidmore sobre o papel de destaque desempenhado pelo General Góes nos eventos que determinaram o afastamento de Getúlio Vargas.

Hélio Silva procurou fazer, sobretudo, uma reconstituição do processo político brasileiro, em 1945. Seu enfoque principal concentrou-se em expor os movimentos de contestação ao Estado Novo, em apresentar as medidas viabilizadoras da abertura

⁶¹ CARONE, Edgard. *A República Liberal II Evolução Política (1945 – 1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

política e em narrar alguns acontecimentos que culminaram com a deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945.

Entre esses acontecimentos, há a interlocução que ocorreu entre o General Góes Monteiro e João Neves da Fontoura⁶², Embaixador em Lisboa. O representante do Governo brasileiro em Portugal encontrava-se no Brasil por questões pessoais, mas foi envolvido nas lutas da política interna. No diálogo que ocorreu entre o General Góes e o Embaixador, após acordos com Getúlio Vargas, definiu-se que o Presidente renunciaria e o General assumiria o governo garantindo o pleito na data marcada. Entretanto, tal fórmula deveria ter o apoio da oposição, o que não ocorreu por causa da negativa da UDN.

Esses três autores, Thomas Skidmore, Edgar Carone e Hélio Silva, ressaltaram o avanço das correntes antiEstado Novo, as decisões do governo rumo à redemocratização e a postura enigmática de Getúlio frente ao movimento queremista. Essas abordagens oferecem uma visão panorâmica do cenário político em 1945. Entretanto, pesquisas mais recentes aprofundaram-se em questões tratadas por esses autores de maneira superficial.

Um exemplo dessas pesquisas é o artigo de Jorge Ferreira *A democratização de 1945 e o movimento queremista*.⁶³ Nesse estudo, o autor procurou reconstituir o processo de transição democrática ocorrido em 1945, recuperando ideias, anseios, crenças e tradições políticas manifestadas por indivíduos que, entre fevereiro e outubro de 1945, exigiam a permanência de Getúlio Vargas no poder. Na concepção dele, a mobilização de apoio a Vargas, em 1945, identificada como um movimento de massa e batizada de queremismo, não pode ser entendida como um suposto condicionamento da propaganda do Estado Novo, mas expressou uma cultura política popular e uma identidade coletiva dos trabalhadores⁶⁴.

O historiador buscou nos textos dos sindicalistas e nas falas dos próprios trabalhadores a explicação para as manifestações de apoio a Getúlio Vargas. Conforme destacou, havia o temor de que, com a saída de Vargas, os benefícios da legislação social fossem suprimidos, além da total desconfiança em relação ao grupo que lutava pelo poder. Portanto, para Jorge Ferreira: “a transição democrática não ficaria mais

⁶²João Neves da Fontoura – Memórias – “Um Episódio Desconhecido na Campanha de 1945” O Globo, 15.02.60, pág 12, Rio de Janeiro. Apud, SILVA, Hélio. Op. Cit. p, 232.

⁶³FERREIRA, Jorge. A Democratização de 1945 e o Movimento Queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da Experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁶⁴FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p, 15.

restrita aos interesses das elites políticas, governistas ou de oposição⁶⁵”, mas a presença e a intervenção dos trabalhadores deveriam ser levadas em consideração nesse cenário político.

O *queremismo* também foi estudado por Michelle Reis de Macedo no livro *O movimento queremista e a redemocratização de 1945*⁶⁶. O livro é resultado da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense sob a orientação de Jorge Ferreira. Michele Macedo procurou compreender as opções e as escolhas políticas dos trabalhadores e populares, envolvidos no movimento *queremista*; desvendar as motivações desses grupos mobilizados no *queremismo*; e analisar as contribuições dessa mobilização para o comportamento e aprendizado político deles. A partir dessas ações, a autora teve como objetivo verificar a importância do *queremismo* para o processo democrático em 1945, para a organização e mobilização de trabalhadores e populares e para a configuração de uma cultura política com base no trabalhismo.

Também merece destaque o trabalho de Lucília de Almeida Neves Delgado. A professora – Titular do Departamento de História da PUC-Minas –, no artigo *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*⁶⁷, dedicou-se não só a analisar as organizações partidárias e frentes parlamentares que atuaram no Brasil entre 1945 e 1964, mas também a interpretar um movimento da história, que se estendeu por dezenove anos.

Para a historiadora, a transição política do Estado Novo à nova ordem democrática foi processada sem amplas bases sociais de contestação a Getúlio Vargas, ou seja, a corrente antiEstado Novo era numericamente limitada e de extração social e política muito bem definida: “reunia empresários, bacharéis, militares de alta patente e intelectuais comprometidos com os princípios liberais”⁶⁸. Segundo a autora, o governo, em 1945, sofria pressões internacionais e nacionais para ajustar-se aos valores da liberal democracia. Era preciso, portanto, definir as regras para a abertura política. Entre essas

⁶⁵FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p, 19.

⁶⁶MACEDO, Michelle Reis de. *O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p, 28.

⁶⁷DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da Experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁶⁷FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p, 15.

⁶⁸DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. Op. Cit. p, 132.

regras encontravam-se as que definiriam a formação dos partidos políticos. De acordo com a historiadora, através da lei eleitoral, de 28 de maio de 1945 (Lei Agamenon)⁶⁹, adotou-se, pela primeira vez na história republicana, como condição obrigatória para o registro de qualquer agremiação partidária, seu caráter nacional.

A Lei Agamenon garantiu dois pilares principais para o sistema político brasileiro: o pluralismo partidário e a abrangência nacional. Entretanto, o que se observou, de 1945 até implantação do regime militar em 1964, foi um triângulo partidário, ou seja, três partidos criados em 1945 destacaram-se no cenário político brasileiro: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nas palavras da pesquisadora: “Esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder⁷⁰”. Sendo assim, o que se pensou, se articulou e se praticou na transição do Estado Novo à nova ordem democrática influenciou diretamente a estrutura de poder durante e após a redemocratização.

Portanto, e de acordo com as pesquisas dos autores citados acima, o cenário político em 1945 encontrava-se da seguinte maneira: Estado Novo com suas estruturas de controle em questionamento; apoio dos trabalhadores a Vargas e a tudo que ele representava de ganho real e simbólico na área social; criação dos partidos políticos juntamente com o retorno à atividade do Partido Comunista Brasileiro (PCB); eleições presidenciais marcadas para 2 de dezembro de 1945 e, por fim, apreensão constante do grupo antiEstado Novo, quanto às reais intenções de Getúlio Vargas.

Os autores citados acima, ou ressaltaram sucintamente ou não avaliaram a ação dos militares no período analisado. Entretanto, outros pesquisadores⁷¹, ainda que não tivessem o foco exclusivo em 1945, avaliaram as transformações ocorridas no Exército desde a Proclamação da República, em 1889, passando pela década de 1920, pela Revolução de outubro de 1930, pela revolução constitucionista de 1932, em São Paulo, pelo levante comunista de 1935, pela instauração do Estado Novo, em 1937, e,

⁶⁹A Lei Agamenon foi elaborada por Agamenon Magalhães, ex-interventor em Pernambuco, que assumiu o Ministério da Justiça no dia 3 de março de 1945.

⁷⁰DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. Op. Cit. p. 135.

⁷¹Destacamos os seguintes autores: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006; MCCANN, Frank. D. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro, 1889 – 1937*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. Sendo que análise de Frank D. MCCANN termina em 1937.

por fim, pelo fim do Estado Novo em 1945. Transformações que alteraram significativamente a relação da instituição com o Estado e com a Sociedade.

Nesta linha, temos os estudos de José Murilo de Carvalho e Frank D. McCann. O primeiro, como já foi ditona introdução deste trabalho, reuniu no livro *Forças Armadas e política no Brasil*⁷², suas pesquisas desenvolvidas ao longo de três décadas. O segundo apresentou no livro *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro, 1889 – 1937*⁷³, sua principal pesquisa sobre o Exército brasileiro.

José Murilo de Carvalho analisou os aspectos internos da instituição, a fim de compreender o papel dos militares na política brasileira. Para o estudo com recorte na primeira república (1889 -1930)⁷⁴, o autor deu atenção às seguintes características organizacionais: o processo de recrutamento; o treinamento do corpo de oficiais; a estrutura interna, ou seja, o tamanho e a localização geográfica dos efetivos militares; e, por fim, a ideologia organizacional. Além dessas características, o autor analisou outros indicadores para medir o grau de envolvimento político dos militares e de sua participação no poder. Foram eles: ocupação de cargos políticos e administrativos por militares; aumento de salário concedido no início da República; e, finalmente, evolução dos efetivos das polícias militares em comparação com o efetivo do Exército.

Após analisar as características e os indicadores, apresentados em dezenove quadros, o pesquisador relatou as suas conclusões sobre a evolução das Forças Armadas e de seu papel durante a Primeira República⁷⁵. Primeiro, o Exército lutou para se tornar uma organização nacional com a capacidade de planejar e executar uma política de defesa no seu sentido amplo; segundo, as transformações organizacionais aconteceram concomitantemente com o envolvimento político dos militares, por isso houve influência mútua entre os dois fenômenos; terceiro, a transição da política na organização para a de política de organização implicariamudança na natureza das intervenções; quarto, a urbanização e a industrialização reduziram a influência política e econômica das oligarquias rurais, o que forneceu importantes aliados àsForças Armadas; e, por último, a coincidência de interesses entre grupos de militares e grupos

⁷²CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

⁷³MCCANN, FranK. D. *Soldados da Pátria: História do Exército brasileiro, 1889 – 1937*; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

⁷⁴CARVALHO, José Murilo de. *AsForças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: Carvalho, J. M. *Forças Armadas e Políticoano Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

⁷⁵CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. pp 59 – 61.

do setor civil, acompanhada da aliança política entre eles, não foi a causa do impulso para a mudança no conceito de defesa nacional e, portanto, no papel das Forças Armadas, mas veio de dentro da organização militar, no sentido de que se prendia sobretudo a razões de defesa. Dito de outra forma, o impulso para o envolvimento político do Exército veio de dentro da organização e não foi fruto da interação entre a cúpula militar e o elemento da elite civil.

Para o estudo com recorte no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), José Murilo de Carvalho manteve a mesma base teórica: analisar a instituição para entender o comportamento político dos militares. Para o pesquisador, com o fim da Primeira República, marcado pela Revolução de outubro de 1930, o Exército se viu instalado no centro do poder. Entretanto, a instituição que emergiu da revolução se encontrava fragmentada e com dificuldades para sobreviver no ambiente hostil que se seguiu. Sendo assim, a consolidação do poder militar e a definição do conteúdo de sua ação política exigiram um longo esforço e ocasionaram o choque de correntes divergentes dentro e fora da organização.

Na instituição, essas correntes correspondiam a modelos ideológicos distintos de relações entre Exército e política. Existiam os neutralistas – oficiais contrários à intervenção militar na política, os quais seguiam os ensinamentos da Missão Militar Francesa e, em menor escala, do profissionalismo alemão – e os intervencionistas reformistas, desenvolvido em países de transformação burguesa retardada, que pregavam o predomínio militar na política e a necessidade de fortalecimento das Forças Armadas.

Para o autor, as circunstâncias políticas, pós 1930, inviabilizavam uma posição neutralista, e os reformistas eram incapazes de controlar a organização. Portanto, fortaleceu-se uma terceira concepção das relações do Exército com a política, denominada de intervencionismo controlador. Posteriormente, o autor mudou a denominação para intervencionismo tutelar⁷⁶, mas sem alterações nas características que identificava o termo anterior. Sendo assim, o autor examinou as várias dimensões do projeto do intervencionismo tutelar e buscou o sentido desse projeto para o sistema político como um todo.

Segundo José Murilo de Carvalho, o projeto propunha mudanças na estrutura interna da instituição militar, nas relações da instituição com o Estado e a sociedade, e

⁷⁶CARVALHO, José Murilo de. *Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro*. In: Carvalho, J. M. Forças Armadas e Político Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 108.

na sociedade. Ou seja: ampla interferência estatal em todos os setores; ênfase na segurança externa e na segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da ideia nacional; industrialismo nacionalista; e a liderança das Forças Armadas, sobretudo do Exército, na condução das mudanças, a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado.

Na instituição, os principais idealizadores e executores desse projeto foram os generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Os dois generais, juntamente, com Getúlio Vargas proporcionaram a vitória do projeto defendido pelo intervencionismo controlador em 1937 e mais precisamente com a derrota do levante integralista de 1938. Eliminava-se o conflito externo, a fim de garantir a eliminação do conflito dentro da instituição. Mais uma vez, o impulso para a ação política do Exército encontra-se dentro da instituição.

Na interpretação de José Murilo Carvalho, “o Estado Novo foi a materialização da política do Exército, como concebida por Góes Monteiro e pelo grupo de generais ao seu redor”⁷⁷. Era a construção de uma nova ordem via Estado e Forças Armadas. Nessa nova ordem, o Exército seria o principal fiador e assumiria, no campo político, a garantia da base social das elites tradicionais.

Sobre a ação do Exército em 1945, o autor assinalou que as motivações da cúpula militar foram em parte semelhantes às de 1937. Ou seja, as grandes mobilizações promovidas pelos quemistas, os discursos do presidente, e o exemplo do peronismo da Argentina constituíram uma ameaça real à ordem social e política. Sendo assim, conforme ressalta o autor: “o golpe de 1945 foi consistente com o de 1937 e não por acaso teve à sua frente os mesmos chefes militares”⁷⁸.

Na interpretação do autor, Getúlio Vargas, com a já encaminhada abertura política em 1945, buscou ampliar sua base política através do apoio dos operários. Essa guinada de Vargas teria sido a causa imediata do divórcio entre ele e as Forças Armadas. A instituição, tomada pelo anticomunismo e pela pretensão de guiar o Estado, não aceitou “a inclusão de novo ator político que lhe era política e ideologicamente antagônico”. Sendo assim, na interpretação do autor, as pressões generalizadas e o receio de que Vargas permanecesse no poder sustentado no apoio popular levaram à sua deposição pelas Forças Armadas, em 29 de outubro de 1945.

⁷⁷CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p. 92.

⁷⁸CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p. 101.

Percebe-se que a análise do autor sobre os eventos que antecederam e que favoreceram a retirada de Vargas foi bem reduzida. Ele destacou a causa do “divórcio” entre Vargas e as Forças Armadas: a aproximação do primeiro com os operários. Carvalho ressaltou que a instituição agiu conforme o ideal formulado pelo General Góes Monteiro, a corporação em ação como um todo, pela voz da hierarquia. Entretanto, não assinalou a leitura do cenário político feita pela cúpula militar, nem a interação estabelecida entre a cúpula militar e a elite civil para que ocorresse a redemocratização.

O historiador Frank D. McCann também pesquisou o como e o porquê do comportamento dos militares. Seu projeto inicial era desenvolver uma pesquisa até 1990. Entretanto, no livro *Soldados da Pátria*⁷⁹, sua jornada cobriu um período que vai do início da Primeira República, em 1889, até o estabelecimento do Estado Novo, em 1937. Assim como José Murilo, o autor acredita que as transformações que ocorreram na instituição no período entre a Primeira República e a década de 1930 fornecem a base explicativa para se entender o comportamento dos militares em crises políticas posteriores, entre elas, as de 1945 e 1964.

Entretanto, o autor diverge de José Murilo e Edmundo Campos Coelho⁸⁰ quanto à evolução do comportamento político dos militares. Enquanto os dois autores identificam nas transformações sofridas pela instituição a origem do seu comportamento político, Frank D. McCann afirma que a evolução do comportamento político dos militares seguiu uma trajetória da instrumentalidade à autonomia. Em outras palavras: o Exército teria suprimido movimentos sociais por ordem de um governo nacional controlado pelas “classes dominantes” durante a Primeira República. O autor chegou a esta conclusão examinando a atuação do Exército em Canudos em 1897, no Contestado de 1912 a 1915, nas revoltas tenentistas da década de 1920, na Revolução de 1930 e no levante paulista de 1932.

Por outro lado, os três autores concordam que a instauração do Estado Novo transformou o Exército no principal instrumento de controle do governo central. Nas palavras de Frank D. McCann, “O Exército tornou-se “ a vanguarda do Estado”, e não do povo”⁸¹.

⁷⁹MCCANN, Frank. D. Op. Cit.

⁸⁰COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1976.

⁸¹MCCANN, Frank. D. Op. Cit. p. 551.

Vale ressaltar também a preciosa contribuição dos estudos de Edmundo Campos Coelho sobre o Exército brasileiro. Na segunda edição de *Em busca da identidade*⁸², a primeira foi publicada em 1976, Edmundo Campos Coelho permanece inabalável às suas convicções teóricas. Segundo o autor, as Forças Armadas são, antes de tudo, organizações de tal sorte que vê-las sob esta ótica é a melhor maneira de entender o seu comportamento. A caserna agiria motivada pelos interesses institucionais, entre eles: sobrevivência, recursos materiais e humanos.

Para Edmundo, as premissas de que as Forças Armadas não têm interesses próprios nem autonomia para um desempenho protagonista faz parte de uma visão do pensamento político, segundo o qual o Estado é mero instrumento das classes dominantes. Os militares são apresentados, portanto, como portadores dos ideais da classe média, da burguesia ou de qualquer outra classe. Sendo assim, o autor criticou pesquisas mais antigas nas quais a concepção instrumental é usada como suporte para entender o comportamento político dos militares.

O autor não só discordou da concepção instrumental, mas apresentou a sua interpretação sobre o modo como evoluiu a relação entre a organização e o seu ambiente externo, verificando como se influenciaram mutuamente. Essa influência constituiu o núcleo de sua análise.

Para Campos Coelho, do período imperial até a Revolução de 1930, a conduta da elite política civil brasileira para com o Exército pode ser denominada de “política de erradicação”⁸³. Tal política pressupõe uma atitude hostil da elite política em relação à existência de uma força armada permanente e profissional. E evoluiu da hostilidade aberta, no Primeiro Império, para a marginalização do Exército, no Segundo Império, e para a cooptação da liderança militar, na Primeira República.

Cabe destacar que, na interpretação de Adriana Barreto de Souza, a relação entre elite política e militares, no período imperial, não se caracterizou pela hostilidade, tal como sustenta a teoria erradicadora. Segundo a historiadora, a elite política não se opunha ao Exército, mas, na verdade, apresentou um grande projeto de reforma nas forças de linha. A pesquisadora analisou a política militar conservadora e abordou o

⁸²COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca da Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 2ª Ed.

⁸³Esta terminologia, Edmundo Campos Coelho buscou em Samuel Huntington (SAMUEL, P. Huntington, *The Soldier and State*. Nova York: Vintage Books, 1964, pp. 155 -157).

“impacto causado pelo projeto oficial no interior da própria instituição”⁸⁴. Nesse sentido, o interesse da historiadora foi “resgatar a trama histórica segundo a qual os termos da relação Exército-elite política eram ordenados”⁸⁵.

Voltemos a Edmundo Campos Coelho: consoante ao autor, a esse ambiente hostil e ameaçador a sua existência, o Exército teria assumindo uma atitude de hibernação. Ou seja, limitou-se às atividades ou comportamentos meramente rotineiros e adotou níveis mínimos de aspiração em termos de visibilidade organizacional. Afirmou o autor: “[...] à política de erradicação, correspondeu o retraimento do Exército, seu recolhimento prudente à rotina dos quartéis e guarnições”⁸⁶. Tal afirmação corresponde ao período que vai da abdicação ao início da questão militar, por volta de 1884, uma vez que a política de erradicação ensejou as condições para o movimento militar que derrubou o regime monárquico. Ou seja, em resposta às hostilidades da elite política civil, os militares teriam colaborado para o fim do regime monárquico, em 1889. Nas palavras de Edmundo: “a República teria sido o artifício de que se serviu o Exército para não perecer”⁸⁷.

Na interpretação do autor, com a instauração da República, a política de erradicação ganharia novos contornos. Ao fim do governo do Marechal Floriano Peixoto, a instituição encontrava-se debilitada, mas a cúpula militar não abriria mão de participar do poder. E a elite política civil estava atenta às aspirações desses militares. Sendo assim, os militares passaram a ser cooptados pela elite política civil, a qual retornava ao poder com a eleição de Prudente de Moraes para Presidente da República. Nas palavras de Edmundo Campos Coelho: “Tornou-se, desta forma, possível a cooptação da elite militar no aparelho de mando político”⁸⁸.

Para o autor, com o fim da Primeira República, em 1930, algumas questões apresentavam-se como de primeira necessidade para o Exército. Eis alguns dessestemas: regeneração dos princípios da hierarquia e da disciplina, definição do papel do Exército na sociedade, assim como a institucionalização desse papel. Coube aos militares,

⁸⁴ SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 27.

⁸⁵ SOUZA, Adriana Barreto. Op. Cit. p, 26.

⁸⁶ COELHO, Edmundo Campos. p, 60.

⁸⁷ COELHO, Edmundo Campos. p, 61.

⁸⁸ COELHO, Edmundo Campos. p, 85.

promovidos a generais pós-1930, solucionarem tais questões. Entre eles, o mais destacado foi o General de Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Na interpretação de Edmundo Campos Coelho, o General Góes foi, até aquele momento, o primeiro militar a formular uma concepção tão coerente e global das relações entre o Exército e o setor civil e que fosse, ao mesmo tempo, inteiramente militar. A proposta propunha acabar com os conflitos externo tão sedicioso para as Forças Armadas. Só assim, as classes militares se organizariam e se livrariam das incursões do partidatismo político.

Dito isso, Edmundo Campos Coelho caracteriza as transformações que ocorreram da questão militar até a Revolução de 1930 de “fase de ativação”. Ou seja, as fronteiras da instituição tornaram-se mais bem definidas, o Exército tomou mais consciência da sua própria existência, e, por fim, houve um crescimento das atividades simbólicas, as quais tornaram o Exército mais visível para os seus membros e para outros segmentos da sociedade. Desta forma, o autor chamou de “institucional” ao período iniciado em 1930, pois o Exército tornou-se unidade ativa e completou o processo pelo qual deixou de ser mera organização.

No panorama teórico construído por Edmundo Campos Coelho, cada ação da sociedade correspondeu a uma reação do Exército. A política de erradicação – praticada pela elite civil, do Império até a Questão Militar – teve como correspondente a “fase de hibernação”. À política de cooptação, desenvolvida pela elite civil até 1930, correspondeu a “fase de ativação”. E, finalmente, à política laudatória, iniciada pós 1930, correspondeu a “fase de institucionalização”. É importante ressaltar que, para o autor, essa correlação entre as políticas desenvolvidas pela elite civil e as fases praticadas pelo Exército teve como consequência a perda de poder pela elite civil e a conquista de poder por parte do Exército.

A política laudatória marcou a ascensão do Exército e apresentou as seguintes características por parte da elite civil: exaltação das virtudes reais e imaginadas do Exército, ainda que a crença nelas fosse nula; tentativa de arregimentação da complacência militar; e conduta prudente de políticos e correntes políticas no esforço de chegar ao poder ou de não serem excluídos totalmente da luta pelo poder. Sendo assim, a política laudatória apontou para a projeção do Exército no cenário nacional e, conseqüentemente, significou para os oficiais generais a aquisição de um prestígio proporcional ao da instituição.

Conforme os estudos desenvolvidos por José Murilo de Carvalho, Frank D. McCann e Edmundo Campos Coelho, as transformações ocorridas no Exército e, sobretudo, nas relações entre a instituição eo meio societal externo, deixou a instituição em posição de destaque no cenário político brasileiro em 1945. Entretanto, nenhum dos autores abordou qual leitura foifeita do cenário político pela cúpula militar, quando o Estado Novo dava sinais de esgotamento político. Essa é a proposta desta parte da dissertação, ou seja, verificar quais eram as principais preocupações da cúpula militar nesse período. É possível que essa leitura tenha influenciado as linhas de ação da força castrense no período analisado. Sendo assim, serão expostos e analisadosos relatórios secretos (1944-1945) e os boletins secretos produzidos dentro da instituição, pois essas fontes podem ajudar a compreender a visão da cúpula militar do ano de 1945. Antes, entretanto, será analisada a possível origem dos relatórios no organograma da instituição.

1.2 Os possíveis caminhos dos relatórios

Com a chegada de Getúlio ao Poder, em 1930, e, sobretudo, com a implantação do Estado Novo, em 1937, ascende ao poder no Exército um grupo de generais, os quais não só propuseram, mas fizeram mudanças significativas no Exército brasileiro. Estas mudanças contemplaram o processo de seleção e de formação do quadro de Oficiais, como destaca Fernando da Silva Rodrigues⁸⁹; a nova relação da Instituição com a sociedade e com o Estado, como destaca José Murilo de Carvalho⁹⁰ e, por fim, a reorganização geral do Ministério da Guerra e do Exército, conforme o Decreto-Lei nº 279, de 16 de fevereiro de 1938,⁹¹ e o Decreto-Lei nº 413, de 6 de maio de 1938⁹².

O Decreto-Lei nº 279, de 16 de fevereiro de 1938, reorganizou e definiu as funções dos altos órgãos do Ministério da Guerra, são eles: o Gabinete do Ministro, o Estado-Maior do Exército, as Diretorias de Armas e Serviços, as Inspetorias e a Secretaria Geral do Ministério da Guerra. Este último, criado pelo Decreto-Lei nº 279.

⁸⁹RODRIGUES, Fernando da Silva. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do exército brasileiro (1905 – 1946)*. Jundiaí: Paco, 2010.

⁹⁰CARVALHO, Jose Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p, 92.

⁹¹AHEX. Boletim do Exército número 11, de 25 de fevereiro de 1938. Página 588.

⁹²PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e administração do Ministério do Exército*. Coordenação de Vicente Tapajós. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. p, 268.

A Secretaria Geral do Ministério da Guerra, com a sua criação e organização⁹³, passou a ser o órgão auxiliar imediato do Ministro da Guerra, em todos os assuntos de caráter administrativo que interessavam às Forças Armadas e à segurança nacional. Era chefiada por um General de Divisão ou de Brigada, com a denominação de Secretário Geral do Ministério da Guerra. O Secretário Geral substituíva o Ministro sempre que este se afastasse temporariamente das suas funções; informava-lhe, facilitando o despacho, os documentos administrativos que necessitavam de deliberações do Ministro ou do Presidente da República; e despachava, por delegação do Ministro, os processos enumerados no Art.12 do Decreto nº 3.269⁹⁴, de 12 de novembro de 1938. Sendo assim, pode-se destacar a importância da Secretaria Geral e do Secretário na estrutura de poder da instituição, pós-instauração do Estado Novo.

Essa breve discussão – envolvendo a criação, a organização e a importância da Secretaria Geral e, conseqüentemente, do Secretário Geral no organograma do Ministério da Guerra – justifica-se, pois os relatórios, utilizados para compreender o pensamento da cúpula militar em 1945, encontram-se identificados como sendo do Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra. Entretanto, os regulamentos⁹⁵ da Secretaria Geral não atribuíam às Divisões⁹⁶ desse órgão a incumbência de coletar informações quer do ambiente político, quer do ambiente social. A coleta de informações era uma atribuição do Estado-Maior do Exército juntamente com as suas ramificações em outras organizações do Exército.

O Estado-Maior do Exército (EME) foi criado pela Lei nº403⁹⁷, de 24 de outubro de 1896, e regulamentado pelo Decreto 3.189, de 6 de janeiro de 1899, quando realmente foram iniciados os trabalhos nesse órgão. Desde a sua primeira regulamentação (6 de janeiro de 1899) até o recorte cronológico desta dissertação

⁹³A Secretaria Geral do Ministério da Guerra (SGMG) foi criada pela lei de organização do Ministério da Guerra (Decreto-Lei nº 279, de 16-02-1938) e organizada pelo Decreto nº 3.269, de 12 de novembro de 1938. AHEx. Boletim do Exército nº11, de 25 de fevereiro de 1938, página 588. E Boletim do Exército nº 25, de 21 de junho de 1941, página 1775.

⁹⁴AHEx. Boletim do Exército nº25, de 21 de junho de 1941, página 1775.

⁹⁵Desde a sua criação, através do Decreto-Lei nº 279, de 16 de fevereiro de 1938, até o ano de 1945, encontramos no Arquivo Histórico do Exército os seguintes decretos destinados a organizar o trabalho da Secretaria Geral: Decreto nº 3.269, de 12 de novembro de 1938; Decreto nº 7.182, de 14 de maio de 1941; Decreto nº 9.303, de 28 de abril de 1942.

⁹⁶Conforme o Decreto 9.303, de 28 de abril de 1942, a Secretaria tinha seguinte composição: o Gabinete, quatro Divisões, o Serviço de Asseio e Conservação, o Serviço de Correspondência, a Tesouraria, o Almoxarifado, o Arquivo Geral da Secretaria e o Contingente.

⁹⁷ESTEVEZ, Diniz. Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército. Edição do Estado-Maior do Exército. Brasília, 1996.

(1945), o EME passou por várias reformas⁹⁸. Uma das reformas mais importantes foi aprovada pelo Decreto nº 14.484, de 18 de novembro de 1920. Com essa reforma, o EME passou a ter duas subchefias: a 1ª subchefia e a 2ª subchefia. A 1ª subchefia era composta de duas seções: a 1ª seção e a 2ª seção. Essa última ficava responsável pelo serviço de informações.

Foi da segunda seção da 1ª subchefia do Estado-Maior do Exército a proposta, em 1935, para a criação de um serviço secreto, centralizado na 2ª seção do Estado-Maior do Exército, com ramificações em várias organizações militares do Exército. Segundo o relatório dos trabalhos do EME de 1935 conviria:

[...]criar um serviço secreto, centralizado na 2ª seção do Estado-Maior do Exército, com ramificações nos estados-maiores regionais e de grande unidades, unidades e estabelecimentos militares, levados até a companhias, esquadrões e baterias, com o fim de colher informações sobre actividades subversivas.⁹⁹

Sendo assim, o Estado-Maior do Exército (EME) era um órgão importantíssimo na estrutura da organização. Quando assumiu a Chefia do EME, em 2 de julho de 1937, o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro assinalou o seguinte: “No Estado-Maior do Exército reside a célula mater – o coração, o cérebro do Exército”¹⁰⁰. Esquecendo o lado ufano das palavras do General Góes Monteiro, acreditamos que os trabalhos desenvolvidos no Estado-Maior do Exército foram fundamentais para as mudanças ocorridas no Exército brasileiro, na primeira metade do século XX. Dentre essas mudanças, destaca-se a criação de serviços secretos em diversas organizações militares.

O Boletim de Informações Secreto nº 1¹⁰¹, do Estado-Maior do Exército, de 8 de outubro de 1937, quando o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro era o Chefe do EME e o Coronel Gustavo Cordeiro de Farias era o chefe do gabinete do EME, destaca bem o alcance das informações coletadas por esse órgão. A documentação contém doze folhas, sendo nove dessas folhas dedicadas à coleta de informações sobre o movimento comunista no Brasil. As outras folhas foram dedicadas a assuntos ligados ao

⁹⁸Decreto nº 3.189, de 29 de abril de 1899; Decreto nº 7.389, de 29 de abril de 1909; Decreto nº 7.511, de 26 de agosto de 1909; Decreto nº 7.636, 30 de outubro de 1909; Decreto nº 9.338, de 17 junho de 1912; Decreto nº 9.524, 24 de abril de 1913; Decreto nº 9.525, de 24 de abril de 1913; Decreto nº 9.547, de 12 de maio de 1913; Decreto nº 14.484, de 18 novembro de 1920; Decreto nº 16.145, de 12 setembro de 1923; Decreto nº 93, de 15 de outubro de 1934; Decreto nº 1.833, de 24 de julho de 1937; Decreto nº 3.125, de 4 outubro de 1938. PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. Op. Cit.

⁹⁹ESTEVEES, Diniz, Op. Cit. p, 175. Extraído do Relatório dos Trabalhos do EME, em 1935. (Manteve-se a grafia da data da publicação).

¹⁰⁰ESTEVEES, Diniz, Op. Cit. p, 193. Documento extraído do Boletim Interno nº 125, ano 1937, do EME.

¹⁰¹ AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 11.

movimento comunista em outros países, a saber: África do Sul, Venezuela, Paraguai, França, Espanha, Holanda e, por fim, Rússia. Ou seja, pouco mais de um mês antes do movimento que implantou o Estado Novo no Brasil, em 10 de novembro de 1937, esses relatórios, ou boletins secretos de informações, serviam de base para avaliação, para projeções futuras e, acima de tudo, para tomadas de decisões dentro da caserna.

Acredita-se, portanto, que as fontes usadas neste capítulo fornecem indicações das principais preocupações da cúpula militar. É escusado dizer que essas preocupações encontravam-se ligadas à própria dinâmica política, social e econômica pelas quais passava o Brasil no período analisado.

1.2.1 Os relatórios de 1944 e o Boletim Secreto de Informações nº 14

Não foram encontrados todos os relatórios do ano de 1944, nem nos documentos do General Góes Monteiro, depositado no Arquivo Nacional (AN), nem no acervo do mesmo militar depositado no Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Mas será analisada uma sequência de relatórios referentes aos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e dezembro do ano desse ano.

Consoante ao Boletim Secreto de Informações nº 14¹⁰², ele foi encaminhado pelo General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, em 11 de janeiro de 1945, ao Presidente Getúlio Vargas. Essa documentação encontra-se assinada pelo Major Nelson de Aquino, chefe da 2ª seção do Estado-Maior Regional da 2ª Região Militar, e corresponde a eventos ocorridos em dezembro de 1944. A título de conhecimento, ressalto que o território nacional¹⁰³ estava dividido em dez Regiões Militares, sendo a 2ª Região referente ao Estado de São Paulo. Portanto, o conteúdo do boletim foi coletado, sobretudo, nessa região do país, fato que será abordado na sequência do trabalho.

Do ponto de vista estrutural, os relatórios foram divididos em partes ou temas. Acredita-se que tais divisões visavam facilitar a coleta e a exposição dos dados nos

¹⁰² Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Boletim Secreto de Informações nº 14, GV c 1945.01.11/1.

¹⁰³ Conforme o Decreto-Lei nº 5.388, de 17 de abril de 1943, o território nacional foi dividido em dez regiões militares, constituídas como se segue: 1ª Região Militar, Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro; 2ª Região Militar, São Paulo; 3ª Região Militar, Rio Grande do Sul; 4ª Região Militar, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás; 5ª Região Militar, Paraná e Santa Catarina; 6ª Região Militar, Bahia e Sergipe; 7ª Região Militar, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Fernando de Noronha; 8ª Região Militar, Pará, Amazonas e Acre; 9ª Região Militar, Mato Grosso; 10ª Região Militar, Ceará, Piauí e Maranhão. PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. Op. Cit. p, 285.

relatórios. Como exemplo da estrutura dos relatórios, será apresentada a divisão do relatório de dezembro de 1944¹⁰⁴. Esse documento encontra-se dividido em oito temas, ou partes: Eleições (comentários); Resistência (prisões); III Congresso de Estudantes em Belo Horizonte; visita do Exmo. Sr. Presidente da República a São Paulo; Atividade do *Intelligence Service*; Força Expedicionária Brasileira (baixas); e, por fim, Artigos e Jornais mais comentados durante o mês de dezembro. Já os assuntos abordados no Boletim nº 14 encontram-se divididos em setores, a saber: setor político, social, econômico, comunista e, por fim, nipo-nazi-fascismo. Tendo esse entendimento sobre a forma de organização das fontes, será analisado em seguida o conjunto dos temas abordados nelas. No quadro abaixo, são apresentados os principais temas tratados nas fontes do ano de 1944.

QUADRO 1

RELATÓRIOS DE 1944	
MÊS**	TEMÁTICAS
Maio ¹	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ordem política e social. ➤ Opinião pública (Fonte de Boatos). Segurança Nacional e Estabilidade das Instituições ➤ Atividades estrangeiras (<i>Intelligence Service</i>). ➤ Ideologias contrárias ao regime (Comunismo) e anticomunismo. ➤ Sociedade Amigos da América. ➤ Atuação do General de Divisão Manoel Rabelo. ➤ Espionagem. Ação de supostos espiões ➤ Três artigos publicados pela imprensa, um manifesto comunista pró- liberdade de Prestes, e cartaz convidando o povo em favor da união da família brasileira.
Junho ²	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Coordenação da Mobilização Econômica. Importante para o país e Interesses Nacionais ➤ Oposição de São Paulo e Minas Gerais. ➤ Uso de jornais clandestinos. Jornal A RESISTÊNCIA ➤ Preocupação com o proletário. ➤ Ação de políticos, advogados, militares, religiosos, jornalistas e universitários. ➤ Falta de ação da Polícia Civil em Minas Gerais. ➤ Ação dos estudantes em Minas Gerais. Boletim a 1º Revolução

¹⁰⁴AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 15. Relatório do mês de dezembro de 1944 (Serviço Secreto de Informações / Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra).

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sociedade Amigos da América. ➤ Atividade do <i>Intelligence Service</i>. ➤ Artigos de jornais mais comentados durante o mês de junho.
Julho ³	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Coordenação da Mobilização Econômica. Interesses Nacionais ➤ Falta de ação do Departamento de Imprensa e Propaganda. ➤ Propagação do comunismo. Revistas e Folhetos (revista DIRETRIZES) ➤ Ação da União Nacional dos Estudantes. ➤ Prisão de Dom Carlos Duarte da Costa (Bispo de Maura). ➤ Espionagem. Hans Rudolph Bohme suposto Agente do Serviço Secreto alemão. (Assunto de Interesse da Defesa Nacional). ➤ Preocupação com o crescimento do poder militar e econômico da Argentina ➤ Atividade do <i>Intelligence Service</i>. ➤ Artigos de jornais mais comentados durante o mês de julho.
Agosto ⁴	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Coordenação da Mobilização Econômica. Mudança da Administração ➤ Propagação do comunismo. AGREMIACÕES. • Liga de Defesa Nacional; • Coordenação da Mobilização Econômica; • Casa dos Estudantes; • Imprensa; e • Sociedade Amigos da América. ➤ Carta de Otávio Mangabeira ao redator do <i>New York Post</i>. Classificada como Manifesto Comunista ➤ Atividade do <i>Intelligence Service</i>. ➤ Artigos de jornais mais comentados durante o mês de agosto.
Agosto ⁵ Relatório Especial	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sociedade Amigos da América.
Setembro ⁶	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sociedade Amigos da América. Protesto do General Manoel Rabelo ➤ Carta do Jurista Mendes Pimentel ao Governador de Minas Gerais Benedito Valadares. ➤ Manifestos do Corrente Mês. • Independência ou Morte. • A hora da Libertação. ➤ Atividades de Virgílio Alvim de Melo Franco em Minas Gerais. ➤ Espionagem. Paulina Hunter suposta integrante de uma célula nazista argentina com atuação clandestina no Rio de Janeiro. Georges Broemme grande investidor na área industrial, por se tratar de assunto de interesse nacional, deve ser observado cuidadosamente e eficientemente.

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Atividade do Intelligence Service. ➤ Artigos de jornais mais comentados durante mês de setembro.
--	---

Dezembro ⁷	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Eleições. 	<p>Possíveis Candidatos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Brigadeiro Eduardo Gomes • General José Pessoa (Pres. do Clube Militar) • General Eurico Gaspar Dutra (Ministro da Guerra)
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Panorama social, político e ação do Estado com prisões. ➤ Atividade dos estudantes em Minas Gerais 	<p>III Congresso de Estudantes em Belo Horizonte</p>
Mês não confirmado ⁸	<ul style="list-style-type: none"> ➤ São Paulo na vanguarda do movimento contra o atual regime. ➤ Atuação do estudantes de São Paulo. ➤ Atividade do <i>Intelligence Service</i>. ➤ Força Expedicionária Brasileira (baixas em dezembro). ➤ Artigos de jornais mais comentados durante o mês de dezembro. 	
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Contrabando de Pneumáticos (pneus) para Argentina. 	<p>Interesses de Segurança Nacional.</p>

**As temáticas apresentadas no quadro foram retiradas dos relatórios organizados no Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra. Esses relatórios encontram-se no acervo do General Góes Monteiro depositado no Arquivo Histórico do Exército. Esse acervo foi organizado em caixetas numeradas de 1(um) a 12 (doze). As caixetas foram organizadas em pastas. Sendo assim, as fontes usadas no quadro acima estão nas caixetas de números 11 (onze) e 12 (doze) e nas pastas de números 2 (dois) e 3 (três) das respectivas caixetas. Tudo isso, conforme a citação abaixo:

AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11, pasta 3: **Relatórios** dos meses **demaio**¹, **junho**², **julho**³, **agosto**⁴, **especial de agosto**⁵ e **setembro**⁶ de 1944(Serviço Secreto de Informações / Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra).

AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2:**Relatório** do mês de **dezembro**⁷ de 1944(Serviço Secreto de Informações / Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra).

AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11, pasta 3: **Relatório**Contrabando de pneumáticos⁸(Serviço Secreto de Informações / Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra).

A análise do conjunto dos temas indica que a instituição se preocupava com a Segurança Nacional, com a estabilidade das instituições e, conseqüentemente, com a proteção do Estado Novo. Portanto, se é correto considerar o Exército como o principal fiador da instauração do Estado Novo, também é certo que a instituição, em 1944, via-se como a principal protetora desse regime. A permanência do regime significava a manutenção de padrões aceitáveis de estabilidade política e social. E as manifestações

contra o Estado Novo eram compreendidas como desmoralização do regime. Observe-se a citação abaixo:

Há muito tempo vimos trabalhando no sentido de circunscrever a fonte de alguns boatos tendenciosos que visam à desmoralização do Regime, pelo ridículo. Uma farta literatura de crítica, vasada em prosa e verso, alguns denotando uma certa veia poética e conhecimento técnicos apreciáveis, demonstrava que a inspiração não nascia nas sarjetas, mas era obra de gabinete.

Graças à colaboração de um informante credenciado nos foi possível localizar parte da confecção das verrinas contra o governo e suas instituições...¹⁰⁵

Os temas entendidos como de interesse nacional, ainda que não fossem da esfera de atribuição da instituição, deveriam ser acompanhados e, se possível, solucionados. Observa-se a recorrência de alguns temas no conjunto da documentação, a saber: forte apelo ao anticomunismo; articulação de membros da sociedade contra o regime vigente; exploração por parte do governo e dos oposicionistas do clima gerado pela Segunda Grande Guerra; interação entre os serviços de informações dos Estados Unidos e do Brasil. Há também temas que se repetem somente em alguns relatórios, como as questões em torno do Órgão de Coordenação da Mobilização Econômica.

1.2.1.1 Anticomunismo

A pauta anticomunismo já ocupava os militares brasileiros há bastante tempo. No Brasil, conforme ressalta Rodrigo Patto Sá Motta,¹⁰⁶ o anticomunismo surgiu logo após a Revolução Russa de 1917, que criou a União Soviética. Ainda segundo o autor, os governos dos países capitalistas dominantes, ajudados por grupos do setor civil, empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunistas, pois estavam receosos que o exemplo russo alcançasse as massas proletárias. Portanto, para o pesquisador, as representações anticomunistas, a partir de 1917, e, posteriormente, os métodos de combate aos comunistas, empregados no Brasil, receberam forte influência externa. Entretanto, o historiador enfatiza que as singularidades da dinâmica política brasileira proporcionaram o estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. É o caso da construção feita em torno do levante comunista de 1935,

¹⁰⁵AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 3, documento 5. Relatório do mês de maio de 1944 (Serviço Secreto de Informações / Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra).

¹⁰⁶MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

pejorativamente denominado de Intentona Comunista, que ajudou na solidificação do comprometimento da elite militar com a causa anticomunista.

Ainda segundo o autor, o evento de novembro de 1935, deflagrado sob a liderança de Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, forneceu elementos que foram explorados pela propaganda anticomunista, a saber: os insurretos seriam traidores da corporação militar e da pátria; seriam covardes e assassinos frios e cruéis, por haverem assassinado militares que dormiam no momento da insurreição¹⁰⁷; e, por último, as comemorações oficiais da Intentona.

Se por um lado os insurretos estavam sendo retratados de forma depreciativa, por outro, os militares das Forças Armadas – que, nas 1ª e 7ª Regiões Militares, tomaram parte com suas Unidades no combate contra a revolução comunista de 1935 e/ou que ofereceram resistência comprovada nas corporações rebeladas, quando transferidos para a reserva remunerada – passaram a ser promovidos ao posto¹⁰⁸ imediato de acordo com a Lei nº 1.267 de 9 de dezembro de 1950¹⁰⁹. Os oficiais e os praças, enquadrados nos requisitos da lei, que já estavam na reserva remunerada ou reformados foram promovidos ao posto imediato na data da publicação da referida lei, em 16 de dezembro de 1950.

Convém destacar que a Lei nº 1.267 conferiu aos militares legalistas da Intentona Comunista as mesmas vantagens dos militares e civis que participaram de operações na guerra de 1914 -1918¹¹⁰ e na guerra de 1939 -1945¹¹¹. Ou seja, no plano simbólico, equiparava-se o evento de 1935 com as duas grandes guerras mundiais. E no plano pragmático, alguns militares alcançaram dois postos acima, quando transferido para a reserva remunerada. É o caso do General José Agostinho dos Santos¹¹², transferido para

¹⁰⁷A versão de que os militares revolucionários do Rio de Janeiro mataram, na madrugada de 27 de novembro, colegas que dormiam em suas camas, constituiu-se em um dos pontos mais importantes da legenda negra criada em torno da “Intentona”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. p, 80.

¹⁰⁸Convém destacar que a expressão “posto”, usada na referida lei, aplica-se tanto para oficiais como para praças.

¹⁰⁹Boletim do Exército Nr 13, de 31 de março de 1951, página 918. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹¹⁰Na guerra de 1914 -1918,o Brasil enviou à França, em caráter militar, civis e militares que foram incorporados na Missão Médica.Boletim do Exército (BE) Nr 025, de 19 de junho de 1948, página 1518.

¹¹¹Boletim do Exército (BE) Nr 09, de 26 de fevereiro de 1949, página 529; Diário Oficial Nr 042, de 9 de fevereiro de 1949, página 2417. Boletim do Exército (BE) Nr 025, de 19 de junho de 1948, página 1517; Diário Oficial Nr 136, de 15 de junho de 1948, página 8845. E Boletim do Exército (BE) Nr 031, de 30 de julho de 1949, página 1931; Diário Oficial Nr 170, de 26 de julho de 1949. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹¹²SANTOS. José Agostinho dos. Fé de Ofício, pasta: XVI – 23 – 22 A. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

a reserva como General de Divisão, por Decreto de 9 de abril de 1949, e, posteriormente, promovido a General de Exército, por Decreto de 11 de agosto de 1950, e a Marechal, por Decreto de 7 de fevereiro de 1953.

Quanto à questão do anticomunismo, não há dúvida de que o combate ao comunismo mobilizou a elite militar no período analisado. E, se havia o temor da influência da doutrinação comunista nas massas populares por parte dos militares, também é certo que o combate ao comunismo foi usado por eles como justificativa para reprimir os democratas, os quais desejavam: liberdade de imprensa, liberdade de reunião, liberdade de organização dos partidos e anistia aos exilados e aos presos políticos. Examine-se a citação abaixo:

Com as recentes vitórias russas, o partido nos ameaça de maneira capital; sentimos que sua ação é mais doutrinária e cadenciada como nas grandes causas.

O que será de nós com sua eclosão num meio como o nosso, de maioria de analfabetos e com a concepção rudimentar que se tem do comunismo? Verifica-se a sua ação em todos os ramos de atividade, de maneira assombrosa e desassombrosa vemos atualmente a sua propagação como um verdadeiro hino de liberdade nas seguintes agremiações: Liga de Defesa Nacional, Sociedade dos Amigos da América, Coordenação da Mobilização Econômica, Casa dos Estudantes e Imprensa¹¹³.

É importante ressaltar uma das leituras da oposição sobre a ação anticomunista desenvolvida pelos situacionistas. A oposição, ou uma parte dos democratas, atribuíam ao projeto anticomunista o *status* de tática fascista cujo objetivo seria manter e prolongar as estruturas de poder vigente no Brasil. Os fascistas brasileiros, diziam os oposicionistas, usam a máscara do patriotismo e do combate ao comunismo, a fim de alcançarem seus objetivos, ou seja: perpetuarem-se no poder. Alertava os democratas: “... para o Brasil [...] a vitória do “pensamento fascista” está sendo preparada, mascarada com os engodos de sempre: exaltação patriótica e anticomunismo”¹¹⁴.

Se, por um lado, os oposicionistas eram estereotipados de comunistas, por outro, os situacionistas eram acusados de usarem técnicas fascistas, a fim de manterem o *status quo*.

Fato é que o Brasil encontrava-se em estado de guerra contra o Eixo (Alemanha, Itália), declarado em 22 de agosto de 1942, e, sobretudo, mobilizado para enviar o primeiro Escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para o conflito na Europa,

¹¹³AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 3. Documento 05.

¹¹⁴AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 3. Documento 8.

deslocamento ocorrido em 2 de julho de 1944¹¹⁵. Ou seja, a mobilização para a guerra e para o envio de tropas ao Velho Continente ocorria concomitantemente com ações pró-redemocratização desenvolvidas por setores da sociedade, ações estigmatizadas nos relatórios como contrárias ao esforço de guerra e como um projeto de ação comunista para desestabilizar o governo.

De acordo com Frank D. McCann¹¹⁶, a participação mais efetiva do Brasil na guerra era nutrida por objetivos diferentes. Getúlio Vargas queria ganhar tempo para reestruturar o seu governo segundo uma orientação mais populista; as Forças Armadas conquistariam uma posição de força de combate moderna; e a facção democrata questionaria a legitimidade da permanência no Brasil de um regime autoritário, já que a FEB lutaria na Europa contra esses regimes. Na interpretação de Michelle Reis de Macedo¹¹⁷, foram as oposições ao Estado Novo que mais se beneficiaram do momento de luta externa contra o fascismo.

1.2.1.2 Articulação da oposição

Em carta enviada a Benedicto Valladares, governador de Minas Gerais e um dos principais colaboradores de Getúlio Vargas, o jurista Mendes Pimentel faz uma longa exposição dos motivos que o levaram a subscrever o manifesto de 24 de outubro de 1943, o Manifesto dos Mineiros. Todavia, a carta não foi uma justificativa do missivista por ter sido um dos signatários do manifesto, mas foi uma manobra política com a finalidade de atrair para a esfera da oposição um importante correligionário de Getúlio Vargas. Conforme escreveu o jurista, o governador deveria convencer Getúlio Vargas da “imperiosa necessidade de convocar o povo brasileiro às eleições gerais”¹¹⁸.

Cabe ressaltar o peso político de um possível apoio de Benedicto Valladares. O governador chegou à chefia do executivo estadual por intervenção direta de Getúlio

¹¹⁵A Força Expedicionária Brasileira, sob o comando do General João Batista Mascarenhas de Moraes, seguiu para a Itália em cinco Escalões, entre os dias 2 JUL 44 e 8 JAN 1945. DONATO, Hernâni. Dicionário das Batalhas Brasileiras. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed. São Paulo: IBRASA, 2001.

¹¹⁶MCCANN, Frank D. A aliança Brasil Estados Unidos, 1937-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p. 272.

¹¹⁷MACEDO, Michelle Reis de. O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 28.

¹¹⁸AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 11 pasta 3. Documento 09.

Vargas. Foi nomeado por Vargas, em 12 de dezembro de 1933¹¹⁹, interventor do Estado em substituição a Gustavo Capanema, que ocupava o cargo interinamente após a morte de Olegário Maciel, em setembro do mesmo ano. Conforme escrito no seu livro de memórias¹²⁰, a sua nomeação por Vargas frustrou os dois principais concorrentes: Virgílio Alvim de Mello Franco, apoiado por Oswaldo Aranha, e o interventor interino, apoiado por Flores da Cunha. Em 5 de abril de 1935, com o apoio de Getúlio, foi eleito pela Assembleia Constituinte mineira governador constitucional do Estado. Com a instituição do Estado Novo, foi o único governador que teve o seu mandato confirmado nos termos do Art 176¹²¹ da Constituição Federal outorgada, em 10 de novembro de 1937. Portanto, ter o apoio desse importante aliado de Vargas seria um avanço para a abertura do sistema político.

Retornando às questões levantadas pelo jurista, nota-se que, para o missivista, o regime sustentado por Vargas era ilegítimo, pois o presidente absorveu na sua pessoa a soberania popular, prescindindo dos instrumentos normais do voto e das consultas. Na concepção dele, um regime legítimo deveria apoiar-se na lei, no pronunciamento da opinião pública, na soberania do Congresso e na legitimidade do povo como órgão de consulta. Faltavam todos esses fundamentos ao Estado Novo, por essa razão, alertou Mendes Pimentel ao governador: “comprometemo-nos a defender um regime de oposição declarada aos desregramentos da autoridade ilegítima¹²²”. E, verdadeiramente, ele não estava sozinho.

A articulação no campo internacional teve o apoio de Otávio Mangabeira, Ministro das Relações Exteriores durante o governo do Presidente Washington Luís Pereira de Sousa (1926 a 1930). Afastado do Ministério por causa dos desdobramentos da Revolução de 1930, o Ex-Ministro foi preso e obrigado a se exilar na Europa, retornado ao Brasil somente em 1934, quando foi anistiado¹²³. Posteriormente

¹¹⁹DIAS, Sônia. Verbete de Benedito Valadares Ribeiro. In: www.fgv.br/cpdoc

¹²⁰VALLADARES, Benedicto. Tempos idos e vividos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹²¹Assim dispunha Art. 176 da Constituição Federal de 1937: “O mandato dos atuais governadores dos Estados, uma vez confirmado, pelo Presidente da República dentro de trinta dias da data desta Constituição se estende prorrogado para o primeiro período de governo a ser fixado nas constituições estaduais. Esse período se contará da data desta Constituição, não podendo em caso algum exceder o aqui fixado ao Presidente da República”.

“Parágrafo único: O Presidente da República decretará a intervenção nos Estados cujos Governadores não tiverem o seu mandato confirmado. A intervenção durará até a posse dos Governadores eleitos, que terminarão o primeiro período de governo, fixado nas constituições estaduais”.

¹²²AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 3. Documento 9.

¹²³Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

conquistou uma vaga na Câmara Federal, passando a fazer oposição a Getúlio Vargas. Seu mandato durou até 10 de novembro de 1937, quando o Congresso foi dissolvido. Conforme ele relata¹²⁴, nesse mesmo dia, por volta das seis horas da manhã, teve a sua casa, no Rio de Janeiro, cercada pela polícia, e um dos seus agentes informou-lhe que se havia proclamado a ditadura. Foi mantido por cerca de um mês em tal situação, até receber a intimação para deixar o país. Expatriado pela segunda vez, Otávio Mangabeira, assim como outros¹²⁵, dedicou-se à oposição no campo internacional.

Otávio Mangabeira escreveu para o redator do New York Post, em 25 de maio de 1944, na posição de desterrado compulsório e, como ele escrevera¹²⁶, de defensor, quando no cargo de Ministro das Relações Exteriores, de uma política de verdadeira amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América, em bases honestas. O conteúdo da sua missiva opôs-se às declarações do Chefe da delegação brasileira à Inter-American Development Commission Conference, Valentim Bouças, publicadas no New York Post, em 18 de maio de 1944. Na entrevista concedida ao jornal, o Chefe da delegação brasileira declara que o Brasil não é uma “democracia perfeita”, mas descreve a forma de governo vigente no Brasil como uma ponte para a democracia. Além dessa declaração, ele justifica a suspensão do Congresso brasileiro, em 10 de novembro de 1937, como uma medida de guerra, pois muitos congressistas eram partidários do Eixo. Otávio Mangabeira, um dos membros do referido congresso, classificou as declarações como falácias e escreveu para o redator do New York Post a fim de expor os pilares da “ponte para a democracia”: nenhum gênero de eleições, nenhuma assembleia representativa de nenhuma natureza, nenhum partido, nenhum vislumbre de liberdade de imprensa e, continua a enumeração: qualquer cidadão pode ser preso e mantido na prisão por tempo indefinido, qualquer cidadão pode ser intimidado, sem qualquer formalidade, a retirar-se do país e, por último, o Presidente Vargas pode anular e reformar a sentença da Suprema Corte de Justiça, seja qual for o assunto.

O conteúdo da carta de Otávio Mangabeira não só refutava as declarações do assessor de Vargas, mas também foi uma crítica à política externa do Governo

¹²⁴AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 11 pasta 3. Documento 08.

¹²⁵Armando Salles, Otávio Mangabeira, Júlio de Mesquita Filho, Flores da Cunha, Paulo Nogueira, Paulo Duarte, Eliezer Magalhães mantiveram acesa, na Europa, nos Estados Unidos e na Argentina, a chama da resistência. FRANCO, Virgílio. A. de Mello. *Campanha da U.D.N (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946. p, 12.

¹²⁶AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 11 pasta 3. Documento 8.

Roosevelt, que concedia ajuda política, econômica e militar ao Governo de Getúlio Vargas. Conforme destaca Frank D. McCANN¹²⁷, a política externa dos Estados Unidos pautava-se no reconhecimento de governos de fato, independente de sua organização política ou do processo como chegaram ao poder. No caso do Brasil, segundo o brasilianista, mesmo sendo um regime antidemocrático, Washington não teve outra escolha senão apoiar Vargas. Enfraquecê-lo corresponderia fortalecer, em um primeiro momento, o Partido Integralista e, em um segundo momento, não contar com um elemento chave nos planos de defesa dos Estados Unidos para os desdobramentos da guerra em curso.

Esse movimento de contestação ao Estado Novo também contou com a participação declérigos da Igreja Católica. Não foram encontrados, ou ainda não há trabalhos que mostrem a participação de religiosos no período analisado. Entretanto, pelo menos dois religiosos aparecem nas documentações analisadas posicionando-se sobre o momento político, a saber: Dom Carlos Duarte da Costa, conhecido como Bispo de Maura, e o Padre Antônio Carvalho de Araújo. Os dois religiosos desenvolviam suas funções sacerdotais no Estado de Minas Gerais. Aqui é analisada a ação dos clérigos, portanto não cabe qualificar a posição deles como o posicionamento oficial da Igreja Católica.

Dom Carlos Duarte da Costa foi preso em Minas Gerais, e o seu Jornal foi fechado¹²⁸. Sua prisão, conforme exposto no relatório de julho, estava ligada a sua opção ideológica, ou seja, defensor da doutrina comunista e da Rússia como uma nação cristã. O religioso acreditava que o comunismo era o melhor modelo de organização social. Nesse modelo não haveria espaço para a burguesia, para o capitalismo e para o imperialismo.

Na verdade, o religioso era visto como uma ameaça à estabilidade social, pois seu discurso orientava o engajamento dos fiéis da Igreja na busca de novas realizações sociais. No texto, cujo tema era Novos Horizontes, transcrito no relatório de julho¹²⁹, faz uma crítica ao que ele denomina de cristianismo superficial, que se fundamentava na majestade dos templos, nas obras de arte, nos faustos e no domínio temporal. O Bispo

¹²⁷McCANN, Frank D. Op. Cit. p, 17.

¹²⁸AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 11 pasta 3. Documento 8.

¹²⁹AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 11 pasta 3. Documento 7.

de Maura profetizava o advento de Novos Horizontes, onde o trabalho não dependeria do capital, mas o capital do trabalho.

Embora o discurso fosse pró-comunismo e anticapitalismo, não foi possível detectar na escrita do missivista uma característica marcante do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, ou seja, o embate entre os blocos capitalista e socialista¹³⁰. O primeiro, liderado pelos Estados Unidos da América; e o segundo, pela Rússia. No entanto, destaca-se a negativa total de qualquer tipo de organização social próxima ao fascismo. Sendo assim, o Bispo de Maura opunha-se ao governo brasileiro, cuja constituição seguia, na sua visão, os modelos fascizantes de organização político-institucional, então observado em diversas partes do mundo.

O Padre Antônio Carvalho de Araújo¹³¹ também engrossou a fileira dos descontentes com a política do Estado Novo. Elefazia parte da Sociedade Amigos da América e correspondia-se frequentemente com o General de Divisão Manoel Rabelo, Presidente da Sociedade. Recebeu do General a responsabilidade de nomear representantes da agremiação em Caratinga, Governador Valladares e Teófilo Otonio. Portanto, as ações desse religioso encontram-se conectadas com as articulações desenvolvidas pela Sociedade Amigos da América, que, segundo Michelle Reis de Macedo¹³², propunha-se a lutar contra ideologias antifascistas¹³³ seja no âmbito externo, seja no interno. Na verdade, a proposta da Sociedade era lutar contra ideologias fascistas e não antifascistas, como ressalta a autora.

1.2.1.3 Sociedade Amigos da América(SAA)

¹³⁰Sobre o embate entre os dois grupos, ver: HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹³¹AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 3. Documento 6.

¹³²MACEDO, Michelle Reis de. *O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

¹³³MACEDO, Michelle Reis de. Op. Cit. p, 28.

Não foram encontradas pesquisas dedicadas à análise da Sociedade Amigos da América. Há, entretanto, um pequeno verbete sobre esta agremiação disponível no dicionário histórico bibliográfico da Fundação Getúlio Vargas¹³⁴. Acurta trajetória, de janeiro de 1943 a agosto de 1944, a pouca documentação sobre esta agremiação e, obviamente, a estratégia analítica dos autores podem ter contribuído para existência dessa lacuna historiográfica. Os trabalhos que abordam o processo de redemocratização em 1945, ou ignoraram a ação desta agremiação ou a mencionam sem aprofundar a análise de sua atuação naquele contexto.

O livro de Virgílio Alvim de Mello Franco *A campanha da UDN (1944 -1945)*, é um exemplo de omissão da ação da Sociedade Amigos da América. Conforme já foi dito anteriormente, o autor destacou nesse livro o Manifesto dos Mineiros (24/10/1943); o primeiro Congresso Brasileiro de Escritores (22/01/1945); e a entrevista de José Américo ao Correio da Manhã (22/2/1945). Entretanto, ignorou totalmente a ação da SAA nesse processo de redemocratização. Estabeleceu uma ligação entre a luta pela redemocratização e a história da criação da União Democrática Nacional (UDN). Sendo assim, optou em não destacar a ação de outros grupos¹³⁵ da sociedade e, ao mesmo tempo, tentou minimizar os impactos da derrota do candidato da UDN, Brigadeiro Eduardo Gomes, para o candidato da situação, General Eurico Gaspar Dutra, no pleito que ocorrera em 2 de dezembro de 1945.

Em linhas semelhantes, mas não iguais, Osvaldo Trigueiro do Vale, no livro *O general Dutra e a redemocratização de 45*¹³⁶, não fez nenhuma referência ao papel da Sociedade Amigos da América. O autor destacou, superficialmente, o Manifesto aos Mineiros, como marco para o crescimento da oposição ao Estado Novo, e a entrevista de José Américo de Almeida ao Correio da Manhã, como uma manifestação indiscreta e marcante. Nesse livro, procurou mostrar como ocorreu o processo de redemocratização, em 1945, destacando o papel desempenhado pelo ex-Presidente General Eurico Gaspar

¹³⁴www.fgv.br/cpdoc/Busca/BuscaConsultar.aspx

¹³⁵A União Nacional dos Estudantes também teve uma participação importante no processo de redemocratização. Entretanto, Virgílio Alvim de Mello Franco só destacou a morte do estudante Demócrito Souza Filho, ocorrida no comício em prol da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, em 4 de março de 1945, no Recife. FRANCO, Virgílio. A. de Mello. *Campanha da U.D.N (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946. p, 176.

¹³⁶VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O General Dutra e a Redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

Dutra. O autor limitou a pesquisa ao recorte cronológico proposto por ele. Sendo assim, não considerou alguns fatos anteriores ao ano de 1945; entre esses fatos, a ação da Sociedade Amigos da América.

No livro de Hélio Silva, *1945: Porque depuseram Vargas*¹³⁷; na dissertação de mestrado de Alessandra Carvalho, *Do Autoritarismo à democracia: um estudo dos processos de transição no Brasil (1945 – 1984)*¹³⁸; e no livro de Michelle Reis de Macedo, *O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos*¹³⁹, os autores apresentaram a Sociedade Amigos da América superficialmente. De maneira geral, eles destacaram o propósito de fundação da agremiação, que era o combate ao fascismo; o fechamento dela, em agosto de 1944; e a renúncia do Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, indicado para a vice-presidência da organização, pelo conselho deliberativo, em agosto de 1944.

Embora não haja pesquisas dedicadas à SAA, essa agremiação aparece em posição de destaque nos relatórios. As atividades desenvolvidas pela agremiação, em 1944, colaboraram para a confecção dos relatórios de maio, junho, julho e agosto e ensejaram a elaboração do relatório especial de agosto.

Uma assembleia no Teatro Municipal do Rio de Janeiro¹⁴⁰, em 1º de janeiro de 1943, então Distrito Federal, com a presença de Getúlio Vargas, marcou o início dos trabalhos da Sociedade. Seu primeiro e único presidente foi o General de Divisão Manoel Rabelo, Ministro do Supremo Tribunal Militar. A sociedade apresentou como propostas iniciais de trabalho: auxiliar o governo no esforço de guerra, inclusive com doações de recursos dos associados para o governo, promover propaganda das ações dos Aliados na Segunda Guerra Mundial e, por fim, combater o fascismo e os fascistas. Todavia, em um cenário político onde se restringia o funcionamento de qualquer agremiação e onde as forças políticas, situação e oposição, definiam suas alianças e modos de ação, é certo que havia objetivos inconversáveis para a criação e o funcionamento desta agremiação.

Logo após sua criação, a Sociedade Amigos da América, sob a orientação do General Manoel Rabelo, procurou estender sua influência pelo território brasileiro.

¹³⁷SILVA, Hélio. *1945: porque depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

¹³⁸Carvalho, Alessandra. *Do autoritarismo à democracia? um estudo dos processos de transição no Brasil (1945 e 1984)*. Rio de Janeiro: UFRJ /PPGHIS, 2000. Dissertação de Mestrado.

¹³⁹MACEDO, Michelle Reis de. Op. Cit.

¹⁴⁰AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 3. Documento 9. Relatório Especial de Agosto.

Inaugurou diretórios em São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará, Amazonas e diversas filiais no interior do país. O projeto de construção de uma agremiação com alcance nacional era extremamente ambicioso. E a agremiação alimentava-se do sonho de criar “uma força eficiente de indiscutível valor.”¹⁴¹ O próprio General Manoel Rabelo inaugurava a maioria dos diretórios e designava os respectivos responsáveis. O Ministro do Supremo Tribunal Militar, por ocasião da inauguração do diretório em São Paulo, ainda no primeiro trimestre de 1943, foi recebido com entusiástica e generosa solidariedade. Recebeu o apoio de estudantes, médicos, advogados, engenheiros, homens de negócio, professores e personalidades das mais diversas classes.

O evento tomou proporções tão grandes que o Chefe da Superintendência de Segurança Política e Social do Estado de São Paulo¹⁴², Major Hildeberto Vieira de Melo, elaborou e transmitiu a Getúlio Vargas um relatório, documentando a instalação, em São Paulo, da Sociedade Amigos da América. Para o superintendente,¹⁴³ as atividades desenvolvidas pela agremiação, em São Paulo, eram altamente nocivas ao governo. E usando, completa o major, de uma pretensa fraternidade continental congrega um núcleo de inimigos com intenções visivelmente subversivas.

É certo que Getúlio Vargas tinha ciência das atividades desenvolvidas pela agremiação. Mas também é certo que ele tinha suas razões para manter essa organização em atividade. Os fatos que envolveram a nomeação da direção do diretório de Minas Gerais ajudam a entender porque Getúlio permitiu as atividades da agremiação por mais de um ano.

Como já dito anteriormente, o General Manoel Rabelo escolhia o dirigente do respectivo diretório. E para Minas Gerais foi convidado¹⁴⁴ o General de Brigada Raymundo Sampaio, Comandante da 4ª Região Militar.¹⁴⁵ Tal fato desagradou o General de Divisão Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, e Benedicto Valladares,

¹⁴¹ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 3. Documento 9. Relatório Especial de Agosto.

¹⁴² CPDOC / FGV. GVc 1943.04.08/1: www.fgv.br/cpdoc.

¹⁴³ CPDOC / FGV. GVc 1943.04.08/1: www.fgv.br/cpdoc.

¹⁴⁴ CPDOC / FGV. GVc 1943.04.08/11. Carta do general Manoel Rabelo a Getúlio Vargas: www.fgv.br/cpdoc.

¹⁴⁵ Conforme o Decreto-Lei nº 5.388, de 17 de abril de 1943, a 4ª Região Militar era responsável pelos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás.

governador de Minas Gerais e político extremamente influente¹⁴⁶. O Ministro da Guerra recomendou ao Comandante da 4ª Região que se afastasse da direção da Sociedade Amigos da América. O General de Divisão Manoel Rabelo escreveu para Getúlio Vargas, revelando sua indignação com o posicionamento do Ministro da Guerra. Destaca o missivista: “Não compreendo a atitude de meu colega Ministro da Guerra e muito menos os temores do Governador de Minas”¹⁴⁷. Tudo indica que a recomendação do Ministro da Guerra foi seguida pelo General de Brigada Raymundo Sampaio, o qual foi promovido a General de Divisão, em 8 de setembro de 1944¹⁴⁸.

É certo que Vargas corria riscos com as atividades desenvolvidas pela agremiação, mas é provável que ele tenha explorado o embate entre o Ministro da Guerra e o General Manoel Rabelo. Na verdade, esse entrelaçamento enfraquecia a instituição e, de certa forma, beneficiava Getúlio Vargas, que se posicionava como o fiel da balança entre os dois generais.

O Ministro da Guerra tinha do seu lado toda a estrutura do Exército. E a caserna não poupou esforços para coletar informações sobre a agremiação. Os dados obtidos viabilizaram a confecção do relatório especial de agosto de 1944¹⁴⁹. E é justamente nessa fonte que aparece a estruturação da diretoria e dos conselhos da Sociedade Amigos da América. Talvez não haja em outro documento um relato tão minucioso sobre ela.

No dia 20 de maio de 1944, às 16 horas, com a presença de mais de quinhentos sócios, procedeu-se a Assembleia Geral Extraordinária convocada para reestruturar a SAA. De acordo com as disposições estatutárias, primeiro seria feita a eleição do Conselho Deliberativo pela Assembleia Geral Extraordinária dos sócios; segundo, a eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Conselho Consultivo pelo Conselho Deliberativo; e, por fim, a nomeação dos 1º e 2º secretários, dos 1º e 2º tesoureiros e da Comissão Central pelo Presidente da Sociedade.

A nova composição social da SAA pode ter levado Getúlio Vargas a reavaliar a sua estratégia política. Ao fim dos processos de eleições e nomeações, o organograma da SAA ficou da seguinte forma: Presidente, General Manoel Rabelo; 1º Vice-

¹⁴⁶Em seu livro de memória, o político não fez nenhuma alusão a este fato. VALLADARES, Benedicto. Op. Cit.

¹⁴⁷CPDOC / FGV. GVc 1943.04.08/11. Carta do General Manoel Rabelo a Getúlio Vargas: www.fgv.br/cpdoc.

¹⁴⁸AHEX. Almanaque de Oficiais do ano de 1945.

¹⁴⁹AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 3. Documento 9. Relatório Especial de Agosto

Presidente, Oswaldo Aranha; 2º Vice-Presidente, Dr. Mario M. Fabião; 1º Secretário, Dr. Francisco de Sales Neto; 2º Secretário, Edgar da Costa Amorim; 1º Tesoureiro, Dr. Francisco da Costa Nunes; 2º Tesoureiro, Bancário Newton de Castro Diniz.

Antes de apresentar os nomes do Conselho Deliberativo, cumpre destacar a reeleição do nome do Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, 1º Vice-Presidente da Sociedade Amigos da América. O Ministro ombreava com Vargas e com o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro desde a Revolução de outubro de 1930. A sua atuação primorosa na direção da chancelaria durante o período de guerra impulsionou o seu nome como um forte candidato à presidência, caso a abertura política se confirmasse. Portanto, o seu prestígio, somado com o apoio nacional da agremiação, representaria um risco real, caso Getúlio tivesse pretensões de continuar na chefia do Executivo Federal. A sua posse na Vice-Presidência estava agendada para o dia 11 de agosto de 1944. A cerimônia ocorreria na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro. Entretanto, no dia anterior, 10 de agosto de 1944, o Chefe de Polícia da Capital Federal, Coriolano de Góis, ordenou o fechamento das dependências da Sociedade Amigos da América. Esse fato não só levou Oswaldo Aranha a entregar o cargo de Ministro das Relações Exteriores, mas era um sinal claro de que Getúlio tinha planos de continuar comandando o Executivo Federal.

Conforme aparece nos relatórios, a interrupção dos trabalhos da agremiação era uma reivindicação do Exército. Esse desejo da instituição, ao que parece, tinha seus motivos. Primeiro, a agremiação era classificada como um centro de propagação da doutrina comunista; segundo, ela contava com militares do Exército como sócios e tentava, com a ação do General Manoel Rabelo, atrair outros militares.

Serão destacados os militares membros dos Conselhos da Sociedade Amigos da América. Integravam o Conselho Deliberativo: os Generais Candido Mariano da Silva Rondon, João Guedes de Fontoura, Júlio Caetano Horta Barbosa, Coronéis Gontran Jorge Pinheiro da Cruz, José Pio Borges de Castro, Vicente de Paula Vasconcelos, Renato Barbosa Rodrigues Pereira e Major Roberto Carneiro de Mendonça; o Conselho Consultivo: Almirante Alfredo Bernard Colônia, Generais Álvaro Tourinho, Augusto Tasso Fragoso, Coronéis Antônio Bastos, Delso Mendes da Fonseca e Otávio Saint Jean Gomes. No Conselho Fiscal não havia militares. Dessa forma, o Exército poderia enfraquecer-se na medida em que seus integrantes estariam envolvidos em questões políticas vindas do meio social externo.

Na verdade, a instituição, por meio da cúpula que ascendeu ao poder na década de 1930, entendia que o envolvimento político dos militares sem as bases da instituição, hierarquia e disciplina, e sem o comando dessa cúpula era prejudicial para o Exército e para a relação entre a instituição e o meio social externo. Por esse motivo, era preciso acabar com as atividades da agremiação a fim de restringir e controlar qualquer participação de militares em questões de embate político.

1.2.1.4 Outras preocupações

Entende-se que as preocupações da instituição ultrapassavam os interesses unicamente institucionais, tais como: sobrevivência, recursos materiais e humanos. As ações do Exército visavam à estabilidade de todo o sistema político, social e econômico. A citação, abaixo, assinala esse caráter global do envolvimento da instituição:

Dada à insistência popular, no descrédito e mal referencias, com relação a essa repartição, que no momento é de máxima importância e necessidade do país, levou-nos a investigar o que de realidade existe para fomentar opiniões tão desfavoráveis na sua execução, e, mesmo, ser considerada atualmente, a melhor fonte de bons negócios que estão enriquecendo as pessoas que gravitam em torno dela, a caça de realizações de negociações, cujos lucros são de vulto astronômico. Embora fugindo a alçada e campo de ação do S. S. I. os fatos mencionados acima nos impeliram a esta observação, a fim de conseguirmos elementos para neutralizar ou pelo menos limitar tal propagação, por ser nociva aos interesses nacionais¹⁵⁰.

Seja no ambiente político, seja no social e seja no econômico, a instituição encontrava-se preocupada com qualquer ação identificada como desestabilizadora do sistema. No caso da citação acima, foi realizada uma investigação nas atividades controladas pelo órgão de Coordenação da Mobilização Econômica. Esse órgão era responsável pelo controle do comércio de combustível (gasolina), cimento, carne, mantimentos de modo geral e transporte de prioridade (uso do transporte marítimo e ferroviário). Através das investigações, constataram-se irregularidades nas atividades controladas pela Coordenação de Mobilização Econômica. Posteriormente, com a mudança da administração desse órgão, o relatório de agosto apresenta a seguinte afirmação:

Com a mudança da administração da Coordenação da Mobilização Econômica já se sente algum benefício, pois a massa popular já está usando expressões mais satisfatórias e mesmo sentindo a sua ação em benefício da coletividade com a baixa de preços de alguns artigos e impedindo que alguns

¹⁵⁰ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 3. Documento 9. Relatório de junho.

negociantes inescrupulosos façam estocagem de mantimentos como vinha acontecendo.¹⁵¹

Sendo assim, observa-se a amplitude das preocupações que o Exército tomava para si. Outro ponto que merece destaque era a constante vigilância da instituição em relação aos eventos ocorridos nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Observe-se a citação abaixo:

Tem sido objeto de preocupação do S.S.I. as informações vindas de São Paulo de franca oposição ao Governo, com demonstrações em todas as classes como aconteceu no movimento pró-revolução de 1932, com tendências acentuadamente democráticas, isto é, visando à democratização integral da engrenagem administrativa, com instituição de casas Legislativas nascidas de voto popular.

Com uma ligação mais estreita entre os políticos de Minas e São Paulo parece existir um programa de agitação de diretivas bem orientadas, com fases intermediárias, tendendo para a constituição¹⁵².

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, com chegada de Manuel Ferraz Campos Sales à Presidência da República, em 15 de novembro de 1898, e, sobretudo, com a implementação do arranjo político denominado de “política dos estados” ou “política dos governadores”¹⁵³ no governo de Campos Sales (1898 – 1902), as elites políticas de Minas Gerais e São Paulo ocuparam uma posição de destaque nas decisões mais importantes da vida política da República.

Entretanto, a chegada de Vargas ao poder, em outubro de 1930, acontecimento que ensejou o início de uma nova fase da história política brasileira, e as transformações ocorridas no sistema político brasileiro na década de 1930, as quais têm na instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, um dos marcos mais importantes, afastaram alguns integrantes das elites políticas mineiras e paulistas do centro do poder político. Após um longo período de abstinência forçada do poder (1937-1945), essas

¹⁵¹AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 3. Documento 9. Relatório de agosto.

¹⁵²AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 3. Documento 9. Relatório de junho.

¹⁵³De acordo com Maria Efigênia Lage de Resende, o arranjo político denominado de política dos governadores, implementado pelo Presidente da República Campos Sales, tinha como objetivo o estabelecimento de relações de compromisso entre o executivo federal e os executivos estaduais, de modo a facilitar a formação de um legislativo coeso no plano federal, visando dar sustentação às políticas a serem implementadas em seu governo. Outrossim, a autora afirma que o compromisso recíproco entre Campos Sales e os governadores pressupunha que ele não interferiria em assuntos de política estadual e que os governadores providenciariam, em seus estados, resultados eleitorais que permitissem a composição de um legislativo federal compatibilizado com as políticas de governo do presidente. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

elites enxergaram no processo de redemocratização, analisado nestetrabalho entre 1944 e 1945, a oportunidade de retornarem ao cenário político. Veja-se a citação abaixo:

Pelas informações que nos chegam de São Paulo e também de Minas Gerais nos obrigam a concluir que está em preparação uma grande articulação de elementos descontentes de vários matizes, insistindo na tecla do retorno Regime Constitucional.¹⁵⁴

Portanto, a importância histórica das elites políticas desses Estados no cenário nacional, as articulações pró-redemocratização, a possibilidade de greves dos operários, o histórico de eventos políticos de grandes proporções, como o movimento constitucionalista de 1932, botavam a instituição em constante vigilância nesses Estados.

Com base no exposto, é possível afirmar que o Exército se encontrava atento a qualquer tipo de ação classificada como nociva à instituição e a qualquer área considerada de interesse nacional. Por essa razão, preocupava-se com a divulgação da ideologia comunista, com a ação de grupos que lutavam para restabelecer as liberdades democráticas, com o controle da participação política da instituição, com o controle de preço de gêneros de primeira necessidade para a população e, por fim, com as ações desenvolvidas em dois importantes Estados do Brasil.

O relatório de dezembro de 1944, o último desse ano, descreveu o cenário político de 1944 como caótico e fez projeções nada animadoras para o ano de 1945. Afirma o relatório: “considerando as diferentes comunicações que temos transcrito, verificamos que a situação vai aos poucos se tornando insustentável”¹⁵⁵. Cabe, agora, verificar os principais assuntos abordados nos relatório de 1945.

1.2.2 Os relatórios de 1945.

Não foram localizados todos os relatórios do ano de 1945, nem nos documentos do General Góes Monteiro, depositado no Arquivo Nacional (AN), e nem no seu acervo depositado no Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Será analisada, contudo, a seguir, uma sequência de relatórios referentes aos meses de agosto, setembro, outubro e

¹⁵⁴AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 11 pasta 3. Documento 9. Relatório de junho.

¹⁵⁵AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 12 pasta 2. Documento 15. Relatório do mês de dezembro de 1944.

novembro do ano de 1945. Se houvesse todos os relatórios desse ano, a análise ficaria mais completa. Entretanto, existe uma sequência muito interessante. Pode-se dizer que foi entre agosto e outubro de 1945 que aconteceram os últimos fatos definidores da retirada Vargas do poder, em 29 de outubro de 1945. Quais foram os principais temas que preocupavam a instituição nesses meses? O quadro abaixo apresenta uma síntese dos temas constantes nesses relatórios.

QUADRO 2

RELATÓRIOS DE 1945	
MÊS	TEMÁTICAS
Agosto ¹	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Panorama político, militar e social. ➤ Situação política de São Paulo. ➤ Atividades do Partido Comunista do Brasil. ➤ Atividade do <i>intelligence service</i>. ➤ Noticiário mais comentado.
	<ul style="list-style-type: none"> Plano de ação do Partido Comunista e medidas a adotar pelo Exército Brasileiro. Campanha da Igreja católica contra o comunismo e o movimento Queremista. Reunião do dia 13 de agosto de 1945. As reuniões do Clube de Engenharia.
Setembro ²	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Campanha pró-constituente lançada pelo Partido Comunista do Brasil. ➤ Desmobilização dos expedicionários a fim de evitar a cooptação desses militares pelos chefes comunistas e neutralizar as células comunistas que já existem nas corporações militares. ➤ Atividades do Partido Comunista do Brasil. ➤ Combate ao comunismo. ➤ Anexos:
	<ul style="list-style-type: none"> Criação da Cruzada Brasileira de Civismo • Organizar o povo para a democracia de Luiz Carlos Prestes. • Manifesto da Cruzada Brasileira de Civismo
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Instabilidade Política.
	<ul style="list-style-type: none"> • Palavras do General Góes Monteiro ao Exército. • Golpe das Forças Armadas. • Entrega do Governo ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares.

<p>Outubro e Novembro³</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ação do Partido Democrático de São Paulo. ➤ Composição política da União Democrática Nacional (UDN). ➤ Composição do Partido Social Democrático (PSD). ➤ O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). ➤ O Partido Comunista. ➤ Liga Eleitoral Católica.
---------------------------------------	---

As temáticas apresentadas no quadro foram retiradas dos relatórios organizados no Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra. Esses relatórios encontram-se no acervo do General Góes Monteiro depositado no Arquivo Histórico do Exército. Esse acervo foi organizado em caixetas numeradas de 1(um) a 12 (doze). E as caixetas foram organizadas em pastas. Sendo assim, as fontes usadas no quadro acima estão na caixeta de número 11. Tudo isso, conforme a citação abaixo:

¹AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 6. Documento 1. Relatório do mês de agosto de 1945.

²AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 6. Documento 2. Relatório do mês de setembro de 1945.

³AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 6. Documento 3. Relatório dos meses de outubro e novembro de 1945.

Os relatórios de agosto e de setembro são complementares. As duas fontes abordam assuntos que envolvem o Partido Comunista Brasileiro, isto é, a ação do comunismo e as medidas anticomunistas adotadas pela sociedade e as que deveriam ser adotadas pelo Exército. Essas duas fontes obedecem ao mesmo padrão de estrutura dos relatórios do ano de 1944. Foram organizados didaticamente em partes ou temas de apresentação.

Entretanto, o relatório referente aos meses de outubro e novembro de 1945 foi escrito sem divisão de partes. Essa fonte foi elaborada após a deposição de Getúlio Vargas, fato ocorrido em 29 de outubro de 1945, por essa razão destacou motivo da deposição do Presidente, alertou sobre as consequências da passagem da chefia do Executivo para o Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, e, por fim, apresentou as principais forças políticas nacionais congregadas nos partidos que teriam influência direta no pleito a ser realizado em dois de dezembro de 1945.

Como estratégia analítica, serão observados, primeiramente, os relatórios de agosto e setembro e, posteriormente, o relatório referente aos meses de outubro e novembro. Vejam-se as duas primeiras fontes.

Para alguns integrantes da cúpula do Exército não havia dúvida “de que os comunistas têm em vista a realização de um programa meticulosamente estudado tendo

à frente Luiz Carlos Prestes”¹⁵⁶. A anistia geral, em 18 de abril de 1945, havia garantido a liberdade dos presos e devolveu os direitos políticos a personalidades importantes, como Luiz Carlos Prestes. Posteriormente, nos termos do Decreto-Lei nº 7586 (28/5/45), foi garantida a plena liberdade de organização partidária, inclusive para o Partido Comunista. A anistia concedida ao “Cavaleiro da Esperança” e o registro concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o funcionamento de forma legal do Partido Comunista do Brasil fizeram a instituição redobrar sua atenção em relação à difusão da ideologia comunista. Sendo assim, o Serviço Secreto de Informações (SSI) do Exército fez um levantamento das ações do Partido Comunista do Brasil.

Segundo o relatório, o PCB passou a usar as mesmas técnicas para propagar o ideário comunista, ou seja: a criação de células nas fábricas e nas ruas; a constituição de comitês de bairros, classistas, municipais; e a utilização de agremiações aparentemente desligadas do partido. Na perspectiva presente no relatório, o Partido Comunista, aproveitando-se da instabilidade política, atuaria com muita mais força e com mais possibilidades de êxito nos seus objetivos: desmoralizar os dirigentes da nação, mostrar ao povo a incapacidade de direção, ridicularizar os candidatos às eleições, agitar e dividir as massas, entreoutros.

Além de Luiz Carlos Prestes, há mais os nomes dos líderes e articuladores comunistas, como David Medeiros Filho, Antônio Tourinho, Durval Miguel de Barros, Mario Souza, Celso Bicudo, Arruda Câmara, Carlos Marighela, Armênio Guedes Vieira Cunha, Armando Siller, Mario Alves, Ivan Ribeiro, Leivas Othero, Pedro Pomar e Aldenor Campos. Alguns desses nomes, ressalta o relatório, tiveram ação destacada na Intentona Comunista no 3º Regimento de Infantaria.

Fica claro que os acontecimentos do levante comunista de 1935 permaneciam vivos no Exército, e, portanto, influenciaram a leitura que a cúpula militar fez do cenário político e social, em 1945. Para alguns integrantes da cúpula militar, o momento político era de infiltração de células comunistas, as quais agiam obedecendo “a um programa cuidadosamente estudado e completado por instruções vindas do estrangeiro”¹⁵⁷. Dessa maneira, é possível observar como a leitura que os militares faziam do momento sociopolítico teve reflexos diretos nas ações desenvolvidas pela

¹⁵⁶AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 06. Documento 1. Relatório do mês de agosto de 1945.

¹⁵⁷AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 11 pasta 06. Documento 1. Relatório do mês de agosto de 1945.

instituição, ações que visavam à própria instituição e à interação do Exército com a sociedade. Eis, abaixo, as seguintes ações recomendadas a serem adotadas pelo Exército, em 1945:

- Ligação direta e permanente com o Chefe de Polícia;
- Intensificação das investigações de modo a melhor apurar as informações;
- Infiltração nos meios de conspiração;
- Vigilância ativa nos quartéis, estabelecimentos e repartições militares, a fim de observar a propagação de ideias subversivas;
- Aproveitamento de todas as oportunidades para falar aos subordinados sobre o momento internacional, sobre a situação destacada alcançada pelo Brasil, salientando que só dentro da ordem poderá ainda se elevar mais o conceito conquistado, mostrar que qualquer desordem terá como consequência a intervenção estrangeira, o que será de grande humilhação para a Nação;
- Organização de boletins semanais informativos das diferentes Regiões tendo em vista trazer a oficialidade a par dos acontecimentos, seguidos de instruções adequadas a serem ministradas aos subordinados;
- Desenvolver maior solidariedade entre superiores e subordinados;
- Restabelecer a disciplina, tão comprometida com a convocação à guerra;
- Rever a situação dos sargentos, dando-lhes o que for justo;
- Dotar os militares de vencimentos compatíveis com a sua responsabilidade de modo a fazer face à elevação do custo de vida evitando aumentos irrisórios;
- Aproveitamento imediato dos elementos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que forem desincorporados, por intermédio do Ministério do Trabalho, nas companhias ou repartições do governo que não possam ser substituídos por profissionais do Exército como: Estrada de Ferro Central do Brasil, Light, Cantareira, Fundação Lage, etc.; e
- Perfeito entendimento entre o Ministro da Guerra, Marinha e Aeronáutica.¹⁵⁸

Essas ações seriam preventivas e tinham o objetivo de contrapor-se à primeira fase do programa comunista, denominada de fase “preparatória”. Contra a segunda e a terceira fases do programa comunista – denominadas, respectivamente, de fase de “execução” e de fase de “exploração do êxito ou retraimento para investida oportuna” –, o Exército adotaria medidas mais enérgicas, tais como:

- Estabelecimento de um plano com aproveitamento da polícia do Caisdo Porto para a defesa dos armazéns e Depósitos nessa região;
- Entendimento com o prefeito para dar comando da polícia municipal a um oficial do Exército;
- Castigo aos desonestos, com forte publicidade;
- Transformação do Tribunal político em um tribunal que julgue os costumes públicos administrativos facultando a assistência pública e a publicidade;
- Direção e comando aos agentes infiltrados para abortar todo e qualquer movimento tendencioso;

¹⁵⁸ AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 11 pasta 6. Documento 1. Relatório do mês de agosto de 1945.

- Usar da máxima energia, eliminando os cabeças; e
- Agir impiedosamente contra todo e qualquer grupo que se mostre agressivo.¹⁵⁹

Entre outras coisas, o planejamento dessas ações, mesmo que muitas delas na prática não tenham saído do papel, demonstra a preocupação do Exército com a instabilidade do ambiente sociopolítico, a vulnerabilidade da instituição ao cenário político externo, a sua ingerência em assuntos externos, e, acima de tudo, a influência do meio externo nas doutrinas de ação, já que trazia para si a responsabilidade de “garantir a ordem na transformação do regime”¹⁶⁰, baseando-se na premissa de que cabia a ele resguardar “os altos interesses da Nação”¹⁶¹.

O Exército não aparentava nenhuma timidez para agir e muito menos agia orientado exclusivamente em função de interesses institucionais. A instituição apresentava-se influenciada pelo contexto sociopolítico de 1945 e buscava influenciá-lo de maneira a manter o controle na transição do regime. Portanto, acredita-se que foi na interação entre a instituição e o contexto (ou agentes) sociais e políticos que o papel do Exército em 1945 foi construído. Conforme destaca Antônio Carlos Peixoto: “Parece, pois, que é na interação das Forças Armadas com os agentes sociais e políticos que se encontram os fundamentos do comportamento militar e os postos-chave que possibilitam sua compreensão”¹⁶².

O levantamento das principais forças políticas realizado no relatório de outubro e novembro de 1945 mostra a importância que o Exército atribuía aos agentes sociais externos. Como já ressaltado acima, esse relatório concentra suas informações nas principais tendências da política brasileira pós-deposição de Getúlio Vargas, sobretudo nas alianças políticas firmadas entre os agentes políticos para a formação dos partidos políticos.

Apresenta-se a União Democrática Nacional (UDN) como resultado da união de quatro grupos, a saber: a “Esquerda Democrática”, chefiada pelo Sr. João Mangabeira e

¹⁵⁹ AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 11 pasta 6. Documento 1. Relatório do mês de agosto de 1945.

¹⁶⁰ AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 11 pasta 6. Documento 1. Relatório do mês de agosto de 1945.

¹⁶¹ AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 11 pasta 6. Documento 1. Relatório do mês de agosto de 1945.

¹⁶² PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 31.

composta de elementos trotskistas e de comunistas intelectuais; o “Partido Republicano”, sob a chefia do Sr. Artur Bernardes, formado pela maioria dos Partidos Republicanos de quase todo o país, considerado um núcleo conservador; o “Grupo Tenentista” chefiado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes; e, por fim, o “Partido Democrático”, sob a chefia política do professor Waldemar Ferreira.

Em relação ao Partido Social Democrático, fez-se uma leitura pessimista sobre a possibilidade de vitória do partido nas eleições de 2 de dezembro de 1945. A falta de apoio popular ao candidato do PSD, General Eurico Gaspar Dutra, e a retirada de elementos importantes do partido, os quais estavam em posições estratégicas no governo, dificultavam a chance de obter êxito. Segundo o relatório, todos os fatores apontavam para a vitória da oposição (UDN), que era vista como a principal articuladora da deposição de Getúlio Vargas.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) é apresentado como uma agremiação em formação, com seus quadros administrativos em vias de organização. A força desse partido estaria na capacidade de mobilização da massa trabalhadora, através da figura do Presidente Getúlio Vargas. Não foi feita uma exposição muito aprofundada sobre o PTB, mas destacou-se o potencial desse partido sobre uma possível liderança de Getúlio Vargas.

Portanto, observa-se como a cúpula militar, ou uma parte importante da instituição, buscava os dados do cenário político. Através desses dados fazia-se uma interpretação e uma projeção das principais tendências da política nacional. O relatório também registra a ação da Igreja Católica e da Cruzada Brasileira de Civismo contra a propagação da ideologia comunista naquele momento.

Quanto à ação da Igreja Católica, os padres eram arautos do anticomunismo. E o principal público dos religiosos eram os fiéis da Igreja. As pregações alertavam sobre os efeitos nocivos à sociedade da doutrina comunista. Leia-se a citação abaixo:

O clérigo é o principal agente dessa campanha, na qual emprega todo o poder de persuasão inculcando, mesmo, o terror aos menos alfabetizados, despertando-lhes o pavor pela doutrina condenada pelo Cristo, segundo os sacerdotes católicos, em face da incapacidade moral, considerada nociva ao desenvolvimento do cristianismo¹⁶³.

Paralela às ações da Igreja Católica, foi criada uma organização antimarxista batizada de Cruzada Brasileira de Civismo. A organização reunia nos seus quadros

¹⁶³Relatório do mês de agosto de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro. Caixa 11 pasta 5.

militares e civis. O público-alvo era a população de modo geral. Seu objetivo principal era alertar o povo dos perigos da doutrina comunista.

A Cruzada Brasileira do Civismo estava sob a orientação e direção de vários oficiais da Armada, alguns com participação no integralismo. A diretoria da organização estava assim composta: Presidente, Capitão de Fragata João B. de Medeiros Guimaraes Roxo; Vice-Presidente, Tenente Coronel Nelson Sampaio; Vice-Presidente, Professor Dr. Alfredo Balthazar da Silveira; Secretário Geral, Major de Artilharia H. Teixeira Campos; 1º Tesoureiro, Capitão de Infantaria T. Gaspar de Almeida; 2º Secretário, 2º Tenente Aviador Francisco de Assis Lopes; Diretor do Departamento de finanças, Capitão Remo Acciaris; Sub-diretor do Departamento de Finanças, Capitão da Reserva Wercelen Medeiros; Diretor do Departamento de Propaganda, Professor João D. Maciel; Diretor do Departamento de História e Civismo, Capitão de Artilharia Nysio C. Cardoso; Sub-Diretor do Departamento de História e Civismo, 1º Tenente de Infantaria Expedicionária Hélio Brandão.

Cabem algumas observações sobre a composição da diretoria. Primeiro, a ausência de oficiais gerais indica que esse era um movimento do andar de baixo da Marinha e do Exército, mas com a ciência e com o apoio velado do andar de cima. Segundo, a participação de vários militares mostra que a instituição continuava vulnerável aos conflitos oriundos do meio externo. Terceiro, o envolvimento desses militares assinala como a interação do militar com o meio social externo influenciava o seu comportamento.

Em 8 de setembro de 1945, realizou-se, no Instituto Nacional de Música, na Capital Federal, a leitura do Manifesto da Cruzada Brasileira do Civismo. Na ocasião, estavam presentes os generais Alcio Souto e Ângelo Mendes de Moraes, dois integrantes da cúpula militar. A cúpula militar não fazia parte da diretoria, mas permitia que militares da ativa participassem dessa organização. Sendo assim, cabe conhecer melhor alguns integrantes da cúpula militar que articulou a ação do Exército em 1945.

CAPÍTULO II

Integrantes da cúpula militar de 1945

Os assentamentos de alguns integrantes da cúpula militar são a base documental deste capítulo. Através da análise dessas fontes, será possível: discutir o desenvolvimento da carreira militar desses oficiais generais; analisar a interação entre esses militares ao longo da carreira e, acima de tudo; evidenciar quem compunha a elite militar que definiu as estratégias de atuação do Exército em 1945.

Os procedimentos teórico-metodológicos adotados envolveram: a análise das fé de ofício, verificando, inicialmente, o último posto alcançado pelos generais e, em seguida, observou-se a ordem cronológica da carreira desses militares. Muitas dessas fontes não estão organizadas na sequência lógica das carreiras desses militares. Tal fato exige que o pesquisador selecione e organize as fontes, antes de extrair os dados necessários para sua pesquisa. São enfatizados, neste capítulo, os generais, que, com suas decisões, articulações e projetos ideológicos colaboraram para definição, consolidação e implementação da ação do Exército em 1945.

Cabem algumas explicações, antes de conhecer melhor esses militares. Em primeiro lugar, os agentes sociais foram escolhidos de acordo com os seguintes critérios: a existência da correspondência daquele militar e/ou a participação dele nas articulações que ocorreram no processo de redemocratização; em segundo lugar, não foi localizada a fé de ofício de todos os missivistas, mas as que foram obtidas contemplaram os objetivos deste trabalho. Por fim, é feita uma análise dos assentamentos do General Góes e do General Dutra, pois eles foram os principais articuladores da ação do Exército em 1945. Esses militares, por meio do alinhamento de suas posições individuais, procuraram homogeneizar a ação das Forças Armadas no processo de redemocratização em 1945. Essa documentação pode ajudar a entender algumas mudanças que ocorrem na instituição e a identificar os grupos e os laços de amizade ali formados.

Vale ressaltar a riqueza das informações que existem na fé de ofício desses militares. Essa documentação cobre, no caso dos generais, mais de 40 anos de caserna. Foram analisadas cerca de 1000 (mil) páginas de alterações dos militares estudados neste trabalho, a fim de conhecer e entender quem são os missivistas. Inicia-se a

exposição dos missivistas pelo Marechal reformado Canrobert Pereira da Costa, pois ele é pouco conhecido, embora tenha tido um papel importante para a instituição e para a relação entre ela e o Estado em 1945.

2.1. Os atores sociais em cena: os gerais

2.1.1 General Canrobert Pereira da Costa

Canrobert Costa morreu aos 60 anos, em 31 de outubro de 1955, ocupando o cargo de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, um ano antes da morte do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Através da leitura dos seus assentamentos, pode-se dizer que ele foi um dos principais articuladores, juntamente com os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, da reestruturação no Exército e da nova configuração da relação entre a instituição e o Estado brasileiro.

Canrobert nasceu em 18 de outubro de 1895 e, aos 18 anos, em 26 de março de 1914, ingressou como voluntário na Escola Militar, guarnição da Capital Federal, onde permaneceu até 6 de maio de 1918 e onde foi declarado aspirante, em 2 de fevereiro de 1918, quando concluiu o curso de oficial de artilharia. Sobre sua vida nos órgãos de ensino da instituição, além da Escola Militar, foi matriculado nas seguintes escolas: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), em 8 de março de 1922, concluindo o curso em 27 de dezembro de 1922 com grau 7, 902, em 6º lugar numa turma de 16 alunos; Escola de Comando e Estado-Maior, 1º de março de 1923, concluindo o curso, em 25 de janeiro de 1926, com grau 6, 517, menção bom, sendo classificado em 11º lugar numa turma de 15 alunos e, por fim, em 28 de maio de 1940 foi matriculado no curso de Alto Comando¹⁶⁴.

Na década de 1920, a Escola Militar do Realengo, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Comando e Estado-Maior constituíam as três principais instituições de ensino do Exército. Segundo Fernando da Silva Rodrigues, os Institutos Militares, na primeira metade do século XX, sofreram diversas reformas, as quais tinham por finalidade “acompanhar a evolução do ensino de formação dos oficiais do

¹⁶⁴COSTA, Canrobert da. Fé de Ofício, pasta 05. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

Exército”¹⁶⁵. De acordo com Frank D. McCann¹⁶⁶, a Escola Militar do Realengo tinha por objetivo preparar oficiais subalternos para atuarem na tropa; a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), inaugurada em 8 de abril de 1920, destinava-se a criar um corpo de oficiais, que, como instrutores em unidades distribuídas por todo o Brasil, difundiriam as novas doutrinas baseadas na experiência da Primeira Guerra; e a Escola de Comando e Estado-Maior destinava-se a ser o ápice do sistema educacional do Exército.

Referindo-se, exclusivamente, à Escola Militar do Realengo, Fernando da Silva Rodrigues destaca que as constantes reformas que afetaram esse estabelecimento de ensino podem ser interpretadas de duas maneiras. Em um primeiro estágio, essas reformas visavam preparar melhor o Corpo de Oficiais e, em um segundo estágio, esse Instituto de Ensino serviu “como um laboratório para os interesses organizacionais e doutrinários do Exército, com o progressivo estabelecimento de um padrão de militar mais profissional e menos teórico”¹⁶⁷.

O General Canrobert foi forjado durante a sua carreira pelas instabilidades políticas no país e, conseqüentemente, nas Forças Armadas. Em 1924 interrompeu por dois meses e quatro dias o curso de Estado-Maior, pois, embarcou com destino a Paranaguá, fazendo parte da Coluna de Operações do Sul, a fim de operar contra os revolucionários do Estado de São Paulo¹⁶⁸. Em outubro de 1930, após a deposição de Washington Luís pela Junta Governativa Provisória, foi selecionado para transmitir, juntamente com outros oficiais, Coronel José Antônio Coelho Netto e o 1º Tenente Carlos Flores de Paiva Chaves, aos revolucionários no Paraná e em Minas Gerais o acordo de paz proposto pela Junta Governativa¹⁶⁹.

A sua atuação nesse episódio, rendeu-lhe o seguinte elogio concedido pelo General de Divisão João de Deus Menna Barreto: “[...] A Junta Governativa louva, por meu intermédio, este oficial e lhe agradece a coadjuvação valiosíssima prestada nessa

¹⁶⁵ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p. 13.

¹⁶⁶ MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889 – 1937*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. p. 317.

¹⁶⁷ RODRIGUES, Fernando da Silva. Op. Cit. p. 14.

¹⁶⁸ COSTA, Canrobert da. Fé de Ofício, pasta 1, segundo semestre de 1924. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁶⁹ COSTA, Canrobert da. Fé de Ofício, pasta 1, segundo semestre de 1930. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

obra de paz e de concórdia...”¹⁷⁰. Em 1932,¹⁷¹ participou das operações contra a revolução constitucionalista paulista, atuou como adjunto do Chefe do Estado-Maior do Exército do Leste, Coronel Pantaleão da Silva Pessoa, e, posteriormente, assumiu a Chefia da Seção de Operações. A participação nesses eventos marcou a carreira de muitos oficiais, seja para ganhar experiência em momentos de crise institucional ou para criar e consolidar novos laços de amizade que seriam usados em outras ocasiões, como no processo de redemocratização em 1945.

Sua carreira desenvolveu-se praticamente na Capital Federal. Dos seus 41 anos 7 meses e 5 dias de efetivo serviço na Força¹⁷², serviu, aproximadamente, 33 anos, 7 meses e 6 dias na Capital Federal, isto é, mais de 80% da sua vida na caserna foi em quartéis sediados no centro político do país e no principal centro de decisões do Exército. Foi um oficial que fez carreira no Estado-Maior do Exército e no Ministério da Guerra. No posto de Capitão fez estágio na Segunda Seção do Estado-Maior do Exército e foi designado, posteriormente, adjunto da Primeira Subseção desse órgão; no posto de Tenente-Coronel, foi designado, em 9 de dezembro de 1936¹⁷³, oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, nessa mesma data, o General de Divisão Eurico Gaspar Dutra assumiu a pasta do Ministério da Guerra¹⁷⁴; no posto de Coronel, foi nomeado, em 21 de janeiro de 1939, Chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército, na ocasião o Chefe do Estado-Maior do Exército era o General de Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro. O Chefe do Gabinete era o principal assessor e substituto do Chefe do Estado-Maior. Nesse cargo, participou de diversas comissões com o General Góes Monteiro, tais como: seguiu para os Estados Unidos, em 7 de junho de 1939¹⁷⁵, a fim de retribuir a visita do General George Marshall, Chefe do Estado-Maior do referido país; deslocou-se para Buenos Aires, em 3 de julho de 1941¹⁷⁶, a fim de representar o Brasil nas festas comemorativas da Independência da Argentina. Essas viagens serviram para consolidar o laço institucional e de amizade firmado entre os dois militares.

¹⁷⁰ COSTA, Canrobert da. Fé de Ofício, pasta 1, segundo semestre de 1930. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁷¹ COSTA, Canrobert da. Fé de Ofício, pasta 1, segundo semestre de 1932. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁷² COSTA, Canrobert da. Fé de Ofício, pasta 5. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁷³ COSTA, Canrobert da. Fé de Ofício, pasta 1, segundo semestre de 1936. Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Permaneceu nessa função até 9 de junho de 1938, saindo por ter sido promovido ao posto de Coronel em 3 de maio de 1938.

¹⁷⁴ DUTRA, Eurico Gaspar. Fé de Ofício, caixa 1 pasta 5 documento 22. Arquivo Histórico do Exército.

¹⁷⁵ COSTA, Canrobert da. Fé de Ofício, pasta 1, primeiro semestre de 1939. Arquivo Histórico do Exército.

¹⁷⁶ COSTA, Canrobert. Fé de Ofício, pasta 1, primeiro semestre de 1941. Arquivo Histórico do Exército.

Proximidade confirmada no elogio conferido ao General Canrobert por Góes Monteiro, em junho de 1942:

[...] É a este que, particularmente, venho expressar o meu reconhecimento, por ter sido ele colaborador dedicado e leal de todas as horas máxime em horas agoniadas de largo e encrespado período de labor e atividade no interior do órgão em cuja frente me encontro. Inteligente e operoso, caráter reto, sentimentos apurados de verdadeiro soldado, conduta modelar, amando e sabendo bem o seu árduo ofício, serviu com modéstia e proficiência, com altivez e dignidade, o mais honestamente que era de desejar. Tenho segura confiança de que, para adiante, nos postos mais altos a que for chamado por seu mérito indiscutível, o General CANROBERT continuará honrando o Exército, como sempre, honrando-se a si mesmo, sobretudo nos momentos graves, como os da atualidade, em que cada brasileiro, do maior ao menor, deve sentir a necessidade de se aprestar para resistir a golpes de surpresa, e dispor-se a contribuir para defesa da Pátria com o máximo de energia, com a consciência do perigo iminente e a compreensão exata da situação. O Estado-Maior do Exército é devedor ao General CANROBERT de inesquecíveis serviços prestados com desvelo e seriedade, às vezes em oportunidades bem difíceis, algumas com o selo da maior importância, além da rotina árida e diária, sem compensações materiais. Citando-o como possuidor de predicados e virtudes militares pouco vulgares, demonstradas a cada passo – dirijo-lhe em nome do Estado-Maior do Exército, uma saudação amistosa, por todos nós que aqui permanecemos no trabalho necessário e inestancável, despedindo-nos do distinto General que pela maneira de se conduzir e por suas atitudes legou um exemplo dignificante ao Estado-Maior do Exército. Por todos os motivos acima mencionados, louvo o Exmo. Sr. General de Brigada CANROBERT PEREIRA DA COSTA.¹⁷⁷

Foram três anos trabalhando diretamente com o General Góes Monteiro. Período suficiente para fazer o curso¹⁷⁸ de Alto Comando, visando ocupar cargos mais elevados na estrutura da organização, e, acima de tudo, solidificar os laços de amizade com a alta cúpula militar. No posto de General de Brigada, promoção alcançada em 24 de maio de 1942, foi nomeado, após comandar a Terceira Divisão de Infantaria no Estado do Rio Grande do Sul, Secretario Geral do Ministério da Guerra, em 25 de dezembro de 1943. Nesse cargo, passou a ser o auxiliar e o substituto direto do Ministro da Guerra em exercício, General de Divisão Eurico Gaspar Dutra. Com a desincompatibilização do General Eurico Gaspar Dutra para concorrer às eleições de dezembro de 1945, o General Góes Monteiro assumiu a pasta do Ministério da Guerra, em 9 de agosto de 1945. Sendo assim, o General Canrobert ficou funcionalmente atrelado ao General Góes Monteiro, o novo Ministro da Guerra.

¹⁷⁷COSTA, Canrobert. Fé de Ofício, pasta 1, primeiro semestre de 1942. Arquivo Histórico do Exército.

¹⁷⁸ Em 22 de maio de 1940 foi aprovada sua indicação, no sentido de ser matriculado no Curso de Alto Comando. COSTA, Canrobert. Fé de Ofício, pasta 1, primeiro semestre de 1940. Arquivo Histórico do Exército.

No posto de General de Divisão, promoção alcançada em 26 de setembro de 1946, e com o General Eurico Gaspar Dutra à frente do Executivo Federal, finalmente, foi nomeado Ministro de Estado do Negócio da Guerra, em 14 de outubro de 1946, o cargo mais elevado dentro das Forças Armadas. Posteriormente, foi promovido ao posto de General de Exército¹⁷⁹, em 23 de novembro de 1950, e faleceu no cargo de Chefe de do Estado-Maior das Forças Armadas, o qual foi ocupado pela primeira vez, após sua criação, pelo General Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

Corolário do exposto acima, é possível observar como se estruturou um dos meios de acesso aos postos mais altos da hierarquia militar; como a cúpula militar domina os cargos mais decisivos da instituição; e, acima de tudo, como se configurava as alianças na cúpula militar. Alianças confirmadas pela fé de ofício do próximo missivista, Marechal José Agostinho dos Santos.

2.1.2 General José Agostinho dos Santos

José Agostino dos Santos foi transferido para a Reserva do Exército, no posto de General de Divisão, por Decreto de 9 de abril de 1949, publicado no Diário Oficial de 13 de abril de 1949¹⁸⁰. No mesmo ano, em 17 de agosto¹⁸¹, solicitou as vantagens da Lei nº 616, de 2 de fevereiro de 1949¹⁸², que alterou os artigos 1º e 6º da Lei nº 288, de 8 junho de 1948¹⁸³ e foi regulamentada pelo Decreto nº 26.907, de 18 de julho de 1949¹⁸⁴, para ser promovido ao posto de General de Exército; alcançou o referido posto através do Decreto Presidencial de 11 de agosto de 1950¹⁸⁵. Posteriormente,

¹⁷⁹ O posto de General de Exército foi criado pelo Decreto-Lei nº 9.608, de 2 de setembro de 1946. PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e administração do ministério do exército*; Coordenação de Vicente Tapajós. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. p. 311.

¹⁸⁰ SANTOS, José Agostinho dos. Fé de Ofício, primeiro semestre de 1949. Pasta: XVI – 23 – 22 B. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁸¹ SANTOS, José Agostinho dos. Fé de Ofício. Pasta: IV – 22 – 4. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁸² Boletim do Exército (BE) Nr 9, de 26 de fevereiro de 1949, página 529; Diário Oficial Nr 42, de 9 de fevereiro de 1949, página 2417. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁸³ Boletim do Exército (BE) Nr 25, de 19 de junho de 1948, página 1517; Diário Oficial Nr 136, de 15 de junho de 1948, página 8845. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁸⁴ Boletim do Exército (BE) Nr 031, de 30 de julho de 1949, página 1931; Diário Oficial Nr 170, de 26 de julho de 1949. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁸⁵ SANTOS, José Agostinho dos. Fé de Ofício, pasta: IV – 24 – 04. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

amparado pela Lei nº 1.267 de 9 de dezembro de 1950¹⁸⁶, foi promovido ao posto de Marechal através do Decreto Presidencial de 7 de fevereiro de 1953¹⁸⁷. Um estudo mais aprofundado de toda essa legislação, aprovada durante mandato presidencial do Marechal reformado Eurico Gaspar Dutra, pode revelar com maior precisão o capital político alcançado pelas Forças Armadas na sociedade brasileira, uma vez que essas leis eram aprovadas e concediam vantagens aos militares.

É possível afirmar que as leis citadas anteriormente forneceram aos militares até duas promoções acima, após a passagem para reserva remunerada. Tais dispositivos legais apontam para o êxito das Forças Armadas nas articulações ocorridas durante o processo de redemocratização em 1945, dado que a vitória do ex-Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra nas eleições presidenciais de 2 de dezembro de 1945, conferiu maior poder à instituição militar para ter suas demandas contempladas pelo aparelho do Estado brasileiro. Conforme destaca José Murilo de Carvalho: “O grau de envolvimento político dos militares e de sua participação no poder pode ser medido pela ocupação de cargos políticos e administrativos por militares”¹⁸⁸. No caso em apreço, o cargo de Presidente da República estava sendo ocupado pelo General de Divisão Eurico Gaspar Dutra. Cabe destacar que o posto de General de Exército só foi instituído mediante o Decreto-Lei 9.698, de 2 de setembro de 1946¹⁸⁹.

O Marechal reformado José Agostinho dos Santos nasceu no Estado do Paraná, em 7 de abril de 1885. Em 3 de outubro de 1902, aos 17 anos, foi incluído no estado efetivo do 6º Regimento de Artilharia de Campanha na 4ª Bateria, guarnição de Curitiba, para servir como Praça por um período de três anos. Em 4 de maio de 1903, foi matriculado na Escola Preparatória de Tática de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 14 de fevereiro de 1906, quando foi transferido para Escola de Guerra, também na guarnição do Rio Pardo-RS. Na Escola de Guerra foi declarado Aspirante a Oficial, em 2 de janeiro de 1909, por ter concluído o Curso de Infantaria e Cavalaria, sendo classificado no 12º Regimento de Cavalaria Independente em Bagé-RS, onde se

¹⁸⁶ Boletim do Exército Nr 13, de 31 de março de 1951, página 918. Arquivo Histórico do Exército (AHEX).

¹⁸⁷ SANTOS, José Agostinho dos. Fé de Ofício, pasta: XVI – 23 – 22 A. Arquivo Histórico do Exército (AHEX).

¹⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: Carvalho, J. M. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p, 54.

¹⁸⁹ PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e administração do ministério do exército*. Cordenação de Vicente Tapajós. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. p, 310.

apresentou em 6 de fevereiro de 1909. No mesmo ano, em 12 de abril de 1909, foi matriculado na Escola de Artilharia e Engenharia de Realengo, na Capital Federal, onde concluiu o curso de Artilharia, sendo promovido a 2º Tenente da Arma de Artilharia, em 12 de janeiro de 1912¹⁹⁰. Desde a sua chegada à Escola Preparatória de Tática até a sua promoção a Oficial da Arma de Artilharia, foram 9 anos de caserna. O restante da carreira militar foi marcado, principalmente, por cargos atrelados à arma de artilharia. As funções exercidas no Ministério da Guerra e no Estado-Maior do Exército estavam ligadas não só à competência profissional, mas também a indicações pessoais.

No posto de 2º Tenente, José Agostinho dos Santos foi classificado no 2º Regimento de Artilharia Montada, em Curitiba, permanecendo nesse quartel de 24 de janeiro de 1912 a 26 de junho de 1915. Foi transferido, em 22 de julho de 1915, para o 3º Batalhão de Artilharia de Posição no Estado de São Paulo; nessa organização militar alcançou o posto de 1º Tenente, em 3 de abril de 1916. Entretanto, era preciso estar no lugar certo e enquadrar-se nas novas demandas da instituição para alcançar novos horizontes na carreira militar. Sendo assim, conforme seus assentamentos¹⁹¹, em novembro de 1918, fez o concurso para Auxiliar de Instrutor de Artilharia da Escola Militar, sediada na Capital Federal, e foi classificado em primeiro lugar. Já nomeado Auxiliar de Instrutor, foi promovido ao posto de Capitão, em 23 de julho de 1919.

Na década de 1920, foi matriculado e concluiu os cursos nas seguintes Escolas: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior e Escola Naval de Guerra. Posteriormente, fez o Estágio na 4ª Seção do Estado-Maior e foi designado auxiliar de ensino da Escola Naval de Guerra. A passagem por essas escolas conferiu ao militar conhecimento profissional e possibilidade de chegar a postos mais elevados na carreira.

Depois de 25 anos de caserna e com 44 anos de idade, em 2 de julho de 1928, José Agostinho dos Santos foi promovido a Major. Nesse novo posto, foi designado para realizar uma série de missões a serviço do Ministério da Guerra na Região Norte do país; entre elas, foi o Presidente do Conselho Permanente de Justiça Militar. Em 9 de outubro de 1929, foi nomeado Adido Militar da embaixada da França e Bélgica, comissão

¹⁹⁰SANTOS, José Agostinho dos. Fé de Ofício, pasta: XVI – 23 – 22 A. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁹¹SANTOS, José Agostinho dos. Fé de Ofício, pasta: XVI – 23 – 22 A. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

importante, sobretudo porque demonstrou a visibilidade que o militar começou a ter nos altos escalões da instituição. Visibilidade confirmada na década de 1930, ao aproximar-se do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro e reaproximar-se do General Eurico Gaspar Dutra, já que foram contemporâneos na Escola Preparatória de Tática do Rio Pardo, no início do século XX. Em 1932, conforme seus assentamentos,¹⁹² ficou à disposição do General Góes Monteiro e trabalhou diretamente com o General Eurico Gaspar Dutra nas operações que se desenvolveram no Estado de São Paulo contra a Revolução Constitucionalista. Nesse mesmo ano, em 10 de novembro de 1932, foi promovido ao posto de Tenente-Coronel.

Em 1935, no comando do 2º Grupo de Artilharia de Campanha (Fortaleza de São João) guarnição da Capital Federal, preservou sua Organização Militar contra a infiltração de revolucionários do 3º Regimento de Infantaria, não se aventurando em movimentos contrários ao *status quo*. Talvez por essa característica, após a sua promoção ao posto de Coronel, Decreto de 7 de setembro de 1937, foi classificado, por necessidade do serviço, no 5º Regimento de Artilharia Montada, guarnição de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, um dos principais redutos de movimentos regionalistas ainda em atividade no país.

Instaurado o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, regressa à Capital Federal, a fim de comandar o 1º Regimento de Artilharia Montada. Ficou subordinado diretamente ao General de Brigada João Baptista Mascarenhas de Moraes, Comandante da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria e futuro Comandante da Força Expedicionária Brasileira na Itália. Posteriormente, deixa o comando do 1º Regimento, pois foi nomeado, em junho de 1939, Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra. Sendo assim, há, em 1939, a seguinte configuração nos principais cargos da instituição: como Ministro de Estado e Negócios da Guerra, General de Divisão Eurico Gaspar Dutra, tendo na Chefia do Gabinete o Coronel José Agostinho dos Santos e como Chefe do Estado Maior do Exército General de Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro, tendo na Chefia do Gabinete do Estado-Maior do Exército o Coronel Canrobert Pereira da Costa.

Como Chefe do Gabinete do Ministro no centro do poder da instituição, na Capital Federal, alcançou o generalato com 39 anos de caserna e 56 anos de idade,

¹⁹²SANTOS, José Agostinho dos. Fé de Ofício, pasta: XVI – 23 – 22 A. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

pelo Decreto de 3 de junho de 1941¹⁹³. No generalato, regressou para sua terra natal, já que foi nomeado Comandante da Infantaria Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria na guarnição de Curitiba. No segundo semestre de 1944, em meio a amplos movimentos de contestação ao Estado Novo, retornou à Capital Federal, sendo nomeado Subchefe do Estado-Maior do Exército, cargo que ocupava por ocasião da reunião que ocorrera na casa do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro e que dera ensejo para a elaboração das missivas analisadas nesta dissertação.

Da análise das folhas de alterações do Marechal reformado José Agostinho dos Santos, é possível destacar as seguintes questões: em primeiro lugar, duas regiões do país sobressaíram-se durante a sua carreira militar, Curitiba e Capital Federal. Em Curitiba, além de questões profissionais, talvez que esteja mais ligada, sobretudo, a vínculos familiares. Ou seja, casou-se em Curitiba, em 24 de junho de 1913, com Cinira Fonseca da Silva, seu filho, Arnaldo dos Santos, nasceu em 1º de abril de 1914 no Estado do Paraná. Já sua permanência na Capital Federal encontra-se ligada à possibilidade de ascendência profissional e aos vínculos firmados dentro da instituição e fora dela. Entretanto, nem tudo girou em torno dos Generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, essa é uma das peculiaridades dos assentamentos do próximo missivista: o Marechal Renato Paquet.

2.1.3 General Renato Paquet

Renato Paquet foi transferido para a Reserva Remunerada como General de Divisão,¹⁹⁴ pelo do Decreto de 11 de fevereiro de 1949, por ter atingido a idade limite¹⁹⁵ para a permanência no serviço ativo. Posteriormente, amparado pelo artigo primeiro da Lei nº 1.156, de 12 de julho de 1950, foi promovido ao posto de General de Exército, por Decreto de 18 de agosto de 1950. Em 1951, recebeu o título honorífico de

¹⁹³SANTOS, José Agostinho dos. Fé de Ofício, pasta: XVI – 23 – 22 A. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁹⁴PAQUET, Renato. Fé de Ofício, Pasta: XII-2-9A. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁹⁵O Artigo 51, Alínea “a” do decreto lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946, que aprovou o Estatuto dos Militares (E1) de 1946, dispõe sobre o limite de idade para permanecer no efetivo ativo do Exército. PAQUET, Renato. Op. Cit.

Marechal. Sendo assim, o militar também recebeu as vantagens da legislação produzida durante o mandato presidencial do General Eurico Gaspar Dutra.

O Marechal reformado, Renato Paquet, nasceu no Rio de Janeiro, então Capital do Império, no dia 9 de fevereiro de 1885. Sentou Praça aos 17 anos, em 10 de abril de 1902, no 1º Regimento de Infantaria, quartel na Vila Militar em Deodoro, Capital Federal, passando à disposição do Comandante da Escola de Realengo por ordem verbal do Marechal Ministro da Guerra que determinou sua apresentação ao Coronel Comandante da citada Escola¹⁹⁶. Em 6 de abril de 1903, foi excluído do estado efetivo do Regimento, por haver se matriculado na Escola de Realengo, no dia 2 de abril de 1903. Ainda jovem, aos 17 anos, recebeu um elogio do Marechal Francisco de Paula Argôllo, que não só demonstra o cenário político da época, mas também aponta a percepção de como deveria ser a relação do Exército com a recém-proclamada República. Na ordem do dia de 15 de novembro de 1902, o Marechal escreveu ao recém-incorporado às fileiras do Exército, Renato Paquet: “... a República pode confiar tranquila nas virtudes de seus soldados”¹⁹⁷. Naquele momento da história, Renato Paquet participou passivamente das transformações no Exército, no Brasil e na relação entre os dois, mas quisera o instável sistema político, da República dos Estados Unidos do Brasil, reservar um papel mais importante para ele, em 1945.

Em 2 de janeiro de 1909, foi declarado Aspirante a Oficial e excluído do estado efetivo da Escola de Guerra, sendo incluído no estado efetivo do 1º Regimento de Artilharia Montada, em fevereiro de 1909. No mesmo ano, foi matriculado para realizar a escola de Artilharia e Engenharia. Sua matrícula foi trancada, sendo apresentado em 25 de agosto de 1910 no 13º Regimento de Cavalaria, sediado da Capital Federal. Em 8 de março de 1911, foi promovido ao posto de 2º Tenente para a arma de Infantaria, posteriormente fora transferido para a arma de Cavalaria.

Da promoção ao posto de 2º Tenente até a de Major, em 20 de fevereiro de 1930, passando pelas promoções a 1º Tenente, em 16 de maio de 1917 e a Capitão, 7 de setembro de 1920, foram preservadas folhas esparsas das alterações do Marechal reformado Renato Paquet. Não obstante essa dificuldade, detectaram-se algumas características em sua carreira. Por um lado, não foi um oficial muito inclinado a provas

¹⁹⁶PAQUET, Renato. Fé de Ofício, Pasta: XII-2-9A e B. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁹⁷PAQUET, Renato. Fé de Ofício, Pasta: XII-2-9A e B. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

teóricas, sendo reprovado em algumas oportunidades¹⁹⁸; por outro, destacou-se diversas vezes em exercício no terreno, conforme registrado em 21 de outubro de 1913 nas suas alterações:

A 21, de ordem do Senhor General Inspetor da IX Região, foi mandado elogiar por ter sido classificado em primeiro lugar no raide de patrulhas realizado no Distrito Federal, onde demonstrou elevado grau de instrução, boa vontade e segura compreensão de seus deveres profissionais, não poupando esforços, para melhorar a sua instrução e a das praças de sua patrulha.¹⁹⁹

Vale destacar que boa parte de sua carreira militar desenvolveu-se na Capital Federal. Praticamente, serviu todo o período de oficial subalterno no 13º Regimento de Cavalaria, quartel sediado na Capital Federal. Em 7 de dezembro de 1918, foi nomeado auxiliar de instrução de Cavalaria da Escola Militar de Realengo²⁰⁰. Em 22 de fevereiro de 1921, foi matriculado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, tendo sido aprovado em primeiro lugar²⁰¹, por ordem de merecimento, em sua arma. Participou da campanha contra os revolucionários em 1924 no Estado de São Paulo. Fez o curso de Estado-Maior e, após o curso, serviu como ajudante do Estado-Maior do Exército. Em 1925, registrou-se nos seus assentamentos o seguinte elogio, conferido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General de Divisão Augusto Tasso Fragoso: “Oficial inteligente, de grande profissionalismo e incansável no serviço [...], saiu-se brilhantemente conquistando os meus francos louvores”²⁰².

Em 20 de fevereiro de 1930, foi promovido ao posto de Major. Em 12 julho de 1932, assumiu a chefia da 3ª Seção do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria da 1ª Região Militar. Em 13 de julho de 1932, deslocou-se, como Chefe de Operações da 1ª Divisão de Infantaria, para a fronteira entre o Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, a fim de participar das operações contra os revolucionários paulistas. A sua participação na campanha em São Paulo não só ajudou na sua promoção a Tenente-Coronel, em 16 de setembro de 1932, mas também lhe rendeu muitos elogios. O conjunto desses elogios recebidos durante a carreira pode revelar a imagem que o elogiado construiu sobre si ao

¹⁹⁸PAQUET, Renato. Fé de Ofício, Pasta: XII-2-9A e B. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

¹⁹⁹PAQUET, Renato. Fé de Ofício, Pasta: XII-2-9A. Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Quarto trimestre de 1913.

²⁰⁰PAQUET, Renato. Fé de Ofício, Pasta: XII-2-9A. Quarto trimestre de 1921. Arquivo Histórico do Exército (AHEx)

²⁰¹PAQUET, Renato. Fé de Ofício, Pasta: XII-2-9A. Arquivo Histórico do Exército (AHEx)

²⁰²PAQUET, Renato. Fé de Ofício, Pasta: XII-2-9A. Arquivo Histórico do Exército (AHEx)

longo da sua vida na caserna. Nesse ponto, os assentamentos do Marechal Renato Paquet são extremamente interessantes, pois, em 1937, já no posto de Coronel²⁰³ e Comandante da Escola Militar de Realengo, o Departamento do Pessoal do Exército fez um levantamento dos elogios recebidos por ele de 1902 a 1937.

É claro que não se fez um levantamento dos insucessos, porém esses elogios apontam para um ideal de instituição que está sendo construída através de alguns valores. Por exemplo, a repetição de expressões, no conjunto dos elogios²⁰⁴, como disciplina, trabalho, correção de procedimentos, modo correto, desempenho cuidadoso de suas funções e competência não só demonstram um formato pré-estabelecido de elogio, mas também indicam como a instituição molda e é moldada pelos homens que a compõem. Ou seja, é preciso pensar e agir segundo os valores da instituição, pois eles habilitam à ascensão profissional e, acima de tudo, conferem unidade de ação e coesão à Força. Acredita-se que a busca dessa unidade de ação tenha sido a grande bandeira de alguns integrantes da cúpula militar que chegou ao poder na década de 1930.

Em 24 de maio de 1940, Renato Paquet foi promovido a General de Brigada e nomeado para comandar a 1ª Divisão de Cavalaria no Rio Grande do Sul. Posteriormente, em 18 de julho de 1941, foi nomeado Comandante da Infantaria Divisionária da 2ª Divisão de Infantaria no Estado de São Paulo e, por fim, foi nomeado, em 29 de setembro de 1942, Comandante da 1ª Infantaria Divisionária da 1ª Região Militar no Estado do Rio de Janeiro, cargo que ocupava por ocasião da reunião na casa do General Góes Monteiro, o qual foi um dos personagens centrais nas articulações para derrubada de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. Sendo assim, cumpre conhecer um pouco melhor esse militar.

2.1.4 General Pedro Aurélio de Góes Monteiro

²⁰³Foi promovido ao posto de Coronel por merecimento, em 7 de setembro de 1936. PAQUET, Renato. Op. Cit. segundo trimestre de 1936.

²⁰⁴PAQUET, Renato. Fé de Ofício primeiro trimestre de 1937, Pasta: XII-2-9A. Arquivo Histórico do Exército (AHEx)

Pedro Aurélio Góis Monteiro nasceu em São Luís do Quintude (AL), no dia 12 de dezembro de 1889, filho do médico Pedro Aureliano Monteiro dos Santos e de Constança Cavalcanti de Góis Monteiro²⁰⁵. Era o mais velho de nove irmãos, alguns com destaque na política. Em 1903, viajou de Alagoas para o Rio de Janeiro²⁰⁶ e, no ano seguinte, ingressou como Praçana Escola Preparatória de Realengo. Sua formação seria completada na Escola de Guerra da capital gaúcha, para onde se transferiu em 1906, já que a Escola Militar na Praia Vermelha, na Capital Federal, estava fechada. Em 1909, foi declarado Aspirante a Oficial,²⁰⁷ e promovido a 2º Tenente em abril de 1914²⁰⁸.

Dois anos depois se deslocou para a Capital Federal,²⁰⁹ onde fez um curso de Engenharia militar. Em 1918,²¹⁰ após conclusão do curso, regressou para o Rio Grande do Sul, passando a comandar o 6º Regimento de Cavalaria Independente. Em janeiro de 1919,²¹¹ foi promovido ao posto de 1º Tenente. Em 1921,²¹² participou, no Rio de Janeiro, dos cursos de aperfeiçoamento ministrados pela missão militar francesa, chefiada pelo General Maurice Gamelin. O objetivo da missão militar francesa era remodelar os conceitos táticos e organizacionais do Exército brasileiro. Em 1922,²¹³ cursava a Escola de Estado-Maior, no Rio de Janeiro, e não se envolveu nos movimentos que eclodiram naquele ano. Sobre os levantes tenentistas, posteriormente, ele comentou: “Embora relativamente moço e inexperiente, não me apaixonei por nenhuma das facções que se digladiavam”²¹⁴. Dois anos depois, já promovido a Capitão e exercendo o magistério na Escola de Estado-Maior, ele combateu rebeldes no cerco à capital paulista no segundo levante tenentista, iniciado em cinco de julho de 1924.²¹⁵

²⁰⁵RAMOS, Plínio de Abreu. Góes Monteiro. In: ABREU, Alzira Alves (Coord). *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*. [et al.] Ed. rev. E atual — Rio de Janeiro:FGV; CPDOC, 2001. p. 3842.

²⁰⁶COUTINHO, Lourival. Antes de 1930. In: *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco 2.ed. 1956. p. 3.

²⁰⁷COUTINHO, L. Op. Cit. p. 3.

²⁰⁸RAMOS, Plínio de Abreu. Góes Monteiro. In: ABREU, Alzira Alves (Coord). *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*. [et al.] Ed. rev. E atual — Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. p. 3843.

²⁰⁹COUTINHO, L. Op. Cit. p. 3.

²¹⁰COUTINHO, L. Op. Cit. p. 3.

²¹¹RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3843

²¹²COUTINHO, L. Op. Cit. p. 3.

²¹³RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3843

²¹⁴COUTINHO, L. Op. Cit. p. 5.

²¹⁵COUTINHO, L. Op. Cit. p. 9.

Góes também combateu a Coluna Miguel Costa/ Luiz Carlos Prestes, formada em 1925. Com a desmobilização da Coluna, retornou para o Rio de Janeiro, onde reassumiu as suas funções de professor da Escola de Estado-Maior juntamente com a de professor de tática na Escola Profissional da Polícia Militar do Distrito Federal. Em outubro de 1926,²¹⁶ foi promovido a Major e, em outubro de 1928,²¹⁷ foi promovido a Tenente-Coronel, trabalhando como chefe do gabinete do Diretor de Aviação Militar do Exército, o General Álvaro Guilherme Mariante.

No calor da disputa política para o pleito presidencial de março de 1930, o então Tenente-Coronel Góes Monteiro foi transferido, contra sua vontade, para São Luis das Missões (RS)²¹⁸. Na carta enviada, em 18 de março de 1944, ao General de Brigada Ângelo Mendes de Moraes, o já General de Divisão Góes Monteiro relatou a causa da sua transferência para a Região Sul do país:

Em 1929, havia regressado das campanhas contra os rebeldes e meu sistema nervoso se achou fortemente abalado; por intermédio do meu Chefe, Mariante, em muitos documentos elaborados na antiga Diretoria de Aviação, procurei influenciar no sentido de emprendermos reformas políticas, sociais e no nosso claudicante aparelhamento militar, impressionado que estava pelas contingências que nos comprimiam então. Fui considerado inoportuno, metediço e indesejável, frondeur, e assim, deportado para S. Luiz das Missões. Resultado: 1930, a arrancada de grande estilo e larga envergadura, e eu retornovincitor à frente das hostes que iam implantar um novo regime.

Ou seja, o então Tenente-Coronel Góes, em 1929, já entendia que era preciso fazer reformas políticas, sociais e no próprio aparelho militar. Entretanto, as suas ações foram consideradas incompatíveis com o seu posto. Diante dessa circunstância, foi transferido para o Rio Grande do Sul. Todavia, o embate político e a percepção de novos tempos na política brasileira ajudaram-no a retornar ao centro político do país.

Em 1º de março de 1930, Getúlio foi derrotado no pleito por Júlio Prestes. O movimento de contestação no Rio Grande do Sul perdeu força. Borges de Medeiros reconheceu a legitimidade dos resultados das eleições. A investidura de Júlio Prestes estava dada como certa, até que um fato inusitado transformou o cenário político: o assassinato, em 26 de julho de 1930, de João Pessoa, candidato derrotado a Vice-

²¹⁶ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3844.

²¹⁷ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3844.

²¹⁸ COUTINHO, L. Op. Cit. p, 55.

Presidente da República na chapa de Vargas. O assassinato foi cometido por João Dantas. A agitação política voltaria a incendiar o país.

Oswaldo Aranha convidou Tenente-Coronel Góes para coordenar o levante militar. Góes resistiu ao assédio, a princípio, mas mudou de opinião. Para José Murilo de Carvalho,²¹⁹ a adesão de Góes ao movimento revolucionário foi porque ele percebeu como nenhum outro militar de sua época a mudança dos tempos e o espaço que se abria à participação dos militares na política nacional. Segundo Carvalho, Góes abandonou os princípios aprendidos dos seus mestres franceses, já que:

Para um tenente-coronel sem perspectiva clara de acesso na carreira, uma vez que o mérito não era na época garantia de promoção, a oportunidade pareceu suficientemente atraente para convencer a renunciar aos princípios de seus mestres.²²⁰

Góes assumiu a chefia do Estado-Maior das Forças Revolucionárias, das quais Getúlio era o comandante supremo. Os dois subchefes de Góes foram João Alberto e Estillac Leal, antigos comandantes de destacamentos da Coluna Prestes; Virgílio de Melo Franco era o Secretário, e o Comandante Herculino Cascardo, da Marinha, o Oficial de Informações. No dia 3 de outubro a revolução começou no Rio Grande do Sul, obtendo sucesso só depois da capitulação das tropas federais, prisão do Comandante da 3ª Região Militar, o General Gil de Almeida, e a adesão à causa revolucionária de uma série de unidades militares na madrugada do dia 4 de outubro.

A 10 de outubro²²¹, juntamente com todo o Estado-Maior Getúlio Vargas, Góes Monteiro seguiu de trem com destino ao norte do Paraná, onde, possivelmente, enfrentaria tropas do governo comandadas pelo General José Pais de Andrade. Estacionando suas tropas em Ponta Grossa, passou a planejar, em 24 de outubro de 1930, o ataque a São Paulo. No dia seguinte, foi informado da deposição de Washington Luís, por junta militar constituída pelos Generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e o Almirante Isaías de Noronha. Góes deu um ultimato à junta militar, que depôs o Presidente, ratificando que a direção do país tinha que ser entregue à revolução, sob pena de recomeçarem as hostilidades. A resposta da junta foi que o governo seria entregue a Getúlio tão logo chegasse à Capital Federal. Com a posse de

²¹⁹ CARVALHO, Jose Murilo de. Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 103.

²²⁰ CARVALHO. J. M. Op. Cit. p. 103.

²²¹ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3846.

Vargas, em 3 de novembro de 1930, Góes assumiu de vez um papel relevante na vida pública brasileira, como militar e articulador político.

Do ponto de vista militar, Góes participou da Revolução como Tenente-Coronel, situação que botava a hierarquia da instituição militar em xeque. Além disso, Getúlio precisava de um oficial general de sua confiança. Góes, então, foi promovido de forma meteórica, em março de 1931,²²² ao posto de Coronel; em maio do mesmo ano, a General de Brigada; e, em outubro de 1932, com apenas 42 anos, a General de Divisão, o mais alto posto na época para tempo de paz.

Fato importante para o aparecimento de novos atores no cenário político nacional, o golpe de outubro de 1930 tem sido tratado a partir de diferentes vertentes explicativas²²³. Uma primeira linha interpretativa, inaugurada na obra de Virgílio Santa Rosa, vê o movimento de 1930 como uma revolução de classe média; uma segunda, difundida por Nelson Werneck Sodré, sustenta que a Revolução de 30 expressaria a ascensão da burguesia industrial à dominação política; uma terceira, construída por Boris Fausto, postula que a revolução foi o resultado de conflitos intraoligárquicos fortalecidos por movimentos militares dissidentes; finalmente, uma quarta, representada nos estudos de Edgard De Decca, defende que a revolução representaria um golpe preventivo da burguesia contra o movimento operário. De acordo com Surama Pinto e Marieta Ferreira, contudo, “o resultado da Revolução de trinta mais do que as propostas do movimento em si é que transformou 1930 em um marco histórico importante”²²⁴

Após a revolução, os principais líderes revolucionários promoveram reuniões periódicas no Palácio Guanabara. Elas tinham por objetivo fazer uma avaliação das realizações do novo regime instaurado e detectar possíveis atividades de revanche do grupo alijado do poder. Góes²²⁵ tinha presença certa nessas reuniões. A imprensa passou a rotular os participantes dessas reuniões como componentes do Gabinete Negro²²⁶.

²²² CARVALHO, Jose Murilo de. Forças Armadas e Política 1930- 1945. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 82.

²²³ Os autores foram citados no Artigo de Marieta de Moraes e Surama Conde Sá Pinto. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

²²⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Op. Cit. p. 23.

²²⁵ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3846.

²²⁶ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3846.

Concomitante com essas reuniões, os Tenentes, que contavam com o incentivo de Osvaldo Aranha, manifestavam o seu desejo de influenciar o suporte ideológico do governo. Surgiu, assim, em 15 de novembro de 1930, por iniciativa de Aranha e Góes, a ideia de se fundar a Legião de Outubro, cujo manifesto foi lançado a 27 de fevereiro de 1931²²⁷. O projeto não alcançou a amplitude nacional que se desejava, entretanto, no Rio de Janeiro, a proposta ganhou força e adquiriu forma de instrumento civil militar de pressão contra a reconstitucionalização imediata do país. O movimento acabou dando origem ao Clube Três de Outubro²²⁸ tendo como primeiro presidente Góes Monteiro. Já no posto de General de Brigada e tendo em vista a difícil missão de controlar os paulistas alijados do poder, Góes foi nomeado por Getúlio Comandante²²⁹ da 2ª Região Militar,²³⁰ em 1º de julho de 1931²³¹. Após pressão de grupos paulistas, deixou o cargo de Comandante da 2ª Região Militar e deslocou-se para o Rio de Janeiro, nos primeiros dias de julho de 1932, e assumiu o Comando da 1ª Região Militar²³².

Descontentes com os rumos do governo provisório, no primeiro semestre de 1932, os paulistas sublevaram-se. Góes ficou responsável de elaborar o plano de operações para o embate contra a revolução constitucionalista. Após a capitulação dos constitucionalistas, foi nomeado inspetor das regiões militares do norte, abrangendo as guarnições sediadas no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo e todo o Norte e Nordeste,²³³ e, em 18 de janeiro de 1934, tornou-se Ministro da Guerra.²³⁴

Para Thomas Skidmore, a nomeação de Góes como Ministro da Guerra representou um grande passo para restabelecer a disciplina na instituição militar.

Desde a mudança do Ministro da Guerra, em 1934, o Exército vinha conseguindo restabelecer a disciplina que havia sido minada durante as revoltas da década de 20, a revolução de 30 e a revolta de São Paulo, em 1932²³⁵.

²²⁷ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3846.

²²⁸ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3847.

²²⁹ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3847.

²³⁰ O Estado de São Paulo era de responsabilidade da 2ª Região Militar

²³¹ LANNING, Michael Lee. Pedro Aurélio de Góis Monteiro. In: *Chefes, Líderes e Pensadores Militares*; Tradução Ulisses Lisboa Perazzo Lannes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. p, 446.

²³² RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3848.

²³³ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3849.

²³⁴ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3849.

²³⁵ SKIDMORE, Thomas. Era de Vargas 1930-1945. In: *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975. p, 47.

Sua permanência à frente da pasta, contudo, não durou muito. Em 7 de maio de 1935²³⁶, deixou o cargo. Revelou, em 18 de março de 1944, as causas da sua saída ao General de Brigada Ângelo Mendes de Moraes:

Mais tarde na fase de constitucionalização do país fui colocado a contragosto à frente dos negócios do Ministério da Guerra. Empenhei-me em reorganizar a fundo a nossa estrutura militar, fui guerreado a fundo e de todos os ângulos, meu esforço perdido, incompreendido nas minhas intenções, sistematicamente acusado de bonapartismo quando eu previa que a guerra viria nos apanhar, como apanhou, em flagrante delito de despreparação. – Extenuado e atormentado, não houve outro recurso senão renunciar, tendo antes prevenido ao governo de que fazia parte que a ondavermelha estaria preste a rebentar. Riram da minha ingenuidade e exaltação. Resultado – 1935 que hoje se comemora nas necrópoles²³⁷.

A escrita do General Góes revela o seu desejo de fazer reformas estruturais na instituição. Entretanto, as instabilidades dentro e fora da instituição, na visão dele, atrapalhavam a conquista desse objetivo. Fora do Ministério da Guerra, em 13 de janeiro de 1936²³⁸, assumiu o cargo de inspetor das Regiões Militares do Norte, que se estendiam do Rio de Janeiro até o Amazonas, e, em julho de 1937, a Chefia do Estado-Maior do Exército (EME), após acordos firmados com o General Eurico Gaspar Dutra.

Com Góes, já na Chefia do EME, foi descoberto pelo Major Aginaldo Caiado de Castro nas mãos do Capitão Olímpio Mourão Filho o chamado Plano Cohen²³⁹. Foi a justificativa que precisava o governo para dar prosseguimento ao processo que culminou com a instalação do Estado Novo, em 10 de novembro 1937. Góes deixou a chefia do EME, em dezembro de 1943²⁴⁰, e, em janeiro de 1944, embarcou para Montevidéu na qualidade de Embaixador extraordinário do Brasil junto ao Comitê de Emergência e Defesa Política da América. Regressou ao Brasil, após o rompimento de Oswaldo Aranha com Vargas, no segundo semestre de 1944. Já em 1945, com o processo de redemocratização em curso e a campanha eleitoral em pleno vapor, Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra, desincompatibiliza-se do Ministério para concorrer às eleições. Góes, então, em 9 de agosto de 1945, assumiu, novamente, o

²³⁶ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3850.

²³⁷ Carta enviada ao General de Brigada Angelo Mende de Moraes, em 18 de março de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa 8, pasta 1.

²³⁸ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3850.

²³⁹ Plano de conflagração violenta de todos os setores da vida nacional patrocinados pelos comunistas e sob a orientação do Komintern.

²⁴⁰ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3853.

cargo de Ministro da Guerra. Sua participação no episódio de 29 de outubro de 1945, a deposição de Vargas, segundo José Murilo de Carvalho: “Foi uma ação típica do ideal de Góes: a corporação agindo como um todo, pela voz da hierarquia”²⁴¹. Já para Edgard Carone, Góes manobrou toda a oficialidade com o objetivo de ter o apoio dos oficiais gerais na retirada de Vargas do poder.

A reunião de generais, no dia 25 de outubro de 1945, é sinal da nova situação. Nela, o moderado e oportunista Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, manobra toda oficialidade do Exército e da Marinha, e a pretexto da nomeação de Benjamim Vargas para a chefia da polícia, determina o cerco do Palácio Guanabara, sede governamental.²⁴²

Góes foi eleito para o Senado na legenda do PSD alagoano, em 19 de janeiro de 1947²⁴³, com 32.875 votos. Por ocasião dos preparativos, já em 1949, para a sucessão presidencial de Dutra ocorreu uma reaproximação entre Getúlio Vargas e Góes. Como destaca Ramos: “Sempre que Vargas regressava de suas viagens pelo interior do Brasil, procurava avistar-se com Góes em casa de Epitácio Pessoa”²⁴⁴. Consolidada a vitória de Vargas nas eleições para o Executivo Federal, o Presidente eleito começou a organizar o seu ministério e escolheu o General Góes para Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), órgão criado em 25 de julho de 1946. Terminada sua missão como chefe do EMFA, em 1º de dezembro de 1952, ele foi nomeado, em 16 de dezembro de 1952, Ministro do Superior Tribunal Militar, cargo em que permaneceu até sua morte, ocorrida no Rio de Janeiro, no dia 26 de outubro de 1956. Assim como o General Góes Monteiro, o General Eurico Gaspar Dutra transformou-se na década de 1930, e foi, no ano de 1945, peça fundamental para a compreensão do próprio Exército e, conseqüentemente, da relação da instituição com a sociedade e com o Estado brasileiro.

2.1.5 General Eurico Gaspar Dutra

²⁴¹CARVALHO, Jose Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p, 112.

²⁴² CARONE, Edgard. O Interregno José Linhares 29-10-45 a 31-1-1946. In: *A República Liberal II Evolução Política 1945 a 1964*. São Paulo: Difel, 1985. p, 10.

²⁴³ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3854.

²⁴⁴ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3855.

Dutra foi eleito Presidente do Brasil em 2 de dezembro de 1945, tomou posse em janeiro de 1946 e passou a faixa presidencial para Getúlio Vargas, em janeiro de 1951. Através do Decreto Presidencial de 23 de agosto de 1948²⁴⁵ e amparado pela Lei nº 288 de junho de 1948²⁴⁶, alcançou o posto de General de Exército. Posteriormente, através do Decreto Presidencial de 5 de dezembro de 1952, e amparado pelos artigos 1º e 2º da Lei nº 1267,²⁴⁷ de 9 de dezembro de 1950, foi promovido ao posto de Marechal.

Eurico Gaspar Dutra nasceu em 18 de maio de 1885, no Estado do Mato Grosso e, em 21 de fevereiro de 1902, assentou Praça no 2º Batalhão de Artilharia de posição, nesse Estado. Em abril de 1902, foi matriculado na Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, chegando à Escola praticamente um ano antes de José Agostinho dos Santos, que foi matriculado, em 4 de maio de 1903²⁴⁸. Muitas atividades das quais esses militares participaram juntos não foram registradas nos respectivos assentamentos, entretanto, uma experiência comum ficou registrada, em fevereiro de 1904: eles auxiliaram no combate ao incêndio nos armazéns da Alfândega, por essa razão, os dois militares possuem o mesmo elogio: “louvado pelo modo digno e extraordinária correção com que se portou, auxiliando eficazmente o trabalho de extinção do incêndio havido nos Armazéns da Alfândega”²⁴⁹. Essa é só uma das experiências comuns que, em virtude de seu caráter excepcional, foi registrada, porém vale destacar que esses militares deixaram suas famílias, seus amigos, suas rotinas e passaram a conviver diariamente juntos.

²⁴⁵DUTRA, Eurico Gaspar. Fé de Ofício, Arquivo Histórico do Exército.

²⁴⁶Boletim do Exército (BE) Nr 025, de 19 de junho de 1948, página 1517; Diário Oficial Nr 136, de 15 de junho de 1948, página 8845. Arquivo Histórico do Exército (AHEx). § 1da lei Nr 288 O oficial das Forças Armadas que serviu no teatro de da Itália, ou tenha cumprido missões de patrulhamento de guerra em qualquer outro teatro de operações, definidas pelo Ministério da Guerra, quando transferido para a reserva remunerada, ou reformado será previamente promovido ao posto imediato, com respectivos vencimentos

²⁴⁷Boletim do Exército nº 13, de 31 de março de 1951, página 918. Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Art. 1º. Os oficiais ou praças das Forças Armadas que, nas 1ª e 7ª Regiões Militares, tenham tomado parte com suas unidades no combate contra a revolução comunista de 1935, cumprindo missões e cooperado com as mesmas; se deslocado de sua sede com seus corpos, para os mesmos fins, ou tenham oferecido resistências comprovada nas corporações rebeladas, quando transferidos para reserva remunerada serão, em seguida, promovidos ao posto imediato, com os respectivos vencimentos integrais, sem prejuízo das demais vantagens a que tiveram direito. Art. 2º. Os oficiais e as praças que estejam na reserva remunerada ou reformados, desde que satisfaçam as exigências do artigo anterior, serão promovidos ao posto imediato na data da publicação desta Lei, com os vencimentos integrais do novo posto, mediante requerimento.

²⁴⁸SANTOS, José Agostinho dos. Fé de Ofício, pasta: IV – 24 – 04. Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

²⁴⁹DUTRA, Eurico Gaspar. Fé de Ofício, Arquivo Histórico do Exército.

Em abril de 1904, tendo concluído o curso na Escola Preparatória de Tática, apresentou-se na Escola Militar do Brasil na Praia Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, os alunos da Escola Militar participaram de uma revolta generalizada na Capital Federal que, segundo Frank D. McCann,²⁵⁰ ganhou amplitude através de uma aliança entre positivistas, políticos jacobinos, monarquistas, líderes sindicais, oficiais militares e alunos da Escola Militar. Entre os alunos, os quais, em 14 de novembro de 1904, enfrentaram as tropas do Governo e cujo objetivo era depor o Presidente Rodrigues Alves, estava Eurico Gaspar Dutra. Conforme consta nos seus assentamentos, nesse mesmo dia, “baixou extraordinariamente²⁵¹” na enfermaria da Escola e, posteriormente, foi para o Hospital Central do Exército, onde permaneceu hospitalizado de 18 de novembro a 5 de dezembro de 1904.

Sendo assim, a primeira experiência de envolvimento político do futuro Marechal transformou-se num total desastre: fechou-se a Escola pelo Decreto Presidencial de 16 de novembro de 1904; ficou, gravemente, ferido e foi excluído das fileiras do Exército, em 9 de dezembro de 1904, “de acordo com o Aviso do Ministério da Guerra, número 2049, visto ter tomado parte, como aluno da Escola Militar do Brasil, no movimento de quatorze”²⁵². Quase um ano após o seu desligamento, foi anistiado e retornou às fileiras do Exército. Entretanto, essa experiência marcou sua vida e sua carreira de maneira que não se envolveu mais em movimentos contra o governo.

Tendo em vista o fechamento da Escola Militar do Brasil, concluiu sua formação inicial na Escola de Guerra, sediada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, sendo declarado Aspirante a Oficial em fevereiro de 1908. Posteriormente, já servindo na Capital Federal, em 12 de julho de 1916, alcançou o posto de 1º Tenente. Nesse posto, em 1917, realizou a prova para Escola de Estado-Maior e classificou-se em segundo lugar no concurso. Apresentou-se na referida Escola em 7 de fevereiro desse mesmo ano, entretanto só terminou o curso em 1922, por causa da interrupção nos trabalhos escolares em janeiro de 1918. Concluído o Curso de Estado-Maior, foi designado para a chefia da 1ª Subseção da 3ª Seção do Estado Maior do Exército, em 1923; nesse mesmo ano, participou de uma série de manobras no Estado de São Paulo, a serviço do Estado-

²⁵⁰MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército brasileiro, 1889 – 1937; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. p. 135.

²⁵¹DUTRA, Eurico Gaspar. Fé de Ofício, segundo semestre de 1904. Arquivo Histórico do Exército.

²⁵²DUTRA, Eurico Gaspar. Fé de Ofício, Arquivo Histórico do Exército.

Maior do Exército. Possivelmente, as manobras (operações) em São Paulo faziam parte da preparação da Força para uma possível ação do Exército nesse Estado.

A 25 de julho de 1924, confirmando as manobras do Exército no ano anterior, seguiu para São Paulo, a fim de servir como Agente de Ligação nas operações naquele Estado. Finalizadas as operações em São Paulo, partiu para o Norte do país, assumindo a Chefia da 3ª Seção do Estado-Maior das Forças de Terra e Mar, que constituíram o destacamento do Norte, organizado com a missão de combater os rebeldes da Amazônia. Chegou à Região Norte em 11 de agosto de 1924, onde passou por diversas localidades, entre elas: Belém, Santarém, Ilha Grande Mamaúru, Itacoatiara e Manaus, retornando em 24 de setembro de 1924 para a Capital Federal. Já em 14 de fevereiro de 1925, foi designado para servir no Estado-Maior do General Otávio de Azeredo Coutinho, que seguiu a incorporar-se as Forças em Operações nos estados do Paraná e Santa Catarina, mais uma vez assumiu a função de chefe da 3ª Seção do Estado-Maior.

Suas atuações em 1924 e 1925, em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e na Região Norte do país, o credenciaram como um oficial de confiança da elite militar da década de 1920, recebendo o seguinte elogio do General João de Deus Mena Barreto²⁵³: “oficial bastante conhecido pelas suas elencadas qualidades, louvo pelo eficaz auxílio que me prestou como chefe da terceira seção do Estado Maior onde revelou mais uma vez o seu elevado preparo profissional²⁵⁴”. Ainda como saldo do seu desempenho nos anos anteriores, foi promovido, em 7 de maio de 1927, ao posto de Major, sendo em seguida transferido para o Rio Grande do Sul. No ano seguinte, retornou ao Estado-Maior do Exército para trabalhar na 3ª Seção desse órgão. Observe-se sua projeção no Estado-Maior do Exército através das palavras do Chefe do Estado-Maior, General de Divisão Augusto Tasso Fragoso; “sua reputação está feita como oficial de Estado-Maior, inclusive pelos serviços que prestou durante o período revolucionário”²⁵⁵.

A despeito de sua participação ao lado dos revoltosos no levante da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, na década de 1920, Dutra manteve-se fiel à estrutura da organização e, com apenas dois anos no posto de Major, foi promovido, em 16 de maio de 1929, a Tenente-Coronel por merecimento. Dos oficiais analisados nesse trabalho, foi o que mais se projetou na instituição na segunda década do século XX.

²⁵³Os Generais João de Deus Mena Barreto e Augusto Tasso Fragoso lideraram os militares dissidentes.

²⁵⁴DUTRA, Eurico Gaspar. Fé de Ofício, caixa 1 envelope 5. Arquivo Histórico do Exército.

²⁵⁵DUTRA, Eurico Gaspar. Fé de Ofício, caixa 1 envelope 5. Arquivo Histórico do Exército.

Sua participação em outubro de 1930 revela não só que o país estava na iminência de uma guerra civil generalizada, mas também sua posição de oficial legalista. A 21 de outubro, deslocou-se no Comando do 15º Regimento de Cavalaria Independente para operações de guerra e assumiu, em 22 de outubro, o Comando de um destacamento para as operações contra as tropas que vinham do Rio Grande do Sul lideradas pelo então Tenente-Coronel Góes Monteiro. O embate só não aconteceu, pois os Generais Tasso Fragoso e Mena Barreto com a intervenção pessoal do arcebispo do Rio, Sebastião Leme da Silveira Cintra, convenceram o Presidente Washington Luís a renunciar em 24 de outubro de 1930. Uma junta militar governou o Rio de Janeiro de pleno direito durante dez dias, antes de entregar finalmente o poder, em 3 de novembro, a Getúlio Vargas, o líder incontestável do movimento de oposição.

Definida a vitória do movimento de 1930, Dutra, por ter sido contra a revolução, fora mandado para o 11º Regimento de Cavalaria em Ponta Porã, fronteira com o Paraguai, em novembro de 1930. Entretanto, o seu desempenho no Estado-Maior do Exército sob a chefia do General Tasso Fragoso, em fins dos anos 1920, ajudou-o a não ficar no ostracismo total. Já em 1931, Dutra transformou-se em um dos principais auxiliares do General Bertoldo Klinger²⁵⁶. Atuou, em setembro desse ano com o General nas manobras em Nioaque (MS) e, em 17 de dezembro de 1931, com pouco mais de dois anos na patente de Tenente-Coronel, alcançou o posto de Coronel. Nesse novo posto, em 4 de julho de 1932, quando comandava o 4º Regimento de Cavalaria em Três Corações (Minas Gerais), foi convidado e recusou-se a participar do levante paulista. Firmou, assim, o posicionamento de oficial legalista.

Quando eclodiu a rebelião paulista contra o governo provisório, em 9 de julho de 1932, Dutra deslocou-se no Comando do seu Regimento para o sul do Estado de Minas Gerais em operações de guerra. Participou ativamente das operações nos meses subsequentes, ora no Comando do 4º Regimento de Cavalaria Divisionário, ora compondo um destacamento de operações. Sobre sua participação nessas operações, assim se expressou o já General Góes Monteiro: “felicita a 4ª Divisão pelos sucessos que vai alcançando e pede enviar forte abraço ao Coronel Dutra cujo valor dia a dia mais recomenda e eleva suas conhecidas virtudes militares”²⁵⁷. O reconhecimento do trabalho desenvolvido, com a finalidade de dismantelar a posição defensiva das tropas paulistas,

²⁵⁶ Figura importante no Exército, pois foi um dos fundadores da revista A Defesa Nacional em 1913.

²⁵⁷ DUTRA, Eurico Gaspar. Fé de Ofício, caixa 1 envelope 5. Arquivo Histórico do Exército.

não ficou só nas palavras do General Góes. Em 22 de setembro de 1932, Dutra alcançou o generalato, conforme consta nos seus assentamentos: “O Governo da República acaba de promover ao posto de Generalde Brigada o Coronel Eurico Gaspar Dutra”²⁵⁸. Portanto, a atuação do Coronel Eurico Gaspar Dutra na revolta paulista de 1932 transformou-o em um dos homens de confiança do Presidente Getúlio Vargas.

No posto de General de Brigada, em 27 de outubro de 1932, foi nomeado Comandante da 2ª Brigada de Infantaria, guarnição da Capital Federal. Posteriormente, foi nomeado, em 4 de julho de 1933, para exercer o cargo de Diretor da Aviação Militar. Ao posicionar o General Dutra à frente da Aviação Militar, a instituição tinha como objetivos: tentar modernizar e, sobretudo, controlar esse eficaz instrumento de guerra. O próprio Diretor da Aviação observou a equipagem do avião “Waco S. C. O. 22”, decolou nessa aeronave, do Rio de Janeiro a São Paulo, inspecionou as instalações do destacamento de aviação em São Paulo e Paraná e nomeou duas comissões de oficiais: uma para rever os Estatutos da Aviação Militar; e a outra para organizar o projeto do Regulamento das Vias Aéreas. Essas medidas visavam, em particular, à expansão da capacidade operacional do Exército e, em geral, revelavam a necessidade de organizar a estrutura da aviação brasileira.

Ao deixar o cargo de Diretor da Aviação Militar, em 21 de abril de 1935, foi promovido a General de Divisão, em 9 de maio de 1935, e assumiu em 13 de maio o Comando da 1ª Região Militar, na Capital Federal. Nesse cargo, e devido ao desfile de Sete de Setembro desse ano recebeu o seguinte elogio do Presidente Getúlio Vargas: “... as mais vivas felicitações e louvores, pela dedicação de que deu prova, alcançando os magníficos resultados que cercaram o desfile de sete de setembro, sem dúvida o mais notável desses últimos tempos²⁵⁹”. Sendo assim, o Presidente não só mantinha o apoio do General Eurico Gaspar Dutra, mas equilibrava a disputa pelo poder dentro da instituição. Por fim Getúlio nomeou o General Dutra Ministro de Estado e Negócios da Guerra, em 9 de dezembro de 1936, cargo que ocupou por mais tempo que qualquer outro na história do Brasil, de 1936 a 1945.

São muitas informações sobre a vida desses militares. Por esse motivo, será apresentado um quadro para facilitar a visualização e a compreensão de alguns aspectos,

²⁵⁸DUTRA, Eurico Gaspar. Fé de Ofício, caixa 1 envelope 5, página 158. Arquivo Histórico do Exército.

²⁵⁹DUTRA, Eurico Gaspar. Fé de Ofício, caixa 1 envelope 5 documento 22. Arquivo Histórico do Exército

considerados relevantes. Esse quadro também é importante, porque serão relacionados os militares, dos quais não tivemos acesso aos assentamentos.

QUADRO 3 SINOPSE DA CARREIRA MILITAR ATÉ 1945

Oficiais Gerais na antiguidade de generalato	Promoções	Tempo de Serviço	Participação em movimentos políticos	Principais cargos
Pedro Aurélio de Góes Monteiro	TC - 25/07/29 Cel - 10/03/1931 Gen Bda - 07/05/1931 Gen Div - 6/10/1932*	42 anos 4 meses 26 dias	1924, 1925, 1930, 1932, 1935, 1937 e 1945.	1. M.G. de 23/01/34 a 07/05/35. 2. Chefia do E. M. E. de 14/07/37 a 03/07/43. 3.M.G. de 09/08/45 a 14/10/1946.
Eurico Gaspar Dutra	TC - 16/05/1929 Cel - 17/12/1931 Gen Bda - 22/09/1932 Gen Div - 09/05/1935	43 anos 7 meses 21 dias	1904 (Revolta da Escola Militar). 1922, 1924, 1930, 1932, 1935, 1937 e 1945.	1.Cmt. 1ª R M e 1ª DI 13/05/35 a 04/12/36 2.M. G. - 09/12/36 a 08/08/45
Pedro de A. Cavalcanti Albuquerque	TC - 23/06/1927 Cel - 04/07/1929 Gen Bda - 18/01/1934 Gen Div - 23/01/1941	46 anos 9 meses 15 dias	Não se teve acesso aos assentamentos. Mas em 1945 julgou-se dispensado de ir à casa do Gen. Góes.	Presidente da Comissão Central de Requisição, em 1945.
Renato Paquet	TC - 16/09/1932 Cel - 07/09/1936 Gen Bda - 24/05/1940 Gen Div - 13/12/1945	42 anos 11 meses 26 dias	1924, 1932 e 1945.	1.Cmt. Escola Militar Guarnição Realengo Capital Federal. 2.Cmt 1ª Divisão de Infantaria de 19/10/42 a 30/10/45.
José Agostinho dos Santos	TC - 07/11/1932 Cel - 07/09/1937 Gen Bda - 03/06/1941	42 anos 4 meses 9 dias	1924, 1932, 1935 e 1945	1.Chefe do Gabinete do Exmo. M. G. em 16/06/39. 2.Subchefe do E. M. E. em 24/08/44.
Gustavo Cordeiro de Farias	TC - 20/12/1932 Cel - 03/05/1937 Gen Bda - 29/08/1941	38 anos Faleceu em 12/04/1948	Assentamentos não analisados, mas compareceu à residência do Gen. Góes, em 1945.	Diretor de Ensino do Exército.

Canrobert Pereira da Costa	TC - 12/09/1935 Cel - 03/05/1938 Gen Bda - 24/05/1942	31 anos 2 meses 23 dias	Não se teve acesso aos assentamentos. Mas compareceu à residência do Gen. Góes, em 1945.	1. Oficial de Gabinete do M. G. em 09/12/36. 2. Chefe do Gabinete do E.M.E. em 21/01/39. 3. Nomeado, em 25/12/43, SGMG.
Angelo Mendes de Moraes	TC - 16/06/1933 Cel - 07/09/1938 Gen Bda - 29/12/1942	36 anos 3 meses 12 dias	Não se teve acesso aos assentamentos. Mas compareceu à residência do Gen. Góes, em 1945.	Diretor das Armas, em 1945
Gervásio Duncan de Lima Rodrigues**	TC - xx/06/1933 Cel - xx/xx/xx Brigadeiro do Ar - 1941	Em torno de 31 anos de serviço	Não se teve acesso aos assentamentos. Mas compareceu à residência do Gen. Góes, em 1945.	Chefe da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica, em 1945.
Ivo Borges Leal**	TC - xx/xx/xx Cel - xx/xx/xx Brrigadeiro do Ar, em 1945	x	Não se teve acesso aos assentamentos. Mas compareceu à residência do Gen. Góes, em 06/03/1945.	Comandante da III Zona Aérea, sediada no Rio de Janeiro, em 1945.
Oficiais Gerais da Marinha***				

LEGENDA:

M. G. = Ministro da Guerra.

E. M. E. = Estado-Maior do Exército.

1ª RM e 1ª DI = 1ª Região Militar e 1ª Divisão de Infantaria.

SGMS = Secretária Geral do Ministério da Guerra.

*Maior posto para tempo de paz.

** Com a criação da Aeronáutica, em janeiro de 1941, Gervásio Duncan e Ivo Borges transferiram-se para essa força.

***Não foram encontrados indícios da participação de oficiais da Marinha nas articulações em 1945, entretanto não quer dizer que esses militares não tenham participado desse evento.

Observa-se, através dos assentamentos desses militares, a experiência acumulada ao longo da carreira e os laços de amizade criados e consolidados durante a convivência na caserna. Esse grupo incorporou-se no Exército no alvorecer da recém-proclamada República, leram sobre as malogradas expedições militares a Canudos, cujo saldo foi,

além de milhares de nordestinos mortos, o sepultamento de 5 mil soldados²⁶⁰ em menos de um ano; alguns ficaram sabendo e outros participaram da Revolta da Escola Militar do Brasil na Praia Vermelha, em 1904, que teve como efeito imediato o fechamento da Escola, marcando o fim de uma era na preparação de oficiais; observaram e foram impactados pelas reformas administrativas e estruturais no Exército empreendidas por Hermes R. da Fonseca, Ministro da Guerra (1906-09) e Presidente do Brasil (1910-14); participaram das revoltas tenentistas da década de 1920, ao lado das tropas legalista ou dos revoltosos; participaram das operações que levaram à derrubada de Washington Luís (na condição de legalistas ou revoltosos), reprimiram a revolução constitucionalista de 1932 em São Paulo; lutaram contra o levante comunista de 1935; e, acima de tudo, participaram ativamente do estabelecimento da relação entre o Exército e o Estado brasileiro nópós-Revolução de outubro de 1930.

Portanto, em 1945, esses militares já possuíam uma longa experiência de carreira, de revoltas desastrosas e bem-sucedidas, de reformas na instituição, de participação em movimentos políticos e das regras do jogo político brasileiro. Ou seja, a cúpula militar sabia o que queria, faltava definir como. Desejavam permanecer ativos e influentes nas decisões políticas durante e pós-redemocratização, por essa razão precisavam eliminar qualquer tipo de conflito interno e alinhar-se com as principais lideranças políticas da época. A ação do Exército, em 1945, não se moveu por influxos externos à instituição, tampouco o seu papel foi definido unicamente nas fronteiras da instituição, mas dependeu da formação de uma ampla e complexa rede de relações sociais, que ultrapassava os limites da instituição e cuja força foi testada em 29 de outubro de 1945, com a deposição de Getúlio Vargas. Portanto, entender essa rede de relações sociais torna-se condição importante para compreender o papel do Exército em 1945.

²⁶⁰MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro, 1889 – 1937*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. p. 63.

CAPÍTULO III

Projetos e articulação política em 1945

3.1 Concepções gerais

Missivas enviadas ao General de Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro e outras enviadas por ele, em 1944, 1945 e janeiro de 1946, constituem a base documental deste capítulo. Essas fontes foram direcionadas ao General Góes por integrantes da cúpula militar e por membros de outros setores da sociedade. As correspondências revelam as alianças e as articulações que ocorreram entre os militares e entre eles e os civis. O conteúdo das missivas indica divergências de opiniões dos missivistas sobre qual deveria ser o posicionamento e/ou a ação que caberia ao Exército naquele momento de crise política e de possível redemocratização. As cartas também evidenciam percepções dos militares sobre a instituição que eles integravam e ajudaram a moldar durante os quinze anos do primeiro governo de Getúlio Vargas, de novembro de 1930 a 29 de outubro de 1945.

Sendo assim, temos os seguintes objetivos neste capítulo: verificar as articulações na alta cúpula militar e as articulações entre ela e setores da elite política e econômica do país; identificar o papel atribuído ao Exército por militares e por setores da camada civil; reconhecer os fatores que facilitaram e serviram de obstáculo para a atuação política do Exército; e, por fim, identificar quais eram os projetos defendidos pela cúpula militar e os defendidos pela elite civil na ocasião, sobretudo, no que diz respeito às relações Forças Armadas e política e às relações Forças Armadas e sociedade no Brasil.

Do ponto de vista da organização do capítulo, o capítulo foi dividido em dois blocos principais: no primeiro, foram analisadas as correspondências entre os militares e, no segundo, as correspondências entre eles e os civis. Por último, na conclusão, foram comparadas as abordagens desenvolvidas nos dois blocos, a fim de obter uma compreensão mais ampla dos arranjos e interações que definiram a ação do Exército em 1945.

Os procedimentos metodológicos adotados envolveram: o mapeamento e a seleção das cartas; a identificação, quando possível, dos missivistas e da data dos documentos, visando definir a amostra específica de missivas que foram

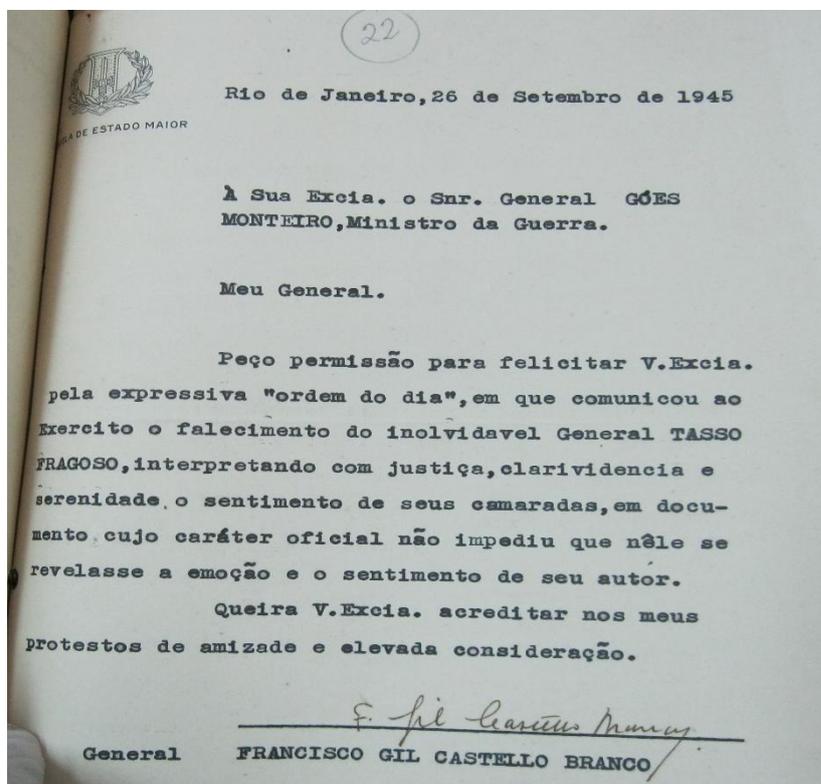
objeto privilegiado de análise. Foi realizada leitura cuidadosa das cartas selecionadas com a finalidade de identificar os projetos de atuação do Exército. E, por fim, nas correspondências entre os militares, procurou-se entender a relação delas com a instituição, com os missivistas e com o destinatário, ou seja, quais são as especificidades que constituem a elaboração dessa documentação no âmbito do Exército brasileiro. Vale ressaltar: os projetos buscavam orientar a atuação das Forças Armadas, entretanto, a análise limitou-se ao Exército, haja vista a posição de liderança da força terrestre frente à Marinha e à Aeronáutica.

Expostas as ideias gerais deste capítulo, segue a análise do primeiro bloco de missivas.

3.2 As correspondências entre os militares.

3.2.1 As especificidades das missivas.

Antes de abordar o conteúdo das cartas, serão destacadas algumas características ou especificidades que constituíram a elaboração dessas fontes no âmbito do Exército brasileiro. A fonte abaixo está sendo usada para facilitar a visualização dessas características.



AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Documento 22.

Essa carta foi enviada pelo General Francisco Gil Castelo Branco ao General Góes Monteiro. O documento ilustra bem as especificidades de algumas fontes usadas neste momento. São correspondências cujos emissores e receptores eram oficiais gerais, que se conheciam há mais de trinta anos, que se envolveram, uns contra e outros a favor, no movimento tenentista na década de 1920, que lutaram contra a revolta paulista de 1932 e que, acima de tudo, podiam influenciar e até decidir os rumos da instituição em 1945.

Vale destacar que essas fontes pertenciam a um universo social marcado pelo reconhecimento da precedência hierárquica e da subordinação. A carta preambular é um exemplo interessante. Nela o signatário pediu permissão ao General Góes para felicitá-lo. Por um lado, tal pedido (comportamento) pode parecer estranho ou passar despercebido pelo leitor, mas, por outro, ele expressa normas sociais (comando²⁶¹, subordinação, disciplina, respeito à hierarquia etc.) que regem a interação social dentro da caserna e que são entendidas como vitais para sua sobrevivência.

Refletindo sobre as especificidades deste tipo de fonte, Ângela Maria de Castro Gomes²⁶² destaca que, nas correspondências, o missivista constrói uma imagem de si mesmo e uma imagem para o seu interlocutor. Imagem que, segundo a historiadora, pode ser múltipla e que está presente nos documentos pessoais e no próprio processo de acumulação, isto é, no arquivo privado. No caso específico deste trabalho, acredita-se que as correspondências são portadoras de três imagens distintas, mas, ao mesmo tempo, complementares: uma imagem de si mesmo, uma imagem construída para o General Góes Monteiro e uma imagem orientada pelos regulamentos institucionais.

A maioria das correspondências obedece às formatações, ou melhor, às estruturas estipuladas pelas normas que regulavam a elaboração das documentações oficiais no âmbito do Exército brasileiro. Sendo assim, a carta que inicia este capítulo ainda é muito útil, pois é possível visualizar nela alguns aspectos estruturais estabelecidos pelo Regulamento Interno e pelos Serviços Gerais de 1940²⁶³.

²⁶¹De acordo com o Estatuto dos Militares, aprovado pela Lei nº 6880, de 9 de dezembro de 1980, comando é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o militar é investido legalmente quando conduz homens ou dirige uma organização militar.

²⁶²GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos Arquivos Privados. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 121 -127,1998b, p. 6.

²⁶³Arquivo Histórico do Exército (AHEX):Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG) de 1940, 1942 e 1943 (Decreto nº 6.031, de 26 de julho de 1940).

O regulamento estabelecia requisitos para a confecção de correspondências oficiais²⁶⁴. Esses requisitos estipulavam duas classes distintas de correspondências, a sigilosa e a ordinária. A sigilosa era aquela que, pela sua natureza, não deveria ser divulgada e, de acordo com a qualidade do assunto e extensão do meio onde poderia circular, seria classificada pela autoridade que a expediu como: confidencial, secreta ou pessoal-secreta.

As correspondências enquadradas nas duas primeiras classificações, confidencial e secreta, poderiam ser lidas, na ausência do destinatário, por quem o estivesse substituindo, mas a correspondência pessoal-secreta só poderia ser lida pela pessoa a quem foi dirigida. Por essa razão, o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG) de 1940 enfatizava que “quando se tratar de correspondência pessoal-secreta, além do posto e cargo, será mencionado o nome da autoridade a que se destina²⁶⁵”. Esse é o caso da correspondência enviada pelo General Francisco Gil Castelo Branco que, pelas normas do RISG, recebe a classificação de pessoal-secreta. Sendo assim, não se podem desprezar os códigos que circunscrevem a elaboração e a circulação dessas fontes no âmbito da Força.

É possível extrair dois aspectos importantíssimos de alguns regulamentos. Eles visavam normatizar as relações sociais na caserna e, em função dessa normatização, permitem inferir as influências do meio social externo na instituição. O Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), de 1938, é um exemplo desse duplo aspecto incorporado pela legislação castrense. Ele foi aprovado pelo Decreto nº 2.429, de 4 de março de 1938, e tinha como objetivo harmonizar a legislação publicada no ano anterior – Decreto nº 1899, de 19 de agosto de 1937, que aprovou o RDE de 1937 – com os dispositivos da Constituição Federal de 10 de novembro do mesmo ano.

Portanto, observa-se que as missivas enviadas ao General Góes possuem uma série de especificidades, a saber: trazem a marca da administração militar, carregam os valores militares, sobretudo a precedência hierárquica e a disciplina, conduzem a

²⁶⁴ Não há no RISG de 1940 uma definição objetiva do que era uma correspondência oficial, na década de 1940, mas há uma série de parâmetros que deveriam ser seguidos nesses documentos. Nos regulamentos pesquisados no AHEx encontramos, na caixa 52, que contém alguns dos Regulamentos do Exército desde o século XIX até a década de 1980, o que nos parece ser o primeiro Regulamento destinado – exclusivamente – a constituir-se um guia para a elaboração, recepção e encaminhamento de papéis no Ministério da Guerra. A saber: O Regulamento de Correspondência do Exército (R8) aprovado pelo decreto nº 57.855-A, de 24 de Fevereiro de 1966. No R8 tem uma definição objetiva de correspondência oficial, isto é: Correspondência oficial é o meio utilizado para manter-se relações de serviço e abrangeria todos os documentos lavrados, expedidos ou recebidos em objeto de serviço.

²⁶⁵ Arquivo Histórico do Exército (AHEx): Inc 8, Art 47 do RISG de 1940.

imagem feita de si mesmo pelos missivistas e a imagem construída para o receptor. Entretanto, essas especificidades não esgotam as riquezas que podem ser observadas nessas fontes. Visto que já se detalharam algumas das especificidades das fontes, a seguir, serão analisadas as correspondências selecionadas.

3.2.2 As missivas

Foram confeccionados dois quadros com as cartas. Tal procedimento permitiu uma visão panorâmica do conjunto das fontes selecionadas nos arquivos pesquisados. Para a escolha das cartas, além dos procedimentos já assinalados acima, procurou-se a proximidade com o recorte cronológico pesquisado, a importância dos missivistas para a instituição e, sobretudo, o conteúdo das fontes. Primeiro, serão abordadas as questões referentes ao quadro 04.

QUADRO 4

TRÊS MISSIVAS DE 1944 (Militares e Militares)			
Remetente	Data	Sinopse	Receptor
Gen. Div. Pedro Aurélio de Góes Monteiro ¹	18 mar. 44	Preocupação com a conjuntura política do Brasil.	Gen. Bda. Ângelo Mendes de Moraes
Gen. Div. Pedro Aurélio de Góes Monteiro ¹	27 ago. 44	Exame da situação do Exército.	
Gen. Div. Pedro Aurélio de Góes Monteiro ²	4 maio 44	Projeções para o pós-guerra; Problemas da Defesa Nacional e das Forças Armadas; e a questão governamental.	Gen. Div. Eurico Gaspar Dutra

¹AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 8, pasta 1 e subpasta 6.

²AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 1, pasta 5, bloco 10 e documento 14.

3.2.3A importância de alguns missivistas

O General de Brigada Ângelo Mendes de Moraes, filho de Antônio Mendes de Moraes, também militar, e sobrinho-neto de Prudente de Moraes, Presidente do Brasil entre 1894 e 1898, fazia parte do grupo de militares promovidos a Oficial General no início da década de 1940. Alcançou o generalato em 29 de dezembro de 1942²⁶⁶

²⁶⁶Arquivo Histórico do Exército (AHEX). Almanaque do Exército para o ano de 1945.

eorbitava em torno dos dois generais mais antigos e mais influentes do Exército no período, a saber: os Generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. A importância desses dois Generais para o Exército e para a relação da instituição com o Estado e com a sociedade, naquele momento da história do Brasil, já mereceu excelentes pesquisas.

Conforme destacou José Murilo de Carvalho, a composição do grupo dominante pode ser observada através da ocupação dos principais postos da instituição. Nesse caso, a importância dos Generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra pode ser observada, pois o primeiro ocupou o Cargo de Ministro da Guerra por duas vezes (1934-35, 1945-46)²⁶⁷ e chefiou o EME de julho de 1937 a dezembro de 1943. O General Eurico Gaspar Dutra, por sua vez, ocupou o cargo de Ministro da Guerra, de 9 de dezembro de 1936 a 8 de agosto de 1945. Edmundo Campos Coelho também ressaltou a importância do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Para o pesquisador, esse General foi “o principal inspirador e articulador do Estado Novo e homem forte do regime”²⁶⁸. O próprio General Góes ressaltou na carta enviada ao General Mendes de Moraes, em 18 de março de 1944, a sua leitura sobre a necessidade de se instaurar o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Para o General: “O golpe de Estado de 1937 era indispensável para salvar o Brasil que estava se acabando, e a ponte levadiça para entrar no castelo em ruínas era o ressurgimento do seu poder militar”²⁶⁹.

Sendo assim, para os dois pesquisadores, a relação que se estabeleceu entre o Exército e o Estado e os demais setores da sociedade, após a instalação do Estado Novo, foi obra intelectual do General Góes Monteiro. Segundo José Murilo, o General Góes formulou com clareza as suas ideias no documento enviado²⁷⁰, em 18 de janeiro de 1934, a Getúlio Vargas, antes de assumir a pasta do Ministério da Guerra. Nesse documento, encontra-se enunciado o que José Murilo chamou de intervencionismo controlador. Na concepção do autor, o projeto do intervencionismo controlador tinha por fim:

Ampla interferência estatal em todos os setores; ênfase na defesa externa e na segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da ideia nacional; industrialismo nacionalista; e a liderança das

²⁶⁷Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Fé de ofício do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

²⁶⁸COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1976.p, 111.

²⁶⁹AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 8, pasta 1 e subpasta 6. Carta enviada pelo General Góes ao General Mendes de Moraes, em 18 de março de 1944.

²⁷⁰Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Documento enviado a Getúlio Vargas. Ver GV c 1934.01.18/2.

Forças Armadas, sobretudo do Exército, na condução das mudanças, a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado.²⁷¹

Nesse documento, o General Góes ressaltou que só seria possível assumir as responsabilidades na Alta Administração da Guerra se houvesse, por parte do governo, garantia suficiente para a satisfação das necessidades, as quais contribuiriam para aliviar a tarefa do Exército, ou seja: a defesa nacional. O General propunha a reorganização do país via defesa nacional. Nas palavras do General Góes: “a atividade orientada pela defesa nacional assegura o máximo rendimento às tentativas de soluções de todos os problemas nacionais...”²⁷² Nesse caso, o Exército, ou suas necessidades, seria o principal instrumento para solucionar a desorganização pela qual passava o país. “[...] um Exército bem organizado é o instrumento mais poderoso de que dispõe o governo para a educação do povo, consolidação do espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes introduzidas pelo imigrantismo”²⁷³.

Sendo assim, o General sugeriu a criação de um órgão orientador e operante da defesa nacional, a saber: o Conselho Superior da Defesa Nacional. A esse órgão caberia definir e esclarecer as responsabilidades maiores dos civis e militares (Ministros, Chefes de repartições, departamentos especializados etc.). As necessidades foram classificadas em duas grandes categorias. A primeira categoria interessava propriamente ao Exército (instrução, comando, aplicação de material e etc.); a segunda categoria, mesmo sendo de ordem econômica, política, social e fora das fronteiras do Exército, poderia afetar o andamento das necessidades da primeira categoria. Por tal motivo, era fundamental controlar e organizar a segunda categoria.

Em síntese, a lógica da argumentação do General Góes apresentava-se da seguinte maneira: sem solucionar os problemas de cunho social, econômico e político, os quais afetavam a nação, a instituição não teria condições de executar a sua tarefa principal, ou seja, a defesa nacional. Na interpretação do General Góes, os “problemas do Exército são numerosos, [...] como consequência e índice da desorganização geral do país”²⁷⁴.

²⁷¹CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política*. In: Carvalho, J. M. *Forças Armadas e Políticoano Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 96.

²⁷²Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Documento enviado a Getúlio Vargas. Ver GV c 1934.01.18/2.

²⁷³Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Documento enviado a Getúlio Vargas. Ver GV c 1934.01.18/2.

²⁷⁴Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Documento enviado a Getúlio Vargas. Ver GV c 1934.01.18/2.

Portanto, como já foi observado por Edmundo Campos Coelho²⁷⁵, o pensamento do General Góes Monteiro fazia do Exército e da Marinha modelos para a organização da sociedade de modo geral.

Os dois Generais, Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, completavam-se. Segundo José Murilo, o General Góes era o estrategista, o elaborador da política militar da época; já o General Dutra era o fiel executor dessa política. Entretanto, a simbiose entre os dois Generais nem sempre foi tão perfeita. Tal fato pode ser observado através das contingências que forçaram o General Góes a deixar a chefia do Estado-Maior do Exército, em dezembro de 1943.

O General Góes assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército em 2 de julho de 1937. Nesse cargo, em 19 de janeiro de 1941 e em documento confidencial do Estado-Maior do Exército, escreveu para o General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra em exercício. Nesse documento²⁷⁶, destacou a importância do trabalho desenvolvido no Estado-Maior do Exército como órgão responsável, perante o governo, pela preparação para a guerra, tanto nos aspectos técnico-profissionais, como nos aspectos econômicos, sociais, morais e espirituais; ressaltou a importância da propaganda como arma moderna e de eficácia indiscutível nas sociedades contemporâneas; e, por fim, relatou o seu descontentamento com o comportamento da imprensa brasileira, sobretudo, o periódico *Correio da Manhã*, e com o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo (DIP).

Quanto à imprensa brasileira, o General afirmou que chegara o momento de exigir que a propaganda, ou seja, os instrumentos de condução da opinião pública pela informação, pela sugestão e pelo comentário, entrassem, definitivamente, “numa diretriz concordante com os interesses da política geral da nação”²⁷⁷. Quanto ao DIP, para o General, havia uma política de não divulgar as ações das instituições da defesa nacional. Declarava o General Góes ao Ministro da Guerra:

Não podemos e não devemos consentir nunca, Sr. Ministro, como responsáveis diretos pela política de guerra do Brasil, a que nossa Pátria seja

²⁷⁵COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1976.p, 116.

²⁷⁶Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Eurico Gaspar Dutra, em 19 de janeiro de 1941. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 1, bloco 8.

²⁷⁷Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Eurico Gaspar Dutra, em 19 de janeiro de 1941. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 1, bloco 8.

transformada num campo de especulação dos interesses internacionais, com alarmantes e letal decomposição da consciência coletiva²⁷⁸.

A linha de pensamento do General Góes, em 1941, não se alterou muito em relação à proposta de 1934. A ingerência nos assuntos, sejam eles quais forem, tinha como fundamento a política de preparação para guerra e a consequente defesa do país. Entretanto, uma diferença é marcante: a ação do general não era pautada na necessidade de construção de um regime, mas na proteção do regime instituído em 1937, o qual começava a ser solapado.

Portanto, o General Góes solicitou o “imediato fechamento do Correio da Manhã”²⁷⁹, como medida de urgência, e outras condutas seguirão a esta. Caso o General Dutra ou o governo desaprovassem a sua solicitação, então, declarava-se impossibilitado de continuar à frente do Estado-Maior do Exército. O General permaneceu no cargo por mais algum tempo, quando os motivos já apontados, somados a problemas de saúde, levaram-no a deixar a Chefia do EME, em dezembro de 1943. Recebeu, em janeiro de 1944, do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, o cargo de Embaixador extraordinário do Brasil junto ao Comitê de Emergência e Defesa Política da América em Montevidéu, criado na conferência dos chanceleres americanos, realizada no Rio de Janeiro em 1942.

Na capital uruguaia, tomava conhecimento da situação política, econômica e social do país. Nesse período que permaneceu fora, janeiro até o segundo semestre de 1944, ensejou a confecção de várias correspondências. Entre essas missivas, encontram-se as enviadas ao General Mendes de Moraes e ao General Eurico Gaspar Dutra.

3.2.4 O conteúdo das missivas

O deslocamento do General Góes para o Uruguai retirava-o do centro das decisões políticas do país. Entretanto, ele tentou amenizar essa distância com a intensa troca de mensagens escritas com militares e civis. De modo geral, suas cartas refletem a sua preocupação com a situação política do país e com a própria situação do Exército.

²⁷⁸ Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Eurico Gaspar Dutra, em 19 de janeiro de 1941. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 1, bloco 8.

²⁷⁹ Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Eurico Gaspar Dutra, em 19 de janeiro de 1941. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 1, bloco 8.

Quanto à situação política, o General Góes tentou demonstrar, em uma perspectiva histórica, que não existia um plano de mobilização que reunisse as forças vivas do país, a fim de suprimir as desarticulações e secessões provenientes de aspectos geofísicos e geopolíticos do Brasil, ou seja, na percepção dele, a geografia política do país fundamentava-se no “sistema oligárquico implantado desde a Monarquia com o patriciado rural”²⁸⁰. Por conseguinte, não era possível identificar no país uma política empenhada na construção de um projeto nacional. Mesmo após a instauração da Primeira República e ao longo dela, entre 1889 a 1930, os esforços fragmentários para romper com o “pseudo período republicano-caudilhesco”²⁸¹ não foram suficientes. De acordo com o General, só após enfrentar as dificuldades do início dos anos 30, passar pela revolução constitucionalista de 1932 e guerrear contra a Intentona Comunista de 1935, foi possível oferecer combate decisivo ao “caudilhismo imperante que reduzia o Exército à função meramente policial”²⁸², em 1937. Dizia o General Góes: “O golpe de Estado de 1937 era indispensável para salvar o Brasil”²⁸³.

Os fatos históricos vividos pelo General Góes revelam as transformações que ocorreram na relação entre o Exército e o Estado, entre 1930 e 1937. Conforme destaca José Murilo de Carvalho, se, em 1930, uma parcela do Exército liderou o movimento que derrubou a velha ordem, em 1937, a instituição tornou-se a parteira da nova ordem. Cabe destacar que o ideal messiânico de salvação nacional aparece como uma das justificativas para a instauração do regime estadonovista.

Em 1944, o regime apresentava fissuras e, para uma testemunha ocular como o General Góes Monteiro, elas eram à primeira vista de difícil solução. Escreveu o General: “A questão governamental é a pedra de toque”²⁸⁴. Ou seja, qual o regime seria mais viável para substituir Estado Novo? O General revela que, em 1943, quando a questão governamental veio à tona, Marcondes Filho, Ministro do Trabalho e da

²⁸⁰Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Ângelo Mendes de Moraes, em 18 de março de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 8, pasta 1 e subpasta 6.

²⁸¹Não está muito claro o que o General Góes entendia por “Pseudo Período republicano-caudilhesco”, mas ele atribui a esse período, cujo crepúsculo data de 1930, a ausência de uma política nacional, que fosse pautada no desenvolvimento do país e não em interesses regionalistas. Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Ângelo Mendes de Moraes, em 18 de março de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 8, pasta 1 e subpasta 6.

²⁸²Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Ângelo Mendes de Moraes, em 18 de março de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 8, pasta 1 e subpasta 6.

²⁸³Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Ângelo Mendes de Moraes, em 18 de março de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 8, pasta 1 e subpasta 6.

²⁸⁴Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Eurico Gaspar Dutra, em 4 de maio de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 1, pasta 5, bloco 10 e documento 14.

Justiça, tentou resolver a situação através da implantação de um “sindicalismo exótico, político e perigoso”²⁸⁵.

O afastamento do General Góes do centro das decisões política do país, em janeiro de 1944, constitui um indicador de que o regime iria tomar uma nova forma. Pois, se é certo que o General Góes foi um dos idealizadores do Estado Novo e as suas ideias ajudavam a sustentar o regime, também é certo considerar que a saída dele da chefia do Estado-Maior do Exército juntamente com o seu deslocamento para o Uruguai demonstram o esgotamento desse modelo político no país.

Outro indicador do enfraquecimento do Estado Novo encontra-se relacionado às divergências de opiniões no primeiro escalão que apoiava Getúlio Vargas. Já com a guerra às portas do país, propôs-se a criação de um órgão de Direção Suprema da Guerra. Esse seria encarregado de estudar os problemas e coordenar os meios de ação, ou seja, a mobilização militar, a política econômica e tudo mais relacionado com o esforço de guerra. Esse órgão seria constituído pelo Presidente, pelos Generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar, pelo Chanceler Oswaldo Aranha e outros nomes relevantes pelos cargos que ocupavam no governo. Haveria reuniões semanais para tratar dos problemas fundamentais e ordenar a execução pelos órgãos competentes. Entretanto, o General Góes Monteiro relata que foi um total fracasso a iniciativa para a criação da Direção Suprema da Guerra, pois, “A – tinha o seu parecer, B – outro, C – impugnava, D – não queria, E – não concordava ... e só o infeliz Brasil era o paciente desses agentes ineptos e presunçosos do mal”²⁸⁶. Ou seja, os conflitos provocados pelas divergências de opiniões passaram a desestabilizar o próprio regime. E, como destacou Thomas Skidmore²⁸⁷, Getúlio Vargas começara a perder o controle da situação.

A renúncia de Oswaldo Aranha, em agosto de 1944, após o fechamento da Sociedade Amigos da América, em 10 de agosto do mesmo ano, foi interpretada como sinal claro de fraqueza do regime. Segundo escrevera o General Góes²⁸⁸, muitos inimigos do governo estavam satisfeitos, pois a saída do Chanceler demonstrou o descrédito e as dificuldades do regime. O Ministro das Relações Exteriores, mesmo

²⁸⁵Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Eurico Gaspar Dutra, em 4 de maio de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 1, pasta 5, bloco 10 e documento 14.

²⁸⁶Documento enviado pelo general Góes Monteiro ao General I Ângelo Mendes de Moraes, em 27 de agosto de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 8, pasta 1 e subpasta 6.

²⁸⁷SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p.72.

²⁸⁸Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Ângelo Mendes de Moraes, em 27 de agosto de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 8, pasta 1 e subpasta 6.

discordando de Vargas em alguns momentos, sempre esteve ao lado do Presidente, desde a Revolução de 1930. A sua renúncia foi um golpe poderoso no governo.

Após ser informado da renúncia de Oswaldo Aranha, o General telegrafou²⁸⁹, em 23 de agosto de 1944, para o Ex-Ministro lamentando a saída dele do governo. Também se lamentou de não ter sido informado pelo ex-Chanceler, antes de ele deixar as suas funções. Sobre esse ponto, na carta enviada ao General Mendes de Moraes, o General Góes comentou que a saída de Aranha do governo era inevitável, haja vista os constantes conflitos entre o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, e o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. Escreveu o General Góes:

A saída do Aranha do Ministério do Exterior era inevitável. V. e eu – seus amigos – sempre procuramos impedir que tomasse vulto a desavença dele com o Dutra, mas desgraçadamente outros elementos trabalharam em contrário. Não tenha dúvidas de que, apesar do Dutra ter estado alheado do incidente que foi causa eficiente do rompimento, foram os antecedentes da desinteligência entre os dois, que pesaram definitivamente. O Aranha sabia que o Dutra propugnava pelo fechamento de todos esses órgãos asilos de comunistas, e o Chagal Rabelo valeu-se do ensejo para pô-lo em xeque.²⁹⁰

Um dos órgãos classificado como asilo de comunistas era a Sociedade dos Amigos da América, cujo Presidente era o General de Divisão Manoel Rabelo. A ação dessa agremiação já foi abordada no primeiro capítulo. Mas, através das palavras do General Góes, observa-se a influência dessa agremiação para a desestabilização do Governo. Portanto, o agravamento da crise política e a saída de Oswaldo Aranha do Governo convenceram o General Góes de que era preciso retornar ao Brasil e se preparar para a mudança do regime. Afirmara o General Góes: “... Volverei às fileiras do Exército donde saí, para terminar meus dias de crepúsculo²⁹¹.”

As cartas do General, em seus aspectos políticos, indicam que mudanças estavam acontecendo e que outras iriam ocorrer. O ambiente era hostil, e o Governo perdia o apoio das suas principais lideranças. O próprio General já admitia a necessidade de mudanças no regime instaurado em 1937. Afirmava o futuro Ministro da Guerra: “Temos horror ao misoneísmo, e não vemos que até os vegetais necessitam para reflorescer da poda para saírem brotos novos e vigorosos, com maior irrigação da seiva, sob pena de ficarem carcomidos os troncos velhos”. Por fim, os Generais Góes, Dutra e

²⁸⁹Telegrama expedido pelo General Góes Monteiro ao Ex-Ministro Oswaldo Aranha, em 23 de agosto de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 1, bloco 8.

²⁹⁰Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Ângelo Mendes de Moraes, em 27 de agosto de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 8, pasta 1 e subpasta 6.

²⁹¹Telegrama expedido pelo General Góes Monteiro ao ex-Ministro Oswaldo Aranha, em 23 de agosto de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 1, bloco 8.

outros não apenas influenciavam na elaboração de políticas circunscritas ao Exército, mas também de políticas voltadas para estabilização ou mudanças de todo o sistema político. Portanto, era preciso ajustar-se à nova realidade que se apresentava. Entretanto, o panorama da instituição não era nada animador.

Quanto ao Exército, como já observado por Edmundo Campos Coelho²⁹², a linguagem do General Góes estava longe dos usuais clichês usados, em momentos de crise, por outros chefes militares. Isto é, ausência total de termos como “coesão inabalável”, “passado glorioso”, “abnegação dos chefes”, “culto à disciplina” etc. Ele foi crítico e realista em relação a sua percepção sobre o Exército e sobre a relação da instituição com o meio civil, em 1944. Relatou o General Góes, na carta enviada ao General Mendes de Moraes, em 27 de agosto de 1944:

Tenho chamado a atenção dele (referência ao General Dutra) para a necessidade de sanear o nosso ambiente toldado pela guerra; repisado na necessidade de mudar a nossa estruturação militar, pois nossa organização é apenas no papel, anacrônica e ilógica, só nominalmente parecida com as das nações civilizadas. Os órgãos de comando e administrativos são atrofiados, não coordenados entre si, o sistema de promoções é desanimador – o mesmo do século passado, apesar das reformas da lei, pois seu significado prático é invariável, isto é, de julgamento das capacidades por estimação arbitrária e às vezes à rebours. O Alto Comando é uma irrisão, a precedência hierárquica fendida, pois havendo oficiais subalternos e superiores ocupando postos na administração pública, classificados acima dos generais, a posição destes se torna em falso, vexatória: é a subversão da hierarquia funcional; e esse nivelamento é o que constitui a maior expressão anímica da bolchevização²⁹³.

Nesse momento a preocupação era com o ambiente interno do Exército. Escreveu o General Góes: “Do Dutra só tenho informações através de pessoas amigas; e eu sempre lhe advertia de que a tempestade se estava armando”²⁹⁴. Era preciso fortalecer a instituição, pois a caserna continuava vulnerável às instabilidades do ambiente externo. As palavras do General Góes não revelam uma instituição coesa e pronta a agir pela voz da hierarquia, mas uma instituição com problemas estruturais nos órgãos de comando e administrativos, com um sistema de promoções desanimador e, por fim, com o Alto Comando maculado devido à quebra da precedência hierárquica em relação aos altos cargos ocupados por oficiais na administração pública.

²⁹²COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit. p, 112.

²⁹³Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Ângelo Mendes de Moraes, em 27 de agosto de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 8, pasta 1 e subpasta 6.

²⁹⁴Documento enviado pelo General Góes Monteiro ao General Ângelo Mendes de Moraes, em 27 de agosto de 1944. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 8, pasta 1 e subpasta 6.

Francisco de Paula e Azevedo Pondé, no seu estudo sobre a Organização Política e Administrativa do Antigo Ministério da Guerra, apresentou os diplomas legais que regeram o Ministério da Guerra na República. Nesses diplomas, há críticas à organização do Exército e há sugestões para tornar a instituição mais eficiente em vários aspectos, entre eles: ensino, recrutamento, divisão territorial, estrutura do Alto Comando e outros. Por exemplo, o Marechal Francisco de Paula Argolo, Ministro da Guerra de 1902 a 1904, criticou, em 1904, a organização dos estabelecimentos de ensino militar: “Uma das causas que mais profundamente afetam o organismo do nosso Exército, enfraquecendo-o, é a defeituosa organização dos estabelecimentos de ensino militar”²⁹⁵. Em síntese, nos governos republicanos sentia-se a necessidade de reorganizar o Exército. E essa, em 1944, era uma necessidade do Exército na interpretação do General Góes Monteiro. Ele sabia o valor do funcionamento adequado dos Altos órgãos do Exército, do estabelecimento de critério mais transparente para as promoções e, sobretudo, do respeito à precedência hierárquica, pois a via da hierarquia militar era a maneira mais segura de a instituição interagir com o meio externo. Esse era o cenário no final do ano de 1944 e início do ano seguinte. Portanto, as articulações na cúpula militar precisavam ser bem coordenadas. Esse aspecto pode ser observado nas diversas reuniões feitas na cúpula militar no ano de 1945. A seguir, serão feitas a exposição e a análise do quadro 5.

QUADRO 5

APRESENTAÇÃO DAS MISSIVAS DE 1945 (Militares amilitares)			
Remetente	Data	Sinopse	Receptor
Gen Div Pedro de Alcantara Cavalcanti de Albuquerque ²	6 mar. 45	Julgou ser desnecessário sua presença da casa do Gen Góes, em 5 mar. 45.	Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro
Gen Bda Renato Paquet ²	12 mar. 45	Situação política e ação do Exército	
Gen Bda José Agostinho dos Santos ²	12 mar. 45	Situação política e ação do Exército	
Gen Bda Gustavo Cordeiro de Farias ²	8 mar. 45	Situação política e ação do Exército	

²⁹⁵ Apud: PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e administração do ministério do exército*. Coordenação de Vicente Tapajós. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. p, 88.

Gen Bda Angelo Mendes de Moraes ²	7 mar. 45	Situação política e ação do Exército	Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro
Brigadeiro do Ar Gervásio Duncan de Lima Rodrigues ²	8 mar. 45	Situação política e ação do Exército	
Brigadeiro do Ar Ivo Borges Leal ³	9 mar. 45	Situação política e ação do Exército	
Gen Bda João Pereira de Oliveira ⁴	25 set. 45	Comenta sobre as reuniões dos generais	
Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro ⁵	29 set. 45	Situação política	Gen Div Mario Ary Pires
Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro ⁶	3 out. 45	Situação política caótica	Gen Bda João Pereira de Oliveira
Gen Bda Amaro Soares Bittencourt ⁷	4 out. 45	Acontecimentos políticos	Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro
Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro ⁸	xx out. 45	Impossível colocar o Exército acima das lutas partidárias	Gen Div Mario Ary Pires
Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro ⁹	8 out. 45	Situação política	Gen Bda Salvador Cesar Obino
Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro ¹⁰	10 out. 45	Situação política	Gen Bda Amaro Soares Bittencourt
Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro ¹¹	13 out. 45	Situação política	Gen Div Pedro de A. Cavalcanti Albuquerque
Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro ¹²	18 out. 45	Partidarismo político na cúpula militar	Gen Bda João Pereira de Oliveira
Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro ¹³	3 nov. 45	Agradecimento pelo apoio nas decisões tomadas	Gen Div Pedro de A. Cavalcanti Albuquerque e Gen Div Christovão de Castro Barcellos

Esse quadro foi organizado com as missivas enviadas e recebidas pelo General Góes Monteiro no ano de 1945. Essas cartas estão guardadas no fundo do General Góes, depositado no Arquivo Nacional, e no Acervo do mesmo militar, depositado no Arquivo Histórico do Exército. As citações abaixo revelam a localização exata dessas fontes nos respectivos arquivos.

⁰¹ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 4, documento 23.

⁰² AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2, documentos 16, 17, 18, 19, 20 e 21.

⁰³ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 7 pasta 6, documento 2.

⁰⁴ Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 424.1.1).

⁰⁵ Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 422.8.1).

⁰⁶ Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 424.6).

⁰⁷ Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme.

⁰⁸ Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 422.8.3).

⁰⁹ Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 427.2.1).

¹⁰ Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 428.4.1).

¹¹ Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 430.4)

¹² Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 422).

¹³ Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (A 430.5).

Cumpra-se de destacar alguns aspectos sobre o quadro acima. Em primeiro lugar, a concentração das cartas nos meses de março e outubro de 1945 e a quase inexistência delas em outros meses; em segundo lugar, o grau hierárquico dos missivistas e os cargos que eles ocupavam na instituição; e por fim, o conteúdo das missivas, com o foco nas propostas de ação do Exército em 1945.

3.2.5 Os meses de março e outubro

No tocante ao primeiro aspecto, observa-se a ausência das cartas em outros meses do ano de 1945. Tal fato pode ter ocorrido devido à destruição, perda e outros fatores, exceto à falta de articulação na cúpula militar. Quanto à alta concentração nos meses já citados, note-se que corresponde a momentos de maior instabilidade política, de busca de coesão na instituição e de definição da ação do Exército.

Já se destacou no primeiro capítulo a ação da oposição, que tem na entrevista de José Américo de Almeida, candidato da frustrada campanha eleitoral de 1937, ao Correio da Manhã, em 22 de fevereiro de 1945, um de seus pontos principais. Dias após a entrevista, publicou-se, em 28 de fevereiro de 1945, o Ato Adicional N.º 9, emendando a Constituição de 1937. O ato previa que, dentro de 90 dias, seria baixado um decreto fixando a data das eleições diretas para Presidente da República, Câmara dos Deputados, Conselho Federal, Governadores e Assembleias Legislativas estaduais. Noventa dias depois, conforme previa o Ato Adicional N.º 9, foi publicado o Decreto Lei N.º 7.586, em 28 de maio de 1945, regulando em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições. Sobre esse dispositivo de lei, Lucília Neves Delgado afirma que:

Pela primeira vez na história republicana, adotou-se como condição obrigatória para o registro de qualquer agremiação partidária seu caráter nacional. Essa medida rompeu, de forma definitiva, com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional, que durante anos consecutivos alimentou o poder das oligarquias estaduais.²⁹⁶

Com esses dispositivos legais, o governo apontava de maneira concreta para abertura política. A campanha presidencial estava oficializada e as articulações dentro e fora da caserna também. No ínterim dos dois dispositivos legais citados acima, ocorreu, na casa do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, em 5 de março de 1945, uma

²⁹⁶DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

reunião entre os principais Generais da Capital Federal. A reunião foi convocada pelo Ministro da Guerra em exercício, General Eurico Gaspar Dutra, mas a sua condução da ficou a cargo do anfitrião, General Góes. A escolha da casa e não do Palácio da Guerra – o que seria mais natural, já que seriam discutidos assuntos estratégicos sobre o Exército e sobre o Brasil – manifesta que a cúpula militar não queria os holofotes direcionados para as suas decisões. Conforme destaca Osvaldo Trigueiro do Vale²⁹⁷: o General Eurico Gaspar Dutra expediu, em 7 de março de 1945, uma nota desmentindo que tivesse havido uma importante reunião do Ministro com oficiais superiores, tratando de assuntos políticos, e especialmente da sucessão presidencial. A discrição era uma ferramenta valiosa naquele momento.

A pauta da reunião era de pleno conhecimento de Getúlio Vargas. Tal fato deixa claro que não havia nenhuma pretensão do Exército de afastar o Presidente das suas funções. Um dia antes da reunião, em 4 de março de 1945, o Presidente reuniu-se com o Ministro da Guerra²⁹⁸. Informou-lhe que não seria candidato e autorizava-o a transmitir aos militares essa informação. No arquivo pessoal do ex-Presidente Getúlio Vargas, depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), há uma minuta (fonte) com os assuntos da pauta da reunião. São eles:

1ª Estabelecer a unidade espiritual entre os Chefes do Exército, Marinha e Aeronáutica, no sentido de evitar que a luta política degenerem em guerra civil ou revolução, e permitir a unidade de ação da F. A., no caso de desordem provocada por qualquer extremismo.

2ª Manter quanto possível o alheamento dos militares nas agitações de caráter político partidário.

3ª No caso de emprego da força armada, ser este exclusivamente sob a responsabilidade dos Chefes Militares; outro qualquer caso, manter uma expectativa vigilante, para evitar surpresas e, sendo possível contribuir para o apaziguamento dos ânimos exaltados e permitir uma frente interna sólida, no ponto de vista psicológico, para acudir as necessidades de nosso esforço de guerra e as eventualidades da paz futura.

4ª Garantir a liberdade e a legitimidade do voto nas próximas eleições para a constituição dos poderes nacionais, por meio de fiscalização imparcial por elementos das próprias forças armadas, a fim de coibir fraudes e violências.

5ª Estabelecer um plano de ação, no sentido de assegurar a realização desses objetivos e para que, uma vez empossados no poder os novos dirigentes do país, as F. A. fiquem somente adstritas as suas funções e missão naturais, isto é, instrumento de política externa da Nação.²⁹⁹

²⁹⁷VALE, Osvaldo Trigueiro. *O general Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 56.

²⁹⁸VALE, Osvaldo Trigueiro. Op. Cit. p. 56.

²⁹⁹Pauta da reunião na casa do General Góes Monteiro, em 5 de março de 1945. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Arquivo pessoal do Ex-Presidente Getúlio Vargas, (GV c 1945.00.00/4)

Mais à frente serão analisados os assuntos da pauta. Eles foram apresentados aos participantes da reunião pelo General Góes Monteiro. Posterior à reunião, alguns participantes endereçaram, entre 6 e 12 de março de 1945, por meio de cartas, as suas opiniões sobre os assuntos abordados na reunião, os quais serão tratados em momento oportuno. Destacou o Subchefe do Estado-Maior do Exército, em 12 de março de 1945, General José Agostinho dos Santos.

Dando cumprimento à promessa feita na reunião que teve lugar em sua residência, a propósito dos assuntos nela ventilados, exponho, em seguida, minha modesta maneira de encará-los.³⁰⁰

Sendo assim, o volume de cartas em março indica a necessidade de coordenação da cúpula militar, a busca de unidade de ação e de coesão interna frente à instabilidade política e, por fim, as respostas aos temas tratados na reunião na casa do General Góes. Há indicações de que outras reuniões ocorreram, ao longo do ano de 1945, na residência de outros generais. Algumas teriam acontecido na casa do General de Brigada Ângelo Mendes de Moraes³⁰¹.

O cenário sociopolítico, em outubro, era bem diferente, em relação a março. Em outubro, podem-se destacar as seguintes modificações no cenário: partidos políticos (UDN, PSD e PTB) já estavam em pleno funcionamento; retorno da atividade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que representava, na interpretação de alguns integrantes da cúpula militar, um perigo para a estabilidade sociopolítica; evolução do movimento queremista de candidatura de Getúlio para assembleia constituinte com ele; posição enigmática de Getúlio sobre as eleições de 2 de dezembro de 1945; inclinação de Getúlio Vargas para a esquerda, na sua política interna; e, por fim, a publicação do Decreto-Lei n.º 8063, em 10 de outubro de 1945, que antecipou as eleições para governadores dos Estados e Assembleias Legislativas do dia 6 de maio de 1946 para o dia 2 de dezembro de 1945.

A repercussão do Decreto-Lei n.º 8063 na oposição foi um dos assuntos tratados na 9ª reunião dos generais, realizada no Edifício da Guerra, em 11 de outubro de 1945. Transcreveu-se na Ata da reunião: “quanto à política interna, um fato novo ocorreu e

³⁰⁰Carta enviada ao general Góes pelo general José Agostinho dos Santos. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n.º 12 pasta 2. Documento 20.

³⁰¹Relato do general Ângelo Mendes de Moraes sobre os eventos de 29 de outubro de 1945. FRANCO, Virgílio. A. de Mello. *Campanha da U.D.N (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946. p, 397.

está causando grande abalo nos círculos oposicionistas, [...], sobre se essa nova lei do governo atinge ou não o Ato Adicional”.

O crescimento da instabilidade política requereu da cúpula militar um maior grau de coordenação, sobretudo, com os militares que serviam fora da Capital Federal. A maioria das cartas do mês de outubro foi direcionada para esses militares. Pelas cartas, os Generais das outras Regiões Militares eram informados da situação política na Capital e dos assuntos abordados nas reuniões dos Generais, as quais passaram a ocorrer no Palácio da Guerra, na Capital Federal, a partir de 10 de agosto de 1945, data da primeira reunião. Era imprescindível, em caso de mobilização militar, manter o controle da instituição via hierarquia militar. Na sétima reunião dos Generais, realizada em 28 de setembro de 1945, o General Góes Monteiro apresentou o panorama político da seguinte forma:

...eleições marcadas para o dia 2 de dezembro; dois oficiais generais das Forças Armadas candidatos à Presidente da República; dois grandes partidos políticos – PSD e UDN – obedecendo à orientação dos candidatos elegíveis e um terceiro, o Trabalhista, batendo-se pela eleição do Presidente Vargas ou mais tarde, talvez, de outro candidato; diversos outros pequenos Partidos, e entre eles o comunista, alguns se batendo pela convocação de uma Assembleia Constituinte.³⁰²

Antes de destacar o segundo aspecto do quadro 5, serão apresentadas algumas observações sobre as reuniões dos generais no Palácio da Guerra. Os encontros dos generais no Palácio da Guerra foram em decorrência da maneira de pensar e de agir do novo Ministro da Guerra. Com a desincompatibilização do General Eurico Gaspar Dutra, para concorrer às eleições presidenciais, o General Góes Monteiro assumiu a pasta do Ministério da Guerra, em 9 de agosto de 1945. No dia seguinte, em 10 de agosto de 1945, ocorreu a primeira reunião dos generais no Palácio da Guerra. Relatou o General na primeira reunião:

Meus Senhores:

Convoquei, hoje, os Chefes do Exército, que se encontram nesta Capital, para a reunião inaugural da série que pretendo realizar, em caráter geral ou restrito, toda vez que o interesse do Exército o exigir, em parte ou em conjunto de nossas necessidades.

A presente reunião resulta do fato de ter eu assumido a gestão da pasta da guerra e de desejar entrar em contato direto com os generais, que é a melhor maneira de nos entendermos.³⁰³

³⁰²Sétima reunião dos generais, realizada no Ministério da Guerra, em 28 de setembro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta 11, pasta 5.

³⁰³Resumo da primeira reunião dos generais, de 10 de agosto de 1945. AHEx. Caixeta 11, pasta 5.

Os intervalos entre as reuniões foram, geralmente, de sete dias. As fontes³⁰⁴ pesquisadas indicam que, de 10 de agosto de 1945 a 28 de outubro do mesmo ano, ocorreram onze encontros entre os generais no edifício do Ministério da Guerra, na Capital Federal. Para cada assembleia foi elaborado um resumo dos temas tratados. Os resumos apresentam diferenças estruturais. Uns apresentam horário de início e término, em alguns faltam páginas, outros não possuem os nomes dos participantes e falta o resumo da oitava reunião. Mesmo com esses problemas, existem 167 páginas datilografadas dos assuntos abordados nessas reuniões. Ou seja, um manancial de informações que revelam como uma parte significativa da cúpula militar de 1945 pensava.

De modo geral, os temas abordados nas reuniões eram três: 1) a reestruturação ou reorganização do Ministério da Guerra e do Exército; 2) a situação interna do país, sobretudo, o cenário político; e, por fim, 3) a situação externa ou internacional. Esse último tema foi tratado de forma superficial, dando-se ênfase às consequências do final da Segunda Guerra Mundial e à chegada ao poder na Argentina do Coronel Juan Domingo Perón. Os outros dois temas constituíram as principais preocupações dos generais.

Sobre o primeiro tema, o General Góes visava introduzir mudanças na estrutura do Exército. Para tanto, solicitou aos outros generais que manifestassem suas opiniões sobre a organização da instituição e sugerissem medidas de correções para os problemas apontados. Escreveu o General Góes: “a tarefa é árdua, mas conto com a colaboração de todos os senhores, para ajudar-me a lançar os alicerces de um novo edifício que devemos levantar”³⁰⁵.

Para o General Góes, em primeira urgência, era preciso organizar o Alto Comando, que praticamente não existia, pois quem exercia as atribuições de Comandante Supremo era o Chefe do Governo. Esse dirigia os três ramos das Forças Armadas por intermédio de seus ministros, os quais, na interpretação do General Góes, não se entendiam ou não entendiam de maneira alguma a missão comum que deveriam desempenhar. Portanto, explicava o Ministro da Guerra, para a cúpula militar do Exército, em 1945: “falta um elemento coordenador, que prepare o plano

³⁰⁴Os resumos fazem parte do acervo pessoal do General Góes Monteiro, depositado no Arquivo Histórico do Exército. AHEx. Caixa 11, pasta 5. Resumo das reuniões dos generais.

³⁰⁵Segunda reunião dos generais realizada no Edifício do Ministério da Guerra, em 16 de agosto de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa 11, pasta 5.

do Comandante Supremo”, e: “A solução será ou a criação de um Ministério da Defesa Nacional ou o estabelecimento de um pequeno Estado-Maior como sucede nos Estados Unidos”³⁰⁶. Em linhas gerais, essa proposta de reorganização do Alto Comando determinaria uma coordenação melhor entre as três Forças, Exército, Marinha e Aeronáutica, pois, por estarem descoordenadas entre si, não exerciam de forma eficiente o que deveria ser a função primeira das Forças Armadas, ou seja, a preparação para a guerra, visando à defesa nacional.

No transcurso das reuniões, o General Góes apresentava os projetos ou trabalhos dos outros generais. Os trabalhos selecionados eram, na sua visão, os mais interessantes para a reestruturação do Exército. Foram selecionados os trabalhos dos seguintes militares: Generais de Divisão Christovão de Castro Barcellos, José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, Newton de Andrade Cavalcante, Heitor Augusto Borges; Generais de Brigada Renato Paquet, Álvaro Fiuza de Castro, José Agostinho dos Santos, João Pereira de Oliveira, Alcio Souto e Tristão de Alencar Araripe.

Alguns projetos afetavam somente a instituição, como o projeto que pretendia alterar a Lei de promoções, elaborado pelo General de Brigada Alcio Souto³⁰⁷. Outros, entretanto, afetavam a relação do Exército com o Estado e com outros setores da sociedade civil, como o projeto apresentado pelo General de Brigada Tristão de Alencar Araripe, o qual procurou ressaltar, na sua interpretação, as “Principais características das Forças Armadas dos Tempos Novos.”³⁰⁸

Vale analisar alguns aspectos do projeto do General. Primeiro, as Forças Armadas em sua finalidade, segurança nacional, apresentava-se como uma instituição eminentemente nacional; segundo, a organização da sociedade em tempo de paz deveria ter como princípio o preparo para a guerra. Dizia o General:

Haverá quem se insurja contra essa conclusão, porém ela é fruto da dura realidade. As grandes nações que não tinham a sua organização civil correspondente às necessidades da própria segurança foram levadas a se adaptar a essas necessidades, em regra, a custo de graves prejuízos.³⁰⁹

³⁰⁶Segunda reunião dos generais realizada no Edifício do Ministério da Guerra, em 16 de agosto de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa 11, pasta 5.

³⁰⁷Projeto apresentado pelo General de Brigada ÁLCIO SOUTO, em 20 de setembro de 1945, na sétima reunião dos generais. AHEx. Caixa 11 pasta 5.

³⁰⁸Projeto apresentado pelo General de Brigada Tristão de Alencar Araripe, em 28 de outubro de 1945, na décima primeira reunião dos generais. AHEx. Caixa 11 pasta 5.

³⁰⁹Projeto apresentado pelo General de Brigada Tristão de Alencar Araripe, em 28 de outubro de 1945, na décima primeira reunião dos generais. AHEx. Caixa 11 pasta 5.

Dessa maneira, ele sugeria que, no lugar da Lei do Serviço Militar, fosse elaborada uma Lei do Serviço Nacional, a qual atenderia a todas as atividades do país, ou seja, as necessidades das indústrias militares e civis, necessidades da agricultura, necessidades dos transportes, necessidades da administração e, por fim, as necessidades das Forças Armadas. Em primeiro lugar, é possível observar que esse raciocínio recebeu forte influência das ações implementadas pelas grandes nações que se envolveram na Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e, sobretudo, na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Em segundo lugar, esse pensamento foi uma reedição, sem muitas alterações, do projeto formulado pelo General Góes Monteiro em 1934, já mostradoneste capítulo da dissertação.

Foi possível observar que a organização do Exército dos Estados Unidos da América serviu como referencial para a elaboração de alguns dos trabalhos apresentados. Do ponto de vista militar, os vencedores da Segunda Guerra Mundial tornaram-se paradigmas de organização para o Exército brasileiro. Entretanto, o sistema político russo incompatibilizava a aproximação com esse país, embora fosse negáveis as vitórias do Exército vermelho no campo de batalha. Sendo assim, os projetos reorganização do Exército brasileiro, apresentados pelos generais nas reuniões, tiveram como base, sobretudo, o Exército dos Estados Unidos da América.

Concomitantemente com os trabalhos de reestruturação e reorganização do Exército, os generais analisavam a conjuntura política do país. Eles concordavam que o cenário era de instabilidade. E uma das causas da instabilidade política encontrava-se no que os generais denominaram de crise de confiança, ou seja, havia, por parte de alguns setores da sociedade, a suspeita de que o Governo, na pessoa do Presidente Getúlio Vargas, frustraria as eleições de 2 de dezembro de 1945. O General Góes deixou claro para os outros generais que, caso houvesse o avanço do movimento queremista ou a convocação de uma assembleia constituinte com Getúlio, não haveria por parte do Ministro da Guerra nenhum tipo de apoio, pois, para ele, as medidas para a transição já haviam sido prescritas. Portanto, cabia ao Governo, unicamente, fornecer os elementos materiais necessários à realização do pleito e garantir a ordem e nada mais. Na interpretação do General Góes, não havia mais margens para mudanças no que já fora estabelecido, sob pena de a ordem ser comprometida, caso houvesse manobras políticas para a permanência de Getúlio Vargas no poder. Em 13 de setembro de 1945, na quinta reunião, declarou o General Góes:

As medidas para a transição já foram prescritas. As eleições já foram convocadas. Elas foram facilitadas pela promulgação de um ato adicional. À justiça eleitoral foi entregue a solução do problema. Compete, então, ao governo, unicamente, fornecer a essa justiça os elementos materiais necessários à realização do pleito, garantindo a ordem e nada mais³¹⁰.

E completava: “como medida governamental, só cabe ao Presidente da República determinar o que for solicitado pelo tribunal eleitoral, para facilitar a execução do pleito”³¹¹. Nessa mesma reunião, o General Góes definiu que ele, como membro do Governo e como gestor da pasta da guerra, tinha o dever de esclarecer e orientar os generais do Exército sobre a situação. E, em 28 de setembro de 1945, na sétima reunião, ficou definido que em questões políticas só quem deveria falar era o Ministro da Guerra, que representava o elo entre o Presidente da República e o Exército. Declarou o General Góes: “cada um poderá ter sua opinião, sua maneira de pensar, mas, só quem deve traçar diretriz é o Ministro da Guerra”³¹². Essas medidas pela via da hierarquia funcional e institucional, já que ele era o General mais antigo, tinham a intenção de evitar o partidarismo e o faciosismo no seio da cúpula militar, mantendo-se a unidade na instituição.

Sendo assim, esses encontros semanais não só serviram para a apresentação de projetos para a reorganização institucional, mas também visavam à manutenção da coesão na cúpula militar do Exército, ao ajuste de um plano de ação para evitar a desordem e a anarquia e, acima de tudo, à sondagem da posição dos outros generais quanto às decisões que o Ministro da Guerra poderia tomar. Este último ponto pode ser observado, quando, em 11 de outubro de 1945, na nona reunião, o General de Brigada Oswaldo Cordeiro de Farias sugeriu, como forma de solução para crise política, a renúncia do Presidente Getúlio Vargas e dos presidentiáveis, Brigadeiro do Ar Eduardo Gomes e General de Divisão Eurico Gaspar Dutra. Essa campanha deveria ser liderada pelo General Góes Monteiro, que não discordou, nem apoiou explicitamente a proposta do General Oswaldo Cordeiro de Farias. Entretanto, os Generais de Brigada Ângelo Mendes de Moraes e Renato Paquet discordaram veementemente da solução

³¹⁰Quinta reunião dos generais realizada no Edifício do Ministério da Guerra, em 13 de setembro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta 11, pasta 5.

³¹¹Quinta reunião dos generais realizada no Edifício do Ministério da Guerra, em 13 de setembro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta 11, pasta 5.

³¹²Sétima reunião dos generais, realizada no Ministério da Guerra, em 28 de setembro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta 11, pasta 5.

apresentada pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias. Declarou o General Mendes de Moraes:

O General Oswaldo Cordeiro de Farias acabou de manifestar seu ponto de vista em prol da renúncia de três personalidades que estão agitando o problema eleitoral no Brasil e declarou que esse modo de pensar era unânime de todos os generais. Eu não sei disso; não sei se realmente o é. Todos os generais querem, desejam o bem-estar do Brasil, bem com a manutenção da ordem. Quanto a essa parte política, eu, de minha parte, não fui consultado³¹³.

E declarou o General Renato Paquet:

Se o pensamento de S. Excia. é este, eu desde de já lanço o meu protesto. Porque estou de pleno acordo que o General Góes seja o único capaz de harmonizar todas as forças que estão em choque; estou de acordo que todos nós desejamos justamente que tudo se resolva sem que haja luta no Brasil. Com isso estou de pleno acordo. Estou, porém, radicalmente em desacordo com a renúncia do Dr. Getúlio Vargas, pois estou convencido de que se o Presidente da República deixar o Governo, o país se transformará num caos e será pior a emenda do que o soneto. Este é o meu ponto de vista. E se tivesse percebido isso desde o primeiro momento, teria protestado³¹⁴.

É bem provável que o General Góes e outros generais soubessem da proposta do General Oswaldo Cordeiro de Farias. O Ministro da Guerra e o General de Divisão Valentim Benício da Silva saíram em defesa do General de Brigada Oswaldo Cordeiro de Farias. Declarou o General Valentim Benício: “O General Cordeiro de Farias não afirmou que seria uma solução para a paz ter o Dr. Getúlio Vargas que deixar o Governo. Foi o próprio Presidente quem se prontificou a fazer isso, se necessário”³¹⁵. Posteriormente, com a retirada de Vargas do poder, em 29 de outubro de 1945, o General Góes colocou o General Cordeiro de Farias como Chefe do seu Estado-Maior.

Se a proposta do General Oswaldo Cordeiro de Faria tivesse o apoio unânime da cúpula militar, tal fato traria uma mudança no papel já estabelecido para o Exército. O Exército, com o apoio da Marinha e da Aeronáutica, no lugar de garantir a realização do pleito eleitoral, estabeleceria uma nova ordem pautada nas Forças Armadas, com a liderança do General Góes Monteiro. Essa proposta não encontrou o apoio unânime no Exército e, possivelmente, não foi apoiada pela Marinha nem pela Aeronáutica e, muito menos, teria o apoio dos setores da sociedade que lutavam pela redemocratização do país. Sendo assim, a ideia de retirar o Presidente do poder e cancelar, mesmo que

³¹³Nona reunião dos generais realizada no Edifício do Ministério da Guerra, em 11 de outubro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta 11, pasta 5.

³¹⁴Nona reunião dos generais realizada no Edifício do Ministério da Guerra, em 11 de outubro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta 11, pasta 5.

³¹⁵Nona reunião dos generais realizada no Edifício do Ministério da Guerra, em 11 de outubro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta 11, pasta 5.

temporariamente, as eleições, já que os principais candidatos abririam mão das suas candidaturas, esbarrou na falta de consenso dentro da instituição e de uma possível falta de apoio dos principais grupos políticos em disputa.

Entretanto, alguns generais defendiam, em caso de desordem, uma intervenção do Exército sem o consentimento dos grupos políticos. Essa era a posição do Chefe do Estado-Maior do Exército, General de Divisão Christóvão de Castro Barcellos. Declarou o General Barcellos:

Se nós já tivemos a desordem, deve falar, aqui, o nosso pensamento uno, o qual deve girar em torno do General Góes. Toda a solução para o caso devia ser sem políticos, mas inteiramente nossa. A situação é gravíssima e os políticos não podem resolvê-la³¹⁶.

A proposta vencedora foi a mais moderada. Ela contemplava os anseios dos setores que lutavam pela redemocratização do país, embora alguns generais, como o General Renato Paquet, não concordassem com ela, ou seja, a retirada de Getúlio do poder e a permanência das eleições já marcadas para 2 de dezembro de 1945. Essa decisão requereu a articulação com os dois principais candidatos, General Eurico Gaspar Dutra e Brigadeiro Eduardo Gomes, com a cúpula militar reunida semanalmente e, por fim, com setores da sociedade, sobretudo, a elite política que lutava pela redemocratização do país.

Feitas essas observações das reuniões dos generais, voltemos ao será abordado o segundo aspecto do quadro 5, ou seja, o grau hierárquico dos militares e os cargos ocupados por eles. Elaborou-se uma tabela com base no Almanaque do Exército³¹⁷ para o ano de 1945. Essa documentação era organizada na Secretaria Geral do Ministério da Guerra. E, além de outras informações, assinala o cargo ocupado pelos generais no início do ano de 1945. A tabela está obedecendo à antiguidade dos oficiais generais, do mais antigo para o mais moderno. Nesta tabela incluímos os nomes dos generais que participaram de pelo menos uma das reuniões que ocorreram no Edifício do Ministério da Guerra, entre 10 de agosto de 1945 a 28 de outubro do mesmo ano.

³¹⁶ Nona reunião dos generais realizada no Edifício do Ministério da Guerra, em 11 de outubro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta 11, pasta 5.

³¹⁷ AHEx. Almanaque do Exército para o ano de 1945.

Integrantes da Cúpula Militar (TABELA 1)

Posto	Nome	Cargo
Gen Div	Pedro Aurélio de Góes Monteiro	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra (assumiu o cargo em 9 de agosto de 1945).
Gen Div	Eurico Gaspar Dutra	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra (passou o cargo em 9 de agosto de 1945)
Gen Div	Francisco José da Silva Junior	Ministro do Superior Tribunal Militar
Gen Div	Christovão de Castro Barcellos	Chefe do Estado-Maior do Exército.
Gen Div	José Pessoa Cavalcante de Albuquerque	Inspetor da Arma de Cavalaria
Gen Div	Pedro de Alcantara C. de Albuquerque	Presidente da Comissão Central de Requisição.
Gen Div	Newton de Andrade Cavalcanti	Comandante do 1º Grupo de Regiões Militares.
Gen Div	João Baptista Mascarenhas de Moraes	Comandante da 1ª Diretoria de Intendência do Exército
Gen Div	Heitor Augusto Borges	Não há no Almanaque o registro do cargo ocupado.
Gen Div	Valentim Benício da Silva	Comandante da 1ª Região Militar
Gen Div	Mario Ary Pires	Comandante da 5ª Região Militar.
Gen Bda	Amaro Soares Bittencourt	Comandante da 7ª Divisão de Infantaria Especial.
Gen Bda	Milton de Freitas Almeida	Diretor de Moto-Mecanização
Gen Bda	Salvador Cesar Obino	Comandante Interino da 3ª Região Militar
Gen Bda	Renato Paquet	Comandante da Infantaria Divisionária da 1ª Região Militar
Gen Bda	Alvaro Fiuza de Castro	Diretor de Material Bélico
Gen Bda	José Agostinho dos Santos	Subchefe do Estado-Maior do Exército.
Gen Bda	Gustavo Cordeiro de Farias	Diretor de Ensino do Exército
Gen Bda	Francisco Gil Castelo Branco	Comandante da 10ª Região Militar
Gen Bda	Dermeval Peixoto	Subchefe do Estado-Maior do Exército
Gen Bda	Oswaldo Cordeiro de Farias	1º Escalão do Depósito de Pessoal da Força Expedicionária Brasileira
Gen Bda	Anor Teixeira do Santos	Diretor da Artilharia de Costa.
Gen Bda	Canrobert Pereira da Costa	Secretário Geral do Ministério da Guerra
Gen Bda	João Pereira de Oliveira	Comandante da Infantaria Divisionária da 2ª Região Militar
Gen Bda	Francisco de Paula Cidade	Conselho Supremo Junta Militar
Gen Bda	Angelo Mendes de Moraes	Diretor das Armas
Gen Bda	Alcio Souto	Comandante da Artilharia Divisionária da 1ª Região Militar
Gen Bda	Odylio Denys	Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal.
Gen Bda	Newton Estillac Leal	Comandante da Artilharia Divisionária da 3ª Região Militar
Gen Bda	Francisco Borges Fortes de Oliveira	Comandante 3ª Divisão de Cavalaria
Gen Bda	Franklin Emilio Rodrigues	Comandante da Escola Técnica do Exército
Gen Bda	Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott	Comandante da Infantaria Divisionária 3ª Região Militar
Brigadeiro ¹	Ivo Borges Leal	Comandante da 3ª Zona Aérea
Brigadeiro ¹	Gervásio Duncan de Lima Rodrigues	Chefe da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica

¹Os militares da Aeronáutica foram colocados na tabela fora da antiguidade deles em relação aos militares do Exército. E a função deles foi pesquisada no Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro pós-1930. Coordenação Alzira Alves de Abreu. Ed. Rev. E atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

Pela quantidade de oficiais generais é possível observar que a cúpula militar estava mobilizada. No Almanaque do Exército para o ano de 1945, há o registro de vinte e dois Generais de Divisão, na tabela montada acima, no mínimo onze Generais de Divisão participaram direta ou indiretamente das decisões para a definição da ação do Exército. Desses onze Generais de Divisão os quatro primeiros nomes da tabela eram os generais mais antigos no ano de 1945. Esse fato não quer dizer que havia unidade de ação, mas que se buscava manter a unidade dentro da instituição. Quanto aos Generais de Brigada, dos trinta e um nomes da ativa registrados no Almanaque, vinte e um deles participaram das decisões em 1945. É claro que esses dados são quantitativos, mas eles servem para mostrar o grau de mobilização na instituição.

O dado qualitativo, ou seja, maior grau de poder para influenciar as decisões, pode ser observado através dos cargos ocupados pelos generais. Os generais – que ocupavam os Cargos de Ministro da Guerra, Chefe do Estado-Maior com as respectivas Subchefias (1ª e 2ª), Secretário Geral do Ministro da Guerra, Comandantes de Regiões Militares, sobretudo, a 1ª Região Militar, a 3ª Região Militar, as quais concentravam o maior efetivo do Exército, e a 2ª Região Militar, a qual era responsável por São Paulo – possuíam mais poder para influenciar as decisões da cúpula militar.

Entretanto, mesmo os generais em posições menos estratégicas na instituição participaram das articulações para definição da ação do Exército em 1945. Era preciso ter um projeto único ou um projeto que tivesse o apoio da maioria dos generais. Sendo assim, serão verificadas, a seguir, quais eram as propostas dos outros generais enviadas ao General Góes Monteiro através das Missivas.

3.2.6 Os projetos

Alguns pontos eram consensuais para a cúpula militar. Havia certa unanimidade na leitura de que o cenário político era caótico, que o Exército deveria manter-se afastado das competições políticas, embora na prática esse afastamento não fosse real, e que cabia as Forças Armadas, sobretudo, ao Exército, a manutenção da ordem e da paz em todo o território nacional. Esses atores consideravam-se os responsáveis pela união nacional. Pregavam a união entre as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)

e que qualquer ação ou projeto para elas deveria ter à frente os respectivos chefes. Sendo assim, foi possível observar que as articulações na alta cúpula militar, materializadas nas trocas de missivas e nas várias reuniões ocorridas ao longo do ano 1945, visavam à consolidação de um projeto comum ou um projeto que tivesse o apoio da maioria do generalato.

É possível identificar pelo menos três linhas de ação ou três projetos de ação para o Exército. No primeiro projeto, o Exército deveria manter-se em atitude de observação e de expectativa em relação ao desenvolvimento da campanha eleitoral. Nele, o Exército apoiaria o poder civil na condução do processo de redemocratização. E asseguraria, desde que faltasse ao poder civil os meios de força necessários, a mais ampla liberdade de propaganda. O principal formulador desse projeto foi o General Ângelo Mendes de Moraes. Ele defendia que militares ligados ou não à política fossem votados e pudessem votar livremente, “sem coação ou orientação hierárquica, neste ou naquele candidato”³¹⁸.

O segundo projeto propunha uma intervenção mais direta do Exército na condução do processo de redemocratização. Nele o governo do país deveria ser entregue às Forças Armadas. Tal medida teria a finalidade de salvar a nação e colocá-la no rumo da civilização. Dois generais destacaram-se no que diz respeito a esse ponto de vista: General Gustavo Cordeiro de Farias³¹⁹ e General Oswaldo Cordeiro de Farias. Este último propôs a renúncia do Presidente Vargas e dos dois candidatos à presidência, o Brigadeiro Eduardo Gomes e o General Eurico Gaspar Dutra. Indiretamente, mais dois generais apoiavam o projeto, que deveria ter o General Góes à frente da cúpula militar para condução do processo de redemocratização, são eles: General de Divisão Valentim Benício da Silva e o General de Divisão Christovão de Castro Barcellos. Declarou o General Barcellos:

Asseguro a V. Excia., Senhor Ministro, nossa cooperação no sentido de manter a ordem, que é o elemento número um no momento. Não queremos, repito, mais do que aquilo que o próprio governo estabeleceu. Tenho lido, com prazer, os discursos e as opiniões emitidas pelo nosso camarada, as quais, também, não se desviam dessa tecla.

³¹⁸Carta do general Angelo Mendes de Moraes ao General Goés Monteiro, em 7 março de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro. caixa 12, pasta 2.

³¹⁹ Cartas do General Gustavo Cordeiro de Farias ao general Góes Monteiro em 8 de março de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro. caixa 12, pasta 2.

E, meu caro General Góes, nos conduza dentro desses objetivos, que assim o nosso ministro terá feito a felicidade do país e conseguido a garantia da segurança nacional³²⁰.

E finalizou: “Deculpe-me ter dito estas palavras; mas achava uma necessidade transmitir esse sentimento dos meus próprios camaradas”. Ou seja, o General Barcellos transmitiu ao General Góes o apoio dele e de outros generais ao projeto de o Exército assumir a frente do processo de redemocratização. Entretanto, o General Góes tinha um projeto que ele acreditava ser o mais seguro de para ser levado a efeito.

O projeto que o General Góes defendia era o da condução do processo de redemocratização pelo próprio aparelho do governo. Declarou o General Góes aos generais na quinta reunião realizada em 13 de setembro de 1945:

A passagem de um Governo de fato para um de direito não poderá ser feita da noite para o dia, nem de acordo com os indivíduos ou com o que pensam as facções.

Não havendo um órgão diretor que prescreva as medidas, estabeleça as leis e determine a obediência às mesmas, naturalmente surgirá um estado de anarquia.

Ora esse órgão só pode ser o Governo³²¹.

As articulações visando ao controle da transição para um novo regime desenvolveram-se ao longo do ano de 1945. Via governo, buscaram-se alternativas de conciliação com a oposição. Declarou o General Góes aos outros generais:

Posso dizer aos senhores, já, como esclarecimento, que houve um momento nessa crise, em que o presidente da República (peço também segredo sobre isso) me deu poderes plenos e absolutos para tratar com a oposição e achar uma solução para a crise política³²².

Não encontramos documentos que revelem que Getúlio Vargas tenha conferido esse poder mencionado ao General Góes, mas, as cartas, que serão tratadas em breve, revelam que houve uma intensa articulação entre o General Góes e indivíduos da oposição na tentativa de controlar a transição. Alguns generais, como o General Góes, transitavam em vários ambientes sociais, além da caserna. Tal fato não só poderia trazer para dentro da caserna os conflitos do meio social externo, mas também podia conferir a esses militares uma visão privilegiada dos grupos em disputa. O General Góes Monteiro

³²⁰Nona reunião dos General realizada no Ministério da Guerra, em 11 de outubro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro. caixeta 11, pasta 5.

³²¹ Quinta reunião dos generais realizada no Ministério da Guerra, em 13 de setembro de 1945. AHEx. Acervo do general Góes Monteiro. caixeta 11, past 05.

³²²Nona reunião dos generais realizada no Ministério da Guerra, em 11 de outubro de 1945. AHEx. Acervo do general Góes Monteiro. caixeta 11, pasta 05.

destacou as vantagens de circular em vários grupos sociais, quando escreveu para o General de Divisão Mario Ary Pires. Disse o General Góes:

A facilidade com que me movimento, quer no meio militar, quer no meio civil, quer nas hostes oficiais, quer nas leigas, dá-me possibilidade de sentir a evolução dos acontecimentos com justeza e mesmo, muitas vezes, prefixar seu desfecho. Por essas e outras razões é que tenho dito aos generais para deixarem o Ministro agir. Por direito, pelo maior descortino político adquirido, por força de circunstâncias que muitas vezes preferiria evitar e pelo maior conhecimento do meio, sou o mais bem credenciado para falar em nome do Exército...³²³

Esse era o projeto do General Góes, ou seja, orientar a transição política de dentro do próprio aparelho do Estado. Dessa maneira, teria o controle sobre os generais, pois sobre questões políticas só o Ministro da Guerra teria legitimidade para se pronunciar. Entretanto, havia outras forças em jogo, e esse projeto não dependia só dele ou do Exército. Por isso, quando Getúlio Vargas tomou decisões, como o Decreto-Lei n.º 8063 (10/10/45), que antecipou as eleições para governadores dos Estados e Assembleias Legislativas do dia 6 de maio de 1946 para o dia 2 de dezembro de 1945, sem consultá-lo, evidenciou-se que outras forças ganhavam terreno no próprio aparelho do governo, através de Getúlio Vargas. Todas as articulações dentro e fora da instituição poderiam não chegar ao resultado desejado, se Vargas se apoiasse em outras bases para se manter no poder. Portanto, cabe agora verificar as articulações entre o General Góes e elementos da elite civil.

3.3 Articulação entre o General Góes e os civis.

Nessa parte, confeccionou-se um quadro apenas com as cartas. Dessa forma, tem-se uma visão panorâmica do conjunto das fontes selecionadas nos arquivos pesquisados. O recorte cronológico para a seleção das cartas foi o ano de 1945, pois a análise restringir-se-á a esse ano. E, por fim, observa-se, sobretudo, o conteúdo das fontes. Esse conjunto documental permite inúmeras possibilidades de análises. Será analisada a leitura feita pelos missivistas do papel do Exército em 1945 e as articulações entre o General Góes e alguns missivistas.

³²³Carta do General Góes ao General Mario Ary Pires, em outubro de 1945. Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 422.8.3).

QUADRO 6

APRESENTAÇÃO DAS MISSIVAS (Gen Góes e os Civis)			
Remetente	Data	Sinopse	Receptor
João Mendonça Lima ¹ (Ministro da Aviação e Obras Públicas) ¹	2 fev. 45	<ul style="list-style-type: none"> • Comenta a entrevista do Gen Góes aos Jornais • Necessidade do retorno das atividades diplomáticas com a Rússia. 	Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro
Walfrido Ferreira de Sousa ²	6 fev. 45	<ul style="list-style-type: none"> • Felicita o Gen Góes pela entrevista concedida ao jornal “Folha Carioca”, em 1º de fevereiro de 1945. 	
Heráclito Fontoura Sobral Pinto ² (Advogado)	22 fev. 45	<ul style="list-style-type: none"> • Comenta a entrevista do Gen Góes ao jornal “Folha Carioca”, em 1º de fevereiro de 1945, cujo tema foi “O Momento Mundial e a atual política brasileira” • Destaca o que ele pensava sobre o mesmo tema • Analisa a origem da mentalidade de Getúlio Vargas e do General Góes Monteiro. 	
Neiva Moreira ³	2 mar. 45	<ul style="list-style-type: none"> • Entrega para o General Góes as entrevistas concedidas ao “Diários Associados”. 	
Antenor Novaes ²	7 mar. 45	<ul style="list-style-type: none"> • Descreve a situação econômica do país. • Sugere medidas na área econômica (respeito ao capital externo, amparo à iniciativa etc.) 	
Heráclito Fontoura Sobral Pinto ⁶	10 maio 45	<ul style="list-style-type: none"> • Recebe com surpresa e espanto a resposta do Gen Góes à carta enviada ao militar em 22 fev. 45 • Aconselha o Gen Góes a desligar-se da política de força e violência que o militar vem apoiando • Aconselha o Gen Góes e Getúlio Vargas a deixarem o orgulho de se acharem os mais esclarecidos, patriotas e desinteressados do que os demais concidadãos. 	
Roman Poznanski ² (Redação do semanário “Tempo”)	23 maio 45	<ul style="list-style-type: none"> • Remete a cópia das observações ao Anteprojeto da Lei eleitoral enviada a Barbosa Lima Sobrinho, Secretário Geral do PSD • Estava responsável pela seção internacional do semanário O “Tempo”. Sendo assim, podia influenciar na formação da opinião dos leitores. 	
Fábio Sodré ⁴ (psiquiatra, psicólogo e político)	5 jun. 45	<ul style="list-style-type: none"> • Resposta da UDN, através do Ex-presidente Arthur Bernardes, sobre a proposta de solução pacífica do problema político brasileiro • Proposta do Gen Góes à UDN: transferência por ato constitucional dos poderes executivos e legislativos do Presidente para o Gabinete ministerial de concentração, que havia de constituir e ser mantido por indicação partidária, e inteira liberdade dos partidos representados no governo quanto à questão das candidaturas presidenciais • Motivos da recusa da UDN à proposta: <ol style="list-style-type: none"> a) cilada para desmoralizar a oposição; e b) outro golpe de estado para restabelecer a 	

		ditadura.	
Fábio Sodré ⁴	25 jun. 45	<ul style="list-style-type: none"> Proposta de Fábio Sodré ao General Góes: adoção de um Governo de Gabinete com representantes dos partidos e com Getúlio Vargas somente nas funções de Chefe de Estado até que ocorram as eleições. 	
Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro ⁷	xx jul. 45	<ul style="list-style-type: none"> Informa a Fábio Sodré que a proposta de recomposição do governo em forma de coalisão ou simplesmente pela renovação dos quadros da alta administração passou e perdeu-se não pode ser colocada em prática em julho. A proposta foi batizada de “Fórmula Góes Monteiro” Não entendeu a recusa da UDN a proposta 	Fábio Sodré
Florian ³	31 ago. 45	<ul style="list-style-type: none"> Expõe o cenário político 	
José Soares ⁴ (Presidente do Sindicato das indústrias de fiação e tecelagem)	22 set. 45	<ul style="list-style-type: none"> Expõe o avanço da indústria têxtil e ressalta o peso dessa atividade para a economia do país Solicita garantias de ordem interna para que a indústria têxtil possa avançar nas suas exportações 	Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro
Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro ⁸	23 out. 45	<ul style="list-style-type: none"> Responde a carta de Sobral Pinto enviada em 20 de outubro de 1945 Discorda das características autoritárias e o “culto da força” atribuído a sua pessoa por Sobral Pinto 	Heráclito Fontoura Sobral Pinto
Heráclito Fontoura Sobral Pinto ⁹	24 out. 45	<ul style="list-style-type: none"> Responde a carta do Gen Góes enviada em 23 de outubro de 1945 Concorda com o Gen Góes que há uma crise de confiança no cenário político Sugere ao Gen Góes que coloque as Forças Armadas à serviço do bem comum da Nação brasileira, retirando Getúlio Vargas do poder 	Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro
Heráclito Fontoura Sobral Pinto ¹⁰	27 out. 45	<ul style="list-style-type: none"> Congratula o Gen Góes pela palavra de ordem dirigida ao Exército, na qual assinala que a situação eleitoral só poderá ser modificada mediante acordos públicos de vários partidos políticos Alerta sobre as atividades do Partido Trabalhista do Brasil e do Partido Comunista do Brasil Alerta sobre os acordos, tácitos ou explícitos, entre o castilhismo de Getúlio e o marxismo de Luiz Carlos Prestes 	Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro
João de Lourenço ⁵	3 dez. 45	<ul style="list-style-type: none"> Responsabilidades do Presidente eleito em 2 de dezembro de 1945 	Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro
Joel Sperle ⁵	15 dez. 45	<ul style="list-style-type: none"> Felicitações pela conduta do dia 29 de outubro de 1945 com a retirada de Vargas do poder 	
Arlindo Sobral ⁵ (mecânico)	18 dez. 45	<ul style="list-style-type: none"> Critica a retirada de Vargas do poder pelas Forças Armadas 	

Essas fontes encontram-se no fundo do General Góes, depositado no Arquivo Nacional, e no Acervo do mesmo militar, depositado no Arquivo histórico do Exército. As citações abaixo revelam a localização exata dessas documentações.

¹ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 8 pasta 3, documento 1.

² AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 12 pasta 4, documentos 20, 22, 24 e 32.

³ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 12 pasta 6, documentos 14 e 21.

⁴ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 12 pasta 2, documentos 24, 25 e 26.

⁵AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 12 pasta 5, documentos 03, 04, 05 e 06.

⁶AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 1, pasta 5, bloco 10 e documento 17.

⁷Arquivo Nacional (AN). Fundo do general Góes Monteiro, Microfilme (SA 417.1).

⁸Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 432.2.1).

⁹Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 432.3.1)

¹⁰Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 432.4.1)

Será feita a análise do quadro. Entre os missivistas há políticos, advogados, elementos da alta administração pública, jornalistas, grandes empresários, intelectuais, um mecânico e outros cujas ocupações não foram identificadas. Isso indica a diversidade de missivistas e revela também uma variedade de interesses no conteúdo das cartas, nota-se o clima de insegurança e expectativa que passava por várias camadas da sociedade e o alcance das ações do General Góes e da instituição que ele representava. Identifica-se uma relativa distribuição das cartas ao longo do ano de 1945. Tal fato assinala uma constância na projeção do General Góes, o qual acabou se transformando em um elemento catalisador de demandas da área econômica, social e, sobretudo, política.

Ressalta-se também, no quadro, a interação do General Góes com alguns representantes de órgãos da imprensa escrita. O General Góes expressou-se, escrevendo para o então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, em 19 de janeiro de 1941, sobre a importância dos veículos formadores de opinião. Dizia o General Góes:

[...] a propaganda é uma arma moderna, de eficiência indiscutível, cuja capacidade de ação dispõe de meios mecânicos e de uma técnica de processos, por assim dizer, ímpares da sociedade moderna. Numerosos fatos recentíssimos, revelados pela abundante literatura de exame de consciência dos povos já vencidos puseram a nu os efeitos deletérios da propaganda, exercida com objetivos políticos pelo denominador “quarto poder”, cujo potencial eu já havia assinalado ao chamá-lo “sexta arma”.³²⁴

Ou seja, o General Góes sabia da necessidade de controlar as informações agora liberadas sem a ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Pode-se observar, no quadro, a interação com os seguintes representantes de alguns veículos da imprensa escrita: Sr. Neiva Moreira, representante do “Diário Associados, e Roman Poznanski, redação do semanário “Tempo”.

É escusado dizer que a existência da carta não significa que havia uma interação entre o General e o missivista. Entretanto, com alguns missivistas, houve uma

³²⁴Documento do Estado-Maior do Exército enviado ao Ministro da Guerra, em 19 de janeiro de 1941. AHEx. Acervo Pessoal do general Góes Monteiro. Caixeta 01, bloco 08.

interação constante; entre eles, pode-se citar: Fábio Sodré e Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Primeiro, será abordada a interação entre aquele e o General Góes. Não foi possível fazer uma identificação mais aprofundada do remetente, além das informações presentes na missiva. Mas ele serviu como uma espécie de ponte entre o General Góes e os representantes da União Democrática Nacional (UDN).

Ele foi o portador do que o General denominou de “Fórmula Góes Monteiro”³²⁵. Conforme exposto no quadro, a fórmula Góes Monteiro era uma proposta de conciliação entre a oposição e o Governo para a solução da crise política. Ela previa a transferência por ato constitucional dos Poderes Executivo e Legislativo do Presidente para um Gabinete Ministerial de concentração, que deveria se constituir e ser mantido por indicação partidária, e inteira liberdade para os partidos representados no governo quanto à questão das candidaturas presidenciais. Mas a oposição interpretou essa proposta como uma manobra do Governo, a fim de desacreditar a oposição perante a opinião pública. Tendo em vista a recusa da oposição à proposta do General Góes, Fábio Sodré propôs ao ele a adoção de outra medida: a instalação de um Governo de Gabinete com os representantes dos partidos e com Getúlio Vargas somente nas funções de Chefe de Estado até que ocorressem as eleições. Nesse caso, não haveria uma consulta para o funcionamento do Governo de Gabinete, mas a oposição seria apenas convidada para participar. Essa proposta, conforme expôs o General Góes, não seria mais viável em julho de 1945.

Essa interação entre o General Góes e Fábio Sodré revela a profundidade da ação do militar em assuntos políticos. O General não estava sendo atraído para agir, ele fazia parte do próprio sistema político com a prerrogativa de interagir e de decidir dentro do Exército. O segundo missivista que desenvolveu uma relação interessante com o General Góes foi Sobral Pinto. Foi possível fazer uma identificação para além do conteúdo da sua carta.

3.3.1 Heráclito Fontoura Sobral Pinto e o General Góes Monteiro.

Provavelmente, um dos elementos civis que mais interagiu com o General Góes Monteiro no ano de 1945 foi Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Antes de abordar os pontos mais interessantes dessa interação, serão apresentados alguns dados sobre Sobral

³²⁵Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 417.1).

Pinto. Para tanto, serão usadas as informações do dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930³²⁶.

Sobral Pinto nasceu em 5 de novembro de 1893, em Barbacena (MG). Em 1913, veio para o Rio de Janeiro, então Capital Federal, onde ingressou na faculdade de direito e bacharelou-se em 1918. Em 1925, na função de procurador criminal interino, foi contrário à concessão de *habeas-corpus* aos oficiais detidos por envolvimento no levante tenentista de 5 de julho de 1922. Entre agosto e setembro de 1928, exerceu o cargo de Procurador-Geral do Distrito Federal.

Esses poucos dados sobre o missivista ajudam a compreender as críticas à base jurídica na qual se apoiava o Estado Novo. Em uma de suas cartas, Sobral Pinto destacou que a Constituição e as leis são feitas por Getúlio Vargas e “o Chefe de Estado as modifica e altera da noite para o dia, como quer e entende, isento de quaisquer obstáculos”³²⁷. Outra característica presente nas suas missivas é a influência da doutrina da Igreja Católica. Ainda em 1928, passou a fazer parte do Centro Dom Vital, associação civil para estudo, discussão e apostolado da Igreja. O General Góes, na missiva enviada em 23 de outubro de 1945, reconheceu a influência dos parâmetros religiosos da Igreja Católica na escrita de Sobral Pinto e comentou:

Creio que nada nos separa na maneira de pensar nos destinos do Brasil, nem mesmo, e muito menos ainda, a sua orientação filosófica e religiosa, que é a minha, embora esta, em mim, menos ardorosa, menos desassombrada e robusta, mas não menos sincera, porque profundamente enraizada em minha alma³²⁸.

Há um dado muito interessante da trajetória de Sobral Pinto que vale explorar. De acordo com o dicionário histórico-biográfico, em 1936, Sobral Pinto foi selecionado pela seção carioca da Ordem dos Advogados do Brasil para defender Luiz Carlos Prestes e Harry Berger, dois dos principais líderes do levante comunista de 1935. Posteriormente, até a decretação da anistia, em abril de 1945, lutou para obter melhores condições de prisão para Prestes e Berger. Entretanto, após a anistia, quando o “Cavaleiro da Esperança” ensaiou uma aliança com Vargas, Sobral Pinto alertou

³²⁶COUTINHO, Amélia. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930/ Coordenação: Alzira Alves de Abreu. Ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

³²⁷ Carta de Sobral Pinto ao General Góes Monteiro, em 22 de fevereiro de 1945. AHEx. Acervo do general Góes Monteiro. caixa 12, pasta 4.

³²⁸ Carta do General Góes a Sobral Pinto. Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 432.2.1).

oGeneral Góes sobre os perigos que a civilização cristã do Brasil estava correndo com essa aliança. Escreveu Sobral Pinto, em 27 de outubro de 1945:

Por certo, V. Exa. que conhece a força e a influência do Poder sobre o desenvolvimento da atividade individual do brasileiro e dos movimentos coletivos tanto culturais, quanto políticos, profissionais, e sociais da nossa gente, apreenderá, com a sagacidade do seu espírito e a acuidade do seu olhar, o perigo que a civilização do Brasil está correndo por força dos acordos, tácitos ou explícitos, - quem o poderá saber com exatidão? -, entre o castilhismo do Exmo. Sr. Getúlio Vargas e o marxismo do Sr. Capitão Luiz Carlos Prestes.³²⁹

É possível que Sobral Pinto realmente estivesse preocupado com essa aproximação entre Prestes e Getúlio Vargas, mas também é possível que ele estivesse explorando toda a preocupação que a cúpula militar desenvolveu sobre a possibilidade do avanço da doutrina comunista no Brasil. Feitas essas observações sobre Sobral Pinto, serão apresentados os dados que julgados mais interessantes da interação entre ele e o General Góes Monteiro em 1945.

3.3.2 A mentalidade do General Góes Monteiro por Sobral Pinto

Conforme o quadro acima, a primeira epístola de Sobral Pinto para o General Góes data de 22 de fevereiro de 1945. Em tese, a missiva seria apenas uma resposta à entrevista concedida pelo General, em 1º de fevereiro de 1945, ao jornal Folha Carioca. Só uma observação: os periódicos em 1945 foram o principal espaço público de disseminação de boatos, intrigas, revelações e de interação entre indivíduos de destaque da sociedade brasileira. Na entrevista em questão, o General propôs-se a fazer uma análise do momento mundial e da situação política brasileira. As suas palavras despertaram os elogios de João Mendonça Lima e Walfrido Ferreira de Sousa, mas também atraíram as críticas de Sobral Pinto. Parece que as críticas sensibilizaram mais.

As críticas de Sobral Pinto não foram evasivas, mas basearam-se em uma construção sociológica e histórica a fim de compreender a maneira de pensar e agir tanto de Getúlio Vargas como do General Góes Monteiro. A epístola tem 71 páginas

³²⁹Carta de Sobral Pinto ao General Góes Monteiro. Arquivo Nacional (AN). Fundo do General Góes Monteiro, Microfilme (SA 432.4.1).

eparece um trabalho acadêmico, com notas, indicação de autores etc. Até a página 34, o autor preocupou-se em desvendar, no seu entender, o verdadeiro pensar de Getúlio Vargas. Da página 35 em diante, o autor escreveu sobre a maneira de pensar do General Góes e relacionou a mentalidade deste com a de Getúlio Vargas.

Na interpretação de Sobral Pinto, para entender a maneira de agir e pensar de uma pessoa é preciso conhecer o ambiente e as circunstâncias no seio das quais ela nasceu e se desenvolveu. Portanto, destaca Sobral Pinto, para conhecer Getúlio Vargas, seria preciso analisar três áreas:

1º - o meio político em que S. Ex. formou o seu caráter, isto é, o Rio Grande do Sul castilhista; 2º - a escola governamental que cursou, desde a sua mocidade até a idade madura, isto é, borgismo positivista. 3º a ideologia governamental dos nossos tempos, isto é, a tendência socialista dos governos modernos³³⁰.

Para ele, a experiência de forma de governo e de administração da coisa pública que Getúlio tinha na bagagem provinham do Rio Grande do Sul. Sendo assim, Getúlio Vargas tinha como meta, quando chegou ao poder em 1930, “aplicar à Federação Brasileira o regime castilhista do Rio Grande do Sul”³³¹. Ainda segundo ele, essa política rio-grandense possuía as seguintes características:

1º - perpetuidade efetiva no poder; 2º - ausência de uma assembleia legislativa; e 3º - concentração nas mãos do homem que ocupa o poder de todas as faculdades de governo, inclusive as legislativas.³³²

Sobral Pinto declarou ao General Góes, na sua epístola, que o “pensar” de Getúlio Vargas consistia em governar o Brasil dentro do sistema castilhista, isto é, dentro de uma constituição que deixasse nas mãos do Presidente da República todos os poderes de governo, de que poderia se utilizar livremente. Portanto, o Presidente estava no poder e pretendia continuar não apenas por ambições pessoais, mas também pela formação da sua mentalidade. Situação essa que, na visão de Sobral Pinto, o General Góes tinha pleno conhecimento, pois havia sido e continuava sendo, em fevereiro de 1945, um dos principais colaboradores de Getúlio Vargas.

Ao ler as 34 primeiras páginas da missiva de Sobral Pinto, tem-se a sensação de que o autor construiu uma imagem negativa de Getúlio Vargas. Entretanto, as

³³⁰Carta de Sobral Pinto ao General Góes, em 22 de fevereiro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa 14 e pasta 4.

³³¹Carta de Sobral Pinto ao General Góes, em 22 de fevereiro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa 14 e pasta 4. p, 18.

³³²Carta de Sobral Pinto ao General Góes, em 22 de fevereiro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa 14 e pasta 4. p, 22.

páginas seguintes revelam que o autor teve, ainda que tenha construído uma imagem negativa de Getúlio, como objetivo central criticar não só a mentalidade do General Góes Monteiro, mas também a aliança feita entre este e Getúlio Vargas desde a Revolução de 1930. Afirmou Sobral Pinto ao General Góes:

Aliados no Bloco Acadêmico Castilhistas no período da mocidade, V Exa e o Exmo. Sr. Getúlio Vargas se aliaram, novamente, em plena maturidade, no governo da República, a fim de destruírem as instituições representativas à sombra das quais o Brasil progrediu moral e materialmente.³³³

Aliança e mentalidades, tanto de Getúlio quanto de Góes, pautadas, por um lado, na aversão aos regimes alicerçados na representatividade popular e, por outro, na implantação de um governo forte baseado na força. Na visão de Sobral Pinto, o governo forte, visualizado pelo General Góes e por Getúlio Vargas, tinha como objetivos disciplinar e não organizar a nação, submeter o povo ao governante, dominar a economia pública e privada e, por fim, prover a segurança interna e externa da nação.

Na interpretação Sobral Pinto, a mentalidade do General Góes visava, no início da década de 1930, organizar o povo brasileiro com se fosse uma corporação armada. Escreveu Sobral Pinto:

[...] em vez das forças armadas se organizarem de acordo com a natureza e finalidade das sociedades civis, e que consistem em harmonizar a expansão individual legítima com o progresso do bem comum, base fundamental daquela expansão, o que V. Exa. preconiza é, pelo contrário, a organização da sociedade civil brasileira de acordo com a disciplina dominante no Exército Nacional.³³⁴

Para ele, essa concepção da relação entre as Forças Armadas e os demais setores da sociedade não poderia ser aceita pelo cidadão consciente da sua função na sociedade. Como também não podia ser aceita a orientação do General Góes à população na entrevista concedida ao jornal Folha Carioca, em 1º de fevereiro de 1945. Ou seja, a população deveria permanecer confiante que “brevemente se completarão os atos indispensáveis à normalização da vida jurídica do país”³³⁵.

³³³Carta de Sobral Pinto ao General Góes, em 22 de fevereiro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa 14 e pasta 4. p, 36.

³³⁴Carta de Sobral Pinto ao General Góes, em 22 de fevereiro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa 14 e pasta 4. p, 46.

³³⁵Carta de Sobral Pinto ao General Góes, em 22 de fevereiro de 1945. AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa 14 e pasta 4. p, 46.

Da extensa epístola de Sobral Pinto, é possível fazer as seguintes observações: o poder de influências atribuído ao General Góes nas decisões, as quais definiriam os parâmetros da abertura política; a tentativa de mostrar ao General Góes o equívoco de ter apoiado e articulado a implantação de um regime sem instituições representativas e com base na força do governo; e, por fim, convencê-lo de que a situação política só teria uma melhora com renúncia dos governantes do país, em especial, do Presidente Getúlio Vargas.

Os dois missivistas continuaram trocando correspondências ao longo do ano de 1945. A última carta, à qual este pesquisador teve acesso, de Sobral Pinto para o General, data de 27 de outubro de 1945, ou seja, dois dias antes da retirada de Getúlio Vargas do poder, em 29 de outubro de 1945. A hipótese de que os militares agiram, em 1945, como moderadores não coadunam com a intensa interação que ocorreu entre a figura do General Góes e elementos do setor civil.

Por fim, cabe destacar que os missivistas atribuíam ao Exército o papel de solucionar a crise política pela qual passava o país em 1945. Alguns afirmavam que, se o Exército forneceu as bases para a instalação e a manutenção do Estado Novo, cabia a ele terminar com os dias do regime; outros, por acreditarem que o Exército era a única instituição nacional capaz de frustrar os planos continuístas de Getúlio Vargas. Fato é que a definição do papel do Exército em 1945 dependeu de uma ampla rede de interação dentro e fora da instituição.

CONCLUSÃO

Foi apresentada por mim, no final do ano de 2011, uma monografia de conclusão da graduação. Em seu processo de elaboração, houve o primeiro contato com uma parte das fontes usadas nesta dissertação. Nessa primeira experiência de pesquisa, julgava-se possível compreender o papel das Forças Armadas no processo de redemocratização no Brasil, em 1945. Por ocasião da defesa, no entanto, a banca examinadora esclareceu, entre outras coisas, que o trabalho referia-se ao Exército e não às Forças Armadas de maneira geral. Críticas, questões e propostas apontadas pelos examinadores serviram de estímulo para continuação e aprofundamento das pesquisas. Nesse sentido, esta dissertação é um desdobramento do trabalho iniciado na graduação. O objetivo principal deste estudo foi compreender o papel do Exército no processo de redemocratização em 1945, através da análise da leitura feita desse cenário político pela cúpula do Exército, as articulações na alta cúpula militar e entre ela e setores da elite política e econômica do país, o papel atribuído ao Exército por militares e por setores da camada civil, e qual(is) eram os projetos defendidos pela cúpula militar e os defendidos pela elite civil na ocasião, sobretudo, no que diz respeito às relações Forças Armadas e política e Forças Armadas e sociedade no Brasil.

Conforme foi visto, já se dispõe de uma literatura especializada sobre o Exército. Esses trabalhos demonstraram como as Forças Armadas, em geral, e o Exército, em particular, depois do golpe civil-militar de 1964, passaram a ser objeto de pesquisa. Os pesquisadores passaram a investigar a instituição e a relação dela com o Estado e com a sociedade. Muitos desses pesquisadores tornaram-se referências, e seus trabalhos forneceram bases teóricas e metodológicas, além de dados sobre o Exército brasileiro. Nesse sentido, muitas das conclusões desta dissertação são fruto do legado desses pesquisadores.

É possível observar que o debate sobre o comportamento dos militares, inclusive o político, gira em torno de duas matrizes. A primeira é a matriz organizacional. Nela os fundamentos do comportamento militar encontram-se nos chamados interesses corporativos, entre os quais a autopreservação institucional é o mais importante. A segunda matriz privilegia a noção de interação, ou seja, é na interação dos militares com os agentes sociais e políticos que estão os alicerces do comportamento deles. Este

trabalho optou por conjugar as duas matrizes, isto é, observar os interesses corporativos e a mudança no comportamento dos militares através da interação entre eles e civis.

Assim, no primeiro capítulo, observou-se a leitura feita pela cúpula militar do cenário sociopolítico e as principais preocupações dela em 1944 e 1945. Esses dois elementos, ao que tudo indica, influenciaram as decisões e movimentaram as articulações da cúpula militar. A partir da análise das fontes utilizadas, mostrou-se que, em 1944, o Exército se preocupava com a Segurança Nacional, com a estabilidade das instituições e, conseqüentemente, com a proteção do Estado Novo. As ações dos grupos pró-redemocratização eram entendidas como causadoras da desordem e como contrárias ao esforço de guerra. Nesse cenário, temia-se um possível avanço da doutrina comunista. Esse parece ter sido o maior medo da cúpula militar, além da ameaça da fragmentação das forças armadas. Observa-se o esforço por parte de integrantes da cúpula militar no sentido de manter as Forças Armadas coesas em torno de alguns objetivos comuns, a saber: manutenção da ordem, da defesa nacional e de uma determinada imagem do Brasil no exterior.

Em nome do combate ao comunismo, a Sociedade Amigos da América foi fechada, em 10 de agosto de 1944. Esse fato foi o estopim para o rompimento do Chanceler Oswaldo Aranha com o governo. A saída do Ministro Oswaldo Aranha demonstrava fraqueza do regime. Em dezembro de 1944, já estava claro para a instituição que o regime passaria por mudanças significativas e que elas provavelmente aconteceriam via redemocratização.

No segundo semestre de 1945, com a redemocratização em marcha, as preocupações com um possível avanço do comunismo continuavam. Nesse momento, com maior intensidade, haja vista o retorno à legalidade do Partido Comunista do Brasil. Não só o Exército, mas também outras instituições da sociedade, como a Igreja Católica, mobilizaram-se contra “o perigo vermelho”. Além do medo do avanço da doutrina comunista, houve o que foi denominado de “crise de confiança”, ou seja, uma preocupação de que o governo na pessoa do Presidente Vargas estivesse articulando a interrupção do processo de redemocratização, através da suspensão das eleições, marcadas para dois de dezembro de 1945.

Frente a esse cenário, ocorreram articulações na cúpula militar e entre alguns integrantes da cúpula e indivíduos dos demais setores da sociedade. Essas articulações não só visavam definir a participação do Exército no processo de redemocratização, mas também garantir à instituição um relevante papel na transição e no novo regime. Para alguns integrantes da elite civil, cabia ao Exército ser o fiador do processo de redemocratização, já que a instituição ajudou na implantação e sustentação do Estado Novo. A grande questão era como aconteceria a participação do Exército. No seio militar, três projetos se configuraram. Para alguns integrantes da cúpula, em caso de desordem, os militares deveriam assumir o poder até que a ordem fosse estabelecida. Outros pregavam que o Exército deveria apoiar o poder civil, fornecendo a ele os meios de força necessários para o controle da transição. E, por último, alguns sustentavam que o Exército deveria compartilhar as decisões com o poder civil, mas em uma posição privilegiada frente a esse poder.

Ao longo do ano de 1945 o Exército assumiu e executou os três projetos em momentos distintos. O primeiro projeto, implementado durante o ano de 1945, foi de observador, mas articulando-se dentro e fora da instituição; o segundo foi de protagonista, sobretudo, na retirada de Getúlio Vargas do poder, em 29 de outubro de 1945; e, por fim, o projeto de coadjuvante, com a entrega do poder ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, mas em uma posição importante na estrutura do governo.

Há muito ainda a ser estudado para melhor compreensão do processo de redemocratização em 1945, especialmente no que diz respeito a atores e instituições envolvidas. Nesse sentido, sabe-se que esta dissertação não esgota o tema, mas se junta a outros trabalhos que vêm contribuindo para o debate desse período da experiência republicana brasileira.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FONTES PRIMÁRIAS

1. Fontes Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

Almanaque de Oficiais do Exército de 1945.
Boletim do Exército nº 36, 7 de setembro de 1940.
Boletim do Exército nº 25, 19 de junho de 1948.
Boletim do Exército nº 9, 26 de fevereiro 1949.
Boletim do Exército nº 31, 30 de julho 1949.
Boletim do Exército nº 50, 15 de dezembro 1951.
Boletim do Exército nº 13, 31 de março 1951.
Estatuto dos Militares, Decreto-Lei nº 3084, 1 de março 1941.
Estatuto do Militares, Decreto-Lei nº 9.698, de 1946.
Fé de ofício do General Eurico Gaspar Dutra
Fé de Ofício do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro
Fé de Ofício do General Caronbert Pereira da Costa
Fé de Ofício do General Cordeiro de Farias
Fé de Ofício do General Renato Paquet
Fé de Ofício do General José Agostinho dos Santos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRICO DA AERONÁUTICA (CENDOC)

Folha de Alteração do Brigadeiro Gervásio Duncan.

2. Acervos Pessoais

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

Acervo do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro

ARQUIVO NACIONAL

Fundo do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro

CPDOC/FGV/RJ

Acervo pessoal do Presidente Getúlio Vargas.

Documentos privados do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro

3. Fontes Impressas

Regulamentos, Decretos.

Regulamento Interno e dos Serviços Gerais de 1940, 1942 e 1943 (Decreto Nr 6.031, de 26 de julho de 1940)

Regulamento Interno e dos Serviços Gerais de 1957, 1973 e 1974 (Decreto Nr 42.018 de 9 de agosto de 1957)

Regulamento Interno e dos Serviços Gerais de 1984 (Portaria Ministerial Nr 300, de 30 de abril de 1984)

Regulamento Disciplinar do Exército de 1938 (Decreto Nr 2.429, de 4 de março de 1938)

Regulamento Disciplinar do Exército de 1942 (Decreto Nr 8. 835, de 23 de fevereiro de 1942)

Regulamento de Correspondência do Exército 1966 1ª ed 1ª Tiragem (Decreto Nr 57.855, de 24 de fevereiro de 1966)

Regulamento de Continências, Sinais de Respeito 1915 (Decreto Nr 11.446, de 20 de janeiro de 1915)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CARVALHO, Alessandra. *Do autoritarismo à democracia? um estudo sobre os processos de transição no Brasil (1945 e 198)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro /PPGHIS,2000.

CARONE, Edgard. *A república liberal II evolução política (1945 – 1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

_____. *A instituição militar no Brasil. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n° 19, p. 5-19, 1° Semestre de 1985.

COUTINHO, Lourival. Antes de 1930. In: _____. *O General Góes depõe*. 2.ed. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ESTEVES, Diniz. *Documentos históricos do Estado-Maior do exército*. Brasília: Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército, 1996.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). *O tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a revolução de trinta*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. CPDOC, 2006.

FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, Virgílio A. de Mello. *Campanha da U.D.N (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

- GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 121 - 127,1998b.
- LANNING, Michael Lee. Pedro Aurélio de Góis Monteiro. In: *Chefes, líderes e pensadores militares..* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- MACEDO, Michelle Reis de. *O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013
- MCCANN, Frank. D. *A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro*. Recife: Guararapes, 1982.
- _____. *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro, 1889 – 1937*. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- PANDOLFI, Dulce. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e administração do Ministério do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- RAMOS, Plínio de Abreu. Góes Monteiro. In: ABREU, Alzira Alves (Coord). *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. CPDOC, 2001
- RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2008.
- RODRIGUES, Fernando da Silva. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos Oficiais do Exército brasileiro (1905 – 1946)*. Jundiaí: Paco, 2010.
- SILVA, Hélio. *1945: porque depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil:de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O General Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VALLADARES, Benedicto. *Tempos idos e vividos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.